



# TEXTOS & DEBATES

Revista de Filosofia e Ciências Humanas  
da Universidade Federal de Roraima

NÚMERO 17  
JULHO A DEZEMBRO DE 2009



# UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

Reitor: Roberto Ramos  
Vice-Reitora: Gioconda Martinez  
Diretor da Editora da UFRR: Rafael da Silva Oliveira

## CONSELHO EDITORIAL PROFESSORES CONSELHEIROS

Alexander Sibajev  
Ana Lia Farias Vale  
Déborah de B. A. P. Freitas  
Elisa Hatsue Brito Yoshiara  
Fábio L. Wankler  
Luiz Otávio Pinheiro da Cunha

Luciano Alberto Ferreira  
Nelvio Paulo Dutra Santos  
Rafael da Silva Oliveira  
Rodrigo S. Rodrigues  
Rosana da Silva

## TEXTOS & DEBATES

REVISTA DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

### Comitê Editorial

Ana Lúcia de Sousa  
Maria Luiza Fernandes

### Conselho Editorial

Profa. Dra. Ana Lúcia de Sousa (UFRR)  
Profa. Dra. Carla Monteiro de Souza (UFRR)  
Prof. Dr. Carlos Alberto Marinho Cirino (UFRR)  
Profa. Dra. Déborah de B. A. P. Freitas (UFRR)  
Profa. Dra. Francilene dos Santos Rodrigues (UFRR)  
Prof. Dra. Gilvete de Lima Gabriel (UFRR)  
Prof. Dr. Jaci Guilherme Vieira (UFRR)  
Profa. Dra. Madalena Vange M. C. Borges (UFRR)

Profa. Dra. Maria das Graças Santos D. Magalhães (UFRR)  
Profa. Dra. Maria Luiza Fernandes (UFRR)  
Prof. Dr. Maxim Repetto (UFRR)  
Prof. Dr. Nélvio Paulo Dutra Santos (UFRR)  
Prof. Dr. Reginaldo Gomes de Oliveira (UFRR)  
Prof. Dr. Roberto Ramos Santos (UFRR)  
Prof. Dr. Roberto Mibielli (UFRR)

### Conselho Consultivo

Prof. Dr. Antonio Emílio Morga (UFAM)  
Prof. Dr. Antônio Paulo Rezende (UFPE)  
Prof. Dr. Durval Muniz de A. Júnior (UFRN)  
Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire (UERJ)

Prof. Dr. Manoel Luiz Salgado Guimarães (UFRJ)  
Profa. Dra. Maria Denise Guedes (UFSCar)  
Prof. Dr. Nilson Cortez Crócia de Barros (UFPE)  
Prof. Dr. Ramòn Peña Castro (UFScar)

Ilustração de Capa  
Rafaella Ráfea da Silva Pereira  
Editoração  
Abreu Almeida Mubarak

A exatidão das informações, conceitos e opiniões são de exclusiva responsabilidade dos autores

Dados Internacionais e Catalogação na Publicação (CIP)

TEXTOS e Debates/Universidade Federal de Roraima,  
Centro de Ciências Humanas - V.1,n.1 (Ago - Dez 1995)  
Boa Vista/RR: Editora UFRR, CCH, 1995.

Periodicidade Semestral  
ISSN 1413-9987

1. Periódicos. 2.Ciências Sociais. 3.História -  
Universidade Federal de Roraima

CDU:0 (05)

## 5 APRESENTAÇÃO

7 OS EFEITOS ESPAÇO-TEMPORAIS DA GLOBALIZAÇÃO  
SOBRE AS PRÁTICAS JORNALÍSTICAS E A INFLUÊNCIA  
DAS REDES MUNDIAIS NO PROCESSO DE CAPACITAÇÃO  
DAS FONTES DE INFORMAÇÃO  
SCHIRLEY LUFT

21 O ESTEREÓTIPO DOS ALUNOS DO CURSO DE PSICOLOGIA  
SOB O PONTO DE VISTA DOS ACADÊMICOS DA UFRR  
JULIANA CAVALCANTE DO VALE  
NATACHA MICHELA FRÓES BOAES  
ROBSON BATISTA CUNHA SANTOS  
TELMIR EBER CALDAS DE ASSIS  
LÍDIA MATTOS CHAGAS  
TATIANA SALDANHA DE OLIVEIRA

33 CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E EXCLUSÃO  
SOCIAL NAS CAPITAIS PERIFÉRICAS DA AMAZÔNIA.  
PEDRO M. STAEVIE

52 DIFICULDADES NA APRENDIZAGEM:  
A LÍNGUA ESCRITA E SEUS DESAFIOS NUMA  
ESCOLA PÚBLICA CEARENSE.  
REGINA LÚCIA DE SOUSA  
RAIMUNDA DE JESUS DA SILVA

65 RORAIMA: TERRITÓRIO FEDERAL SOB O  
GOVERNO MILITAR. (1964 A 1985)  
SÔNIA SUELY SOARES DE SOUZA  
JACI GUILHERME VIEIRA

90 EM BUSCA DO PRIMEIRO JARDIM NAS AMÉRICAS  
FRANCISCA BRASILEIRO HÉRAUD

## LIVRARIA & PAPELARIA DA EdUFRR

Nossa livraria é a única em  
Roraima que trabalha exclusivamente  
com livros de editoras universitárias.  
Faça-nos uma visita!

EDUSC - PUC/SP - EDUFMG - EdUFBA - EDUSP -  
EdFSM - EdUFG - EDITORA DA UNISINOS - EdUFSCar -  
EdUERJ - EdUFRJ - EdUFSC - EdUFRGS - EDITORA DA UnB -  
EDITORA DA UNESP - EDITORA DA FIOCRUZ - ASSOCIAÇÃO  
EDITORIAL HUMANITAS - EDIPUCRS - EDUA - EDITORA DA UFV -  
EDUFLA - EDITORA DA ULBRA - EdFRO - EDUFPA -  
ENTRE OUTRAS..

ALÉM DA CLACSO (ARGENTINA) E UNESCO



[www.editoraufrr.com.br](http://www.editoraufrr.com.br)



## APRESENTAÇÃO

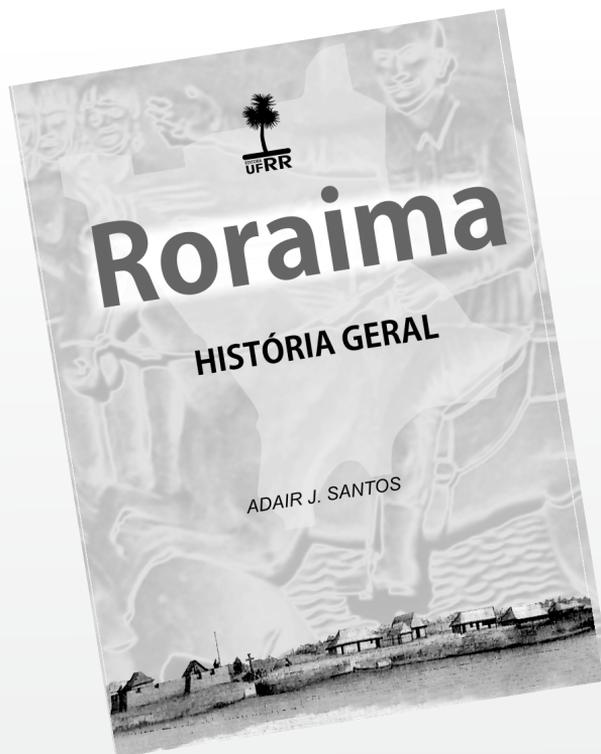
É com grande satisfação que o Centro de Ciências Humanas, em conjunto com a Editora da UFRR, proporciona à comunidade universitária a edição número 17 da Revista Textos & Debates.

Após o forte empenho do comitê Editorial da Revista estamos empenhados em garantir a regularidade e a qualidade da mesma. Deste modo, cumprimos com o principal objetivo da Revista que é estimular a produção acadêmica e científica, possibilitando aos professores, pesquisadores e estudantes da UFRR e de outras instituições do país um espaço adequado para publicar seu trabalho. É com grande satisfação também que observamos a imensa procura e, conseqüentemente, as contribuições de outros profissionais do país, que cada vez mais têm enviado textos para serem publicados em nossa Revista, ampliando o debate tão necessário para a retomada de posições críticas e para a constituição do processo de produção do conhecimento.

Agradecemos a todas as pessoas que contribuíram com seus artigos para a publicação desse número, desejando aos leitores uma boa leitura e que se sintam estimulados a contribuir com suas produções acadêmicas para os próximos números.

As editoras





# RORAIMA - História Geral

## Adair J. Santos



ARTIGO

---

**OS EFEITOS ESPAÇO-TEMPORAIS DA GLOBALIZAÇÃO SOBRE AS PRÁTICAS JORNALÍSTICAS E A INFLUÊNCIA DAS REDES MUNDIAIS NO PROCESSO DE CAPACITAÇÃO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO**

---

**RESUMO:** O presente texto procura compreender como as tecnologias de informação estão reconfigurando a sociedade e imprimindo mudanças sobre os modos de ver, de compreender, de narrar e de difundir os acontecimentos, independentes de sua localização, tenham estes um caráter local ou global. Parte-se do pressuposto de que os efeitos espaço-temporais, decorrentes do novo modelo de informação não-linear e, em tempo real, colocam em risco alguns princípios básicos do jornalismo, como: a periodicidade, atualidade e, principalmente, a difusão; e que estes fatores incidem sobre as relações entre os jornalistas e as fontes de informação.

**Palavras-chave:** Globalização, tecnologias digitais, jornalismo, fontes de informação.

**ABSTRACT:**

The present text aims to understand how the information technologies are rearranging the society and establishing changes on mechanisms to see, to understand, to tell and to spread out events, independently of their location, within local or global issues. To adopt the space-temporal assumptions, which

---

<sup>1</sup> Professora do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Roraima (UFRR), e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, Rio Grande do Sul.

originate of a new model of nonlinear information and, in real time, place a potential risk on some basic principles of journalism, such as: the regularity, the present time and, mainly, the diffusion; and that these conditions, focus on the relationship between journalists and sources of information.

**Key-Words:** globalization, digital technologies, journalism, sources of information.

## **INTRODUÇÃO**

O presente texto procura explorar como as tecnologias de informação estão reconfigurando a sociedade e imprimindo mudanças sobre os modos de ver, de apresentar, de narrar e de difundir os acontecimentos, independentes de sua localização, tenham estes um caráter local ou global.

Parte-se do pressuposto de que os efeitos espaço-temporais, decorrentes do novo modelo de informação não-linear e, em tempo real, colocam em risco alguns princípios básicos do jornalismo, como a periodicidade, a atualidade e, principalmente, a difusão; e que estes fatores, incidem sobre as relações entre os jornalistas e as fontes de informação.

Por outro lado, deve-se levar em consideração que o novo sistema multidimensional da Web - dada a sua alta capacidade interativa, possibilita, que todo “usuário” ou “internauta”, se transforme numa fonte em potencial, seja na função de informar, seja para denunciar, seja para exercer os seus direitos de cidadão; e que estes fatores colocam em xeque o modelo tradicional de jornalismo que, historicamente, se apóia nas fontes legitimadas para legitimar seus discursos, e imprimir maior credibilidade às notícias.

As discussões sobre os efeitos espaço-temporais do novo sistema de informação, não-linear, e em tempo real, podem se tornar mais produtivas se buscarmos compreender como a aproximação entre o local e o global, decorrente do alto poder de difusão das tecnologias digitais, contribui para tornar a sociedade uma refém dos problemas que ultrapassam as fronteiras, e se globalizam, por mais localizados que estes se apresentem.

Identificar mesmo que, meramente, sob o âmbito teórico, quem são as fontes que melhor estão se apropriando do novo sistema Web, parece fundamental para compreendermos como o jornalismo poderá valer-se da crise que ora se apresenta para imprimir maior qualidade e profundidade às notícias.

## **COMPREENDENDO O CONTEXTO**

Estudos recentes apontam que o processo de globalização, aliado aos avanços tecnológicos, da última década, estão lançando as bases para a formatação de uma nova sociedade, cada vez mais interligada e interdependente mundialmente. O sociólogo espanhol Manuel Castells (1999) considera que “entramos num mundo realmente multicultural e interdependente, que só poderá ser entendido e transformado a partir de uma perspectiva múltipla que reúna identidade cultural, sistemas e redes globais e políticas multidimensionais” (P. 43).

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2007) tem sido um dos críticos mais contundentes da globalização da forma como esta se apresenta. O autor do livro “Tempos Líquidos” defende a idéia de que os efeitos espaço-temporais da globalização incidem negativamente sobre a sociedade, em seus princípios organizativos mais básicos. Diante da aproximação cada vez mais acentuada entre o local e o global, os problemas se amplificaram, se complexificaram e se globalizaram desordenadamente.

Segundo o autor o processo de globalização em curso, o qual ele denomina de “globalização negativa”<sup>2</sup> tem como principal causa o deslocamento do Estado-nação<sup>3</sup>, aliado ao colapso do pensamento, do planejamento e da ação em longo prazo. No novo contexto, a sociedade passa a ser vista e tratada cada vez mais como uma “rede” em vez de uma “estrutura” (para não falar em uma “totalidade sólida”): “ela é percebida e encarada como uma matriz de conexões e desconexões aleatórias e de um volume essencialmente infinito de permutações possíveis” (P. 9). Bauman atribui os riscos aos quais está submetida a sociedade na era da globalização ao alto poder das tecnologias digitais e penetrabilidade da TV.

2 O termo “globalização negativa” se refere a “uma globalização seletiva do comércio e do capital, da vigilância e da informação, da violência e das armas, do crime e do terrorismo, todos unânimes em seu desdém pelo princípio da soberania territorial e na falta de respeito a qualquer fronteira entre estados” (BAUMAN, 2005, p. 13).

3 Segundo Castells os desafios enfrentados pelos Estados com a globalização se concentram entre o poder das redes globais e o surgimento de novas identidades (2000, p. 287).

Num planeta atravessado por “auto-estradas da informação”, nada que acontece em alguma parte [...] pode de fato, ou ao menos potencialmente permanecer do “lado de fora” intelectual. Não há terra nulla, não há espaço em branco no mapa mental, não há terra nem povo desconhecidos, muito menos incognoscíveis. A miséria humana de lugares distantes e estilos de vida longínquos são apresentadas por imagens eletrônicas e trazidas para casa de modo tão nítido e pungente, vergonhoso ou humilhante como o sofrimento ou a prodigalidade ostensiva dos seres humanos próximos de casa [...] (P. 27).

Em última instância, a globalização negativa de que trata Bauman produz uma sociedade super exposta e vulnerável a todos os tipos de “riscos”, “medos” e “incertezas”, que perde seu poder de força e a sua capacidade para a criação e execução de projetos individuais e coletivos em longo prazo. Uma condição que “[...] traz à mente a experiência aterrorizante de uma população heterônoma, infeliz e vulnerável confrontada por forças que não controla nem entende totalmente, uma população horrorizada por sua própria vulnerabilidade” e, conseqüentemente principalmente, distanciada do seu contexto (2007, p. 13).

Lasch (2005) também considera os efeitos espaço-temporais da globalização, ao qual ele denomina de “tecnologias das formas de vida”<sup>4</sup> como um “risco” para a sociedade, porque estes contrariam os princípios do modelo linear de comunicação e informação – historicamente, muito mais apropriado para a reflexão e a elaboração de projetos de longo prazo.

O autor busca apoio em Luhman (1997) e Arnoldi (2000) para identificar como os efeitos espaço-temporais do novo modelo multidimensional da Web interferem sobre a construção das narrativas contemporâneas, baseado em três eixos que se entrecruzam e interagem entre si: 1. Compressão: narração e discurso se comprimem em formas de significado abreviadas; 2.

---

4 Segundo Lasch o termo “formas tecnológicas de vida contribui para compreendermos o mundo por meio de sistemas tecnológicos, que trabalham segundo um modelo cibernético” – não linear ou à distância, buscando características semelhantes e interfaces com as formas de vida; estas incluem, por um lado, as formas naturais ou biológicas – isto é, o próprio corpo e, por outro, as sociais e culturais, associadas ao cotidiano (2005, p. 40 e 43)

Aceleração: a velocidade da produção é demasiado rápida para a reflexão e para o aprofundamento; 3. Expansão/descontinuidade; cultura à distância: as redes estão unidas por laços sociais fundamentados em princípios técnicos, o que impede a formação de relações estáveis e em longo prazo. Sob os efeitos de compressão, aceleração e expansão do tempo e do espaço – característicos da sociedade global, identificados por Lasch, “os acontecimentos se tornam cada vez mais efêmeros, têm curta duração, e se esgotam rapidamente, independentes do seu grau de importância e abrangência (P. 46-50).

Castells, em contrapartida, se apóia no conceito de “tecnosocialidade” para defender a importância das redes mundiais enquanto espaço para o surgimento de uma nova cultura – a “cultura à distância”, a partir de pesquisas realizadas com jovens de todos os continentes que interagem através da rede mundial.

Há mais de uma década, o autor defende que as redes mundiais têm um papel decisivo no surgimento de novos processos de sociabilidade e afirma que: “é possível que dessas comunas possam surgir novos sujeitos, isto é, agentes coletivos de transformação social, construindo novos significados em torno da identidade de projeto” (CASTELLS, 2000, p. 86).

La observación de la “tecnosocialidad” muestra que los recursos de comunicación inalámbrica no son solo herramientas sino “contextos, condiciones ambientales que hacen posibles nuevas maneras de ser, nuevas cadenas de valores y nuevas sensibilidades sobre el tiempo, el espacio y los acontecimientos culturales (CASTELLS citado em Canclini e outros, s/d, p. 77).

Os efeitos decorrentes das relações entre tecnologia e sociedade ou a “tecnosocialidade”, são um indício de que, enquanto por um lado, as redes mundiais fundamentam a formatação de uma nova sociedade – a sociedade em rede, e o surgimento de uma nova cultura – a cultura à distância, por outro, ela amplia o poder das fontes de informação enquanto sujeitos capazes de produzir acontecimentos com alto grau de visibilidade.

No livro “O poder da identidade” Castells já antecipava a necessidade de identificar “Quem são os sujeitos dessa nova estrutura” tecnológica? – em outras palavras, Quem são as fontes que melhor representam a sociedade na rede mundial, mesmo que os estudos, nesse sentido, ainda se encontrem em fase experimental.

## **O ESPAÇO DAS FONTES**

Castells destaca o pioneirismo dos movimentos sociais/ambientalistas<sup>5</sup> como os sujeitos que melhor se apropriaram dos recursos tecnológicos da rede mundial, enquanto espaço para o surgimento, reestruturação e mobilização da sociedade e o compartilhamento de interesses em larga escala.

O autor procura embasar suas conclusões a partir de estudos realizados com alguns movimentos sociais, entre estes, o Greenpeace<sup>6</sup>; por tratar-se de uma organização com representações espalhadas em todos os continentes, e que se utiliza da rede como um espaço estratégico para a articulação e divulgação de suas ações, em âmbito mundial.

Existe uma relação direta entre os temas abordados pelo movimento ambientalista e as principais dimensões da nova estrutura social, a sociedade em rede [...]: ciência e tecnologia como os principais meios e fins da economia e da sociedade; a transformação do espaço, a transformação do tempo; e a dominação da identidade cultural por fluxos globais abstratos de riqueza, poder e informações [...] (CASTELLS, 2000, p. 154).

---

5 O grande impacto causado por esses movimentos resulta, em grande medida, da presença marcante na mídia e do uso eficaz da tecnologia da informação (CASTELLS, 2000, p. 133)

6 Segundo Castells, o Greenpeace é uma “organização altamente centralizada e uma rede mundialmente descentralizada, controlada por um conselho de representantes do país, um pequeno conselho executivo, e responsáveis regionais para a América do Norte, América Latina, Europa e região do Pacífico.” (2000, p. 150).

O filósofo e antropólogo argentino, Néstor García Canclini, também se apóia no conceito de tecnossocialidade para identificar quem são as fontes de informação que estão se apropriando do novo sistema Web. No livro “Leitores, espectadores e internautas”, o autor ressalta que a grande maioria dos usuários, que hoje trafegam pelas redes mundiais, são, na verdade, uma extensão dos “leitores” de jornais, revistas, etc., advindos do antigo sistema linear/analógico de informação; e que têm suas funções ampliadas para “espectadores” e “internautas”.

Em contrapartida, o autor atenta para a necessidade de que se identifiquem os reais benefícios das redes mundiais no sentido de atender aos anseios dos cidadãos, e levanta uma questão: “em tempos de globalização, interdependência mundial a pergunta não é como construir fronteiras impenetráveis, mas como utilizar os recursos tecnológicos-culturais para atender melhor às necessidades majoritárias e de diferentes grupos” (Canclini, s/d, p. 87).

Chaparro (2001) ressalta a importância das fontes de informação para sistematização das práticas jornalísticas em tempos de globalização. No texto “Revolução das fontes”, o autor defende que, nas últimas décadas, “as fontes tornaram-se entidades organizadas, interessadas e preponderantes, mesmo quando não aparecem, mas agem politicamente, habitualmente nas reportagens de denúncia, nas quais, com freqüência, as informações decisivas têm origem anônima” (Chaparro: 2001. p. 42).

Há mais de uma década o autor identificava o Movimento dos Sem Terra (MST) como uma dessas fontes com amplo poder para conquistar espaços de visibilidade na imprensa; reconhecendo na instituição o mais consistente discurso de esquerda no País. Durante toda a sua história, o MST procura sensibilizar o governo e a opinião pública sobre a problemática agrária do Brasil.

O MST é uma organização bastante complexa com pessoas e áreas de decisão protegidas pelo sigilo; lideranças (várias delas com formação superior) cuja hierarquia não é perceptível; capacidade de ações e articulação que nenhuma outra organização social tem no Brasil; e fontes de suprimento financeiro de várias origens, inclusive internacionais (Chaparro: 2001. p. 54).

A exemplo do Greenpeace, o Movimento dos Sem Terra, também busca visibilidade para as suas ações de forma “espetacular”, sempre visando chamar a atenção da imprensa e da opinião pública a partir de três eixos básicos: 1. Promover a luta pela terra; 2. Reforma agrária; 3. Reformas políticas na sociedade que levem à reforma agrária.

Enquanto Castells e Canclini procuram identificar quem são as fontes que melhor estão se apropriando da globalização tecnológica para imprimir maior visibilidade às suas ações, o jornalista e pesquisador francês Ignacio Ramonet (1999) aponta criticamente quem são as fontes que caracterizam o jornalismo global e quais as estratégias e formatos que vêm sendo adotados pela imprensa para transformar a “violência” e o “medo” – característicos da era da globalização – de que trata Bauman, em mercadoria cada vez mais atraente.

A partir de estudos realizados nas TVs<sup>7</sup> norte-americanas, o autor atenta para os riscos que se impõem ao jornalismo contemporâneo. “Na era da informação global, grande parte do capital comercial pode ser – e é – acumulada a partir da insegurança e do medo [...] e os meios de comunicação de massa reabastecem constantemente o capital do medo e amplia ainda mais o sucesso tanto de seu marketing quanto de seu uso político” (Ramonet, 1999, p. 18).

## **O TEMPO DO JORNALISMO**

Ramonet (1999) foi um dos pioneiros a desconstruir o jornalismo da forma como este se apresenta, e a identificar as reais repercussões dos efeitos sociais e espaço-temporais do novo modelo digital, e em tempo real, sobre a produção da notícia, tendo como parâmetro a televisão.

---

7 Segundo Ramonet, a TV é o sistema que melhor se apropriou da convergência tecnológica decorrente da globalização, ao contrário do jornal que, na sua grande maioria, ainda opera baseado no sistema analógico/linear de informação. No novo modelo de transmissão direta e em “em tempo real” é a TV que “impõe sua escolha e obriga praticamente a imprensa escrita a segui-la” (1999, p. 132-33).

Segundo o autor, na era da globalização, a permanente “contradição” existente entre o tempo jornalístico e o tempo político, ou o tempo da sociedade, é uma das razões que levam o jornalismo a cometer tantos erros de cobertura. “Assim como o tempo político – deve ser lento para permitir que [...] a razão se imponha, assim o tempo midiático atinge o limite extremo da velocidade: a instantaneidade” (P. 71-72). E pontua: o jornalismo televisivo, da era da informação global, tende a “personalizar” a política, em detrimento da qualidade noticiosa. “Em vez da TV procurar mostrar uma política de idéias e de julgar as ações dos políticos, a vida política se tornou um entrechoque de homens ou de mulheres [...], quando o que conta é a própria pessoa, sua capacidade de convencer, seu caráter, seu domínio e não sua política. Sob este aspecto não há uma diferença entre um programa político e um programa de grande público, o que é julgado é a performance” (P. 93-94).

As constatações de Ramonet estão baseadas nos estudos sobre a cobertura das guerras do Golfo<sup>8</sup> (1992), da guerra das Malvinas (1991), etc., nas redes de TVs norte-americanas, as chamadas “guerras invisíveis”, ou “guerras sem testemunhas” – termos usados para notificar a ausência de múltiplas fontes de informação nas notícias.

As guerras num universo supermediatizado tornaram-se grandes operações de promoção política que não poderiam ser conduzidas fora dos imperativos das relações públicas. Elas devem gerar imagens próprias, límpidas, que correspondem aos critérios do discurso de propaganda, ou em termos contemporâneos do discurso publicitário (RAMONET, 1999, p. 89).

Ficou constatado que os militares – leia-se o governo americano, tiveram espaço privilegiado nos telejornais, e mantiveram o total controle da informação,

---

8 Para Ramonet a guerra do Golfo (1992), marcou o início de um novo gênero de jornalismo – o “jornalismo de revelação”, voltado para cobrir a vida privada de personalidades públicas e os escândalos ligados a corrupção, etc, e que, via de regra, se opõe ao “jornalismo de investigação” (1999, p. 16).

durante toda a cobertura da guerra do Golfo, numa clara demonstração de que o objetivo se baseava em manter a opinião pública afastada da realidade. Esse fato comprova, para tanto, a tese de que a imprensa americana tende a “personalizar a política” para atender interesses econômicos, em detrimento da qualidade da informação.

Segundo as pesquisas o alto índice de “erros” encontrados no material analisado, marca o início de uma mudança substantiva nas relações do jornalismo com a realidade/sociedade e principalmente com a verdade – questões que levaram Ramonet a profetizar o “fim do telejornal”, e a identificar a vulnerabilidade do jornalismo enquanto campo profissional, segundo ele, em “vias de regressão”.

Os estudos sobre as guerras, e de outros eventos significativos envolvendo corrupção, terrorismo, imigração, etc., questões que se perpetuam mundialmente, fizeram emergir pelo menos três fontes de informação que servem para simbolizar ou mitificar a sociedade na era da globalização apresentada por Bauman: 1. A vítima; 2. O salvador; 3. O dignatário são, na verdade, fontes/personagens criadas pelo jornalismo televisivo norte-americano para manipular a informação e manter a opinião pública afastada das reais conseqüências dos fatos.

Por outro lado, a superabundância de informação<sup>9</sup> resultante das transmissões ininterruptas, e em tempo real – outra conseqüência do novo modelo digital induz o jornalismo a repetição, a contar sempre a mesma história, e a adotar cada vez mais estratégias publicitárias e técnicas de sedução na guerra pela audiência visando, e baixar os custos de produção.

Na era da informação globalizada,

Os jornalistas se repetem, se imitam, se copiam, se correspondem e se misturam a ponto de não constituir mais do que um único sistema informacional, no seio do qual é cada vez mais árduo distinguir as especificidades de um meio tomado isoladamente. E o surgimento da internet reforçou ainda mais essa imbricação (RAMONET, 1999, p. 135).

---

<sup>9</sup> Ramonet parte do princípio de que “toda superinformação – acarreta quase que automaticamente uma desinformação”; desinformar, isto é, cobrir uma mentira com a aparência da verdade com o objetivo de enganar o telespectador, tem sido uma técnica muito usada no novo modelo de jornalismo “direto e em tempo real” (1999, p. 73).

Na era da informação globalizada, o uso de técnicas publicitárias como estratégia para enfrentar a concorrência diante da superabundância de informação, tem sido a principal responsável por uma das lacunas presentes, hoje, no jornalismo, ou seja: a incompreensão dos limites entre realidade e ficção. Esse fato coloca em risco a credibilidade do jornalismo enquanto “instituição social” – e como um aliado na construção da sociologia do conhecimento, tese defendida pela socióloga norte-americana, Gaye Tuchman, desde a década de 70.

Para a pesquisadora a notícia é uma “instituição social”, munida de “caráter público”, que se constrói a partir de três princípios: 1. A notícia tem o poder para fazer com que a informação chegue ao consumidor; 2. A notícia é uma aliada das instituições legitimadas; 3. A notícia é localizada, produzida e disseminada por profissionais que trabalham para instituições empresariais (P. 16).

Traquina (2005) defende que a incompreensão das relações entre jornalistas e fontes tem sido um dos grandes entraves para os avanços dos estudos em jornalismo principalmente da teoria do agendamento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os referenciais teóricos acima demonstram que as redes mundiais exercem uma função decisiva para o surgimento de novos processos de sociabilidade, e estão dando origem a uma nova cultura – a cultura à distância; e imprime mudanças sobre os modos de ver, de compreender, de narrar e de difundir os acontecimentos, independentes de sua localização.

Segundo Castells, entre os sujeitos ou fontes de informação que mais se beneficiaram, ou que melhor se apropriaram do novo sistema digital, estão os movimentos sociais/ambientalistas, com destaque para o Greenpeace. Canclini defende, por outro lado, que o usuário das redes é o “leitor”, oriundo do antigo sistema analógico de produção e circulação, e que, no novo sistema Web, têm suas funções ampliadas para “espectador” e “internauta”. Muito embora os reais benefícios desse sistema para a sociedade ainda estejam por ser explorados, compreendidos.

Ao mesmo tempo em que as redes mundiais se apresentem como um espaço favorável para a reorganização da sociedade e melhor capacitação das fontes de informação, por outro lado, não podemos desconsiderar que o novo modelo não-linear de informação, e em tempo real, representa uma ameaça para o jornalismo tradicional que, historicamente, se alimenta das “fontes legitimadas”, para a construção noticiosa.

Esta crise se aprofunda ainda mais se tomarmos por base o pesquisador francês Ignacio Ramonet, segundo o qual o jornalismo da globalização, nada mais é do que uma extensão do jornalismo espetáculo – que teve origem nas décadas de 50-60; e que, em síntese, coloca em risco os princípios seculares do jornalismo como a periodicidade, a atualidade e a difusão, fatores que incidem diretamente sobre as relações entre jornalistas e fontes de informação.

A “vítima”, o “salvador” e o “dignatário”, identificadas pelo autor, nos estudos sobre a cobertura das guerras, são, na verdade, fontes/personagens criadas pelo jornalismo americano para “seduzir” a opinião pública, e vencer a concorrência, em tempos de globalização, “superabundância de informação” e “convergência tecnológica”.

Esses fatos demonstram que o jornalismo elevado ao limite extremo da velocidade – a instantaneidade, impede que se cumpra plenamente todas as etapas do processo noticioso, isto é, de filtrar, de investigar e, principalmente, de checar com precisão, junto às fontes, a veracidade dos fatos, e que, em síntese são os princípios básicos para o bom exercício da profissão.

Para vencer os efeitos espaço-temporais decorrentes da globalização sobre as práticas jornalísticas, quais sejam: a globalização dos

acontecimentos; o jornalismo elevado ao limite extremo da velocidade, a instantaneidade; a superabundância de informação; o retorno do jornalismo espetáculo, de que trata este artigo, sugere-se que o jornalista procure compreender com maior profundidade: 1. Que grande parte dos acontecimentos da era globalizada são locais e globais, ao mesmo tempo; 2. Que o aprofundamento das notícias depende do uso de uma multiplicidade de fontes de informação; 3. Que nas redes mundiais todo usuário pode tornar-se uma fonte em potencial e 4. Que determinadas fontes estão se apropriando melhor dos recursos tecnológicos para imprimir credibilidade às suas ações, com destaque para os movimentos ambientalistas.

Em síntese, compreender as reais repercussões dos efeitos espaço-temporais, do novo modelo de informação não-linear, e em tempo real, sobre as relações entre jornalistas e fontes, parece fundamental para compreendermos o jornalismo enquanto linguagem do presente, das complexidades sociais e dos “riscos” que movem o mundo contemporâneo, por conta de uma sociedade cada vez mais interligada e interdependente mundialmente .

## **BIBLIOGRAFIA**

BAUMAN, Zygmunt. Tempos líquidos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2007.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, Manuel. Sociedade em rede. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CANCLINI, Néstor García. Lectores, espectadores e internautas. Barcelona, Gedisa editorial, 2007.

CHAPARRO, Manuel Carlos. Linguagem dos conflitos. Coimbra, Minerva, 2001.

RAMONET, Ignácio. A tirania da comunicação. Petrópolis, RJ, Vozes, 1999.

SCOTT, Lasch. Formas tecnológicas de vida (cap.2) e Teoria mediática (cap. 6). In \_\_\_\_\_. Crítica de la información. Buenos Aires: Amorrortu, 2005, p. 39-58; p. 119-138.

TRAQUINA, Nelson. O estudo do jornalismo no século XX. São Leopoldo, Editora Unisinos, 2005.

TUCHMAN, Gaye. La producción de la noticia: estudio sobre La construcción de la realidad. Barcelona, Editorial Gustavo Gili S.A. 1983.

**JULIANA CAVALCANTE DO VALE  
NATACHA MICHELA FRÓES BOAES  
ROBSON BATISTA CUNHA SANTOS  
TELMIR EBER CALDAS DE ASSIS  
LÍDIA MATTOS CHAGAS  
TATIANA SALDANHA DE OLIVEIRA<sup>1</sup>**

## ARTIGO

---

### **O ESTEREÓTIPO DOS ALUNOS DO CURSO DE PSICOLOGIA SOB O PONTO DE VISTA DOS ACADÊMICOS DA UFRR**

---

**RESUMO:** Esta pesquisa teve como objetivo a identificação do estereótipo dos acadêmicos do curso de Psicologia da UFRR. Para tanto, foi selecionada uma amostra aleatória de nove dos vinte e sete cursos ofertados pela UFRR, e mais o Curso de Psicologia. Como instrumento de coleta de dados, utilizamos dois questionários, um questionário fechado, e outro aberto, A análise e interpretação dos dados permitiram identificar como os acadêmicos de Psicologia são vistos pelos demais alunos da UFRR e a idéia que os discentes de Psicologia possuem de si mesmos. Como resultado, obtivemos que os estereótipos mais atribuídos pelos discentes da UFRR foram “humanos”, “observadores” e “inteligentes”. Já os discentes do curso de psicologia atribuem a si estereótipos como “observadores”, “inteligentes”, “criativos”, “responsáveis” e “incompreendidos”.

**Palavras-chave:** Estereótipos, acadêmicos de Psicologia, UFRR

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Psicologia da UFRR. Orientadora da pesquisa.

## **ABSTRACT:**

The aim of this study was to identify the stereotype of students of Psychology from UFRR. A random sample of nine courses from the twenty-seven courses offered by UFRR was selected, such as the course of Psychology. As a tool for data collection two questionnaires were used, one with an objective purpose (closed questionnaire), and another with a subjective purpose (opened questionnaire). According to the analysis and interpretation of the data was possible to identify how the students of Psychology are viewed by other students in UFRR and the idea that they have of themselves. The results showed that the stereotypes attributed by most students from UFRR were "human", "observers" and "intelligent". On the other hand the students from the course of Psychology gave themselves stereotypes as "observers", "intelligent", "creative", "responsible" and "misunderstood".

**Keyword:** stereotypes, students of Psychology, UFRR

## **Introdução**

O estado de Roraima deixou de ser considerado território federal no ano de 1988, e passou a ser Unidade Federativa. A partir daí houve a necessidade da criação da Universidade Federal de Roraima (UFRR), com o intuito de promover a melhoria da qualidade de vida da população e impulsionar o desenvolvimento do Estado, através do acesso à educação superior.

Transcorridos apenas vinte anos após sua inauguração, a UFRR encontra-se num processo de transformação, ampliação e implementação de antigos e novos projetos. Para isso, entre outras ações, a Universidade, expandiu o número de vagas existentes nos cursos e a oferta de novos cursos à população, como foi o caso do curso de Psicologia no ano de 2006

Baseando-se na recente criação do Curso de Psicologia, ressaltando o caráter subjetivo da ciência psicológica e as idéias que povoam o imaginário popular acerca da psicologia e dos profissionais que exercem essa profissão, realizamos essa pesquisa com o objetivo de identificar os estereótipos atribuídos aos discentes do curso de Psicologia da Universidade Federal de

Roraima. Estereótipos esses que surgem a partir do senso comum, provenientes do imaginário popular ou da falta de informação sobre a ciência psicológica e sua prática em meio a sociedade e que, na grande maioria dos casos, não condizem com a prática psicológica.

A fim de desenvolver o trabalho proposto, como instrumentos de pesquisa, foram utilizados dois questionários, o primeiro, de caráter objetivo, era composto de uma pergunta seguida de uma lista de 72 adjetivos. Neste questionário, era pedido ao participante que assinalasse os adjetivos que poderiam ser atribuídos aos estudantes de psicologia. O segundo instrumento (questionário aberto) apresentava uma pergunta e pedia para que o participante listasse os adjetivos que atribuía aos estudantes de psicologia. A utilização dos dois instrumentos se deu com o intuito de estabelecer uma comparação e verificar se a atribuição dos estereótipos aconteceu ao acaso por não constar na lista o adjetivo desejado.

Antes da fase de execução, foi aplicado um pré-teste em duas turmas, de um mesmo curso, ambos selecionados aleatoriamente, com o intuito de descobrir novos adjetivos que poderiam ser adicionados ao questionário fechado e verificar se o questionário aberto poderia ser utilizado como segundo instrumento.

Após reformulados os instrumentos, foram selecionados, de forma aleatória, nove cursos da Universidade Federal de Roraima e o Curso de Psicologia para a aplicação de questionários totalizando 191 participantes da pesquisa. A opção pelo curso de psicologia se deu com o intuito de fazer uma comparação entre os estereótipos atribuídos pelos demais acadêmicos e os atribuídos pelos alunos do Curso de Psicologia.

Cada questionário visou atender especificamente esse estudo, sendo que os questionários foram aplicados individualmente aos alunos da UFRR no período de Abril a Maio de 2008 em sala de aula, com a permissão do professor e com duração aproximada de dez minutos.

Posteriormente foi realizada a categorização e análise dos dados, com o objetivo de averiguar o estereótipo que os acadêmicos dos outros cursos da UFRR possuem dos discentes de Psicologia e os estereótipos que os acadêmicos de Psicologia atribuem a si mesmos, ressaltando possíveis semelhanças ou contradições entre esses dois pontos de vista.

Essa pesquisa possibilitou a identificação do estereótipo do acadêmico do Curso de Psicologia e foi realizada segundo as normas éticas necessárias para a validação da pesquisa, em que esteve vigente o consentimento, participação voluntária, confidencialidade das informações, de identificação pessoal dos envolvidos e o esclarecimento sobre o estudo para os participantes.

### **Estereótipos e seus conceitos**

Quando se fala em estereótipos, na maioria das vezes nos referimos instantaneamente ao preconceito e à discriminação, termos esses que conotam a atitudes e comportamentos negativos que são direcionados a grupos ou etnias, acarretando em julgamentos que nem sempre são condizentes com a realidade.

Para Rodrigues (2001), os estereótipos refletem a base cognitiva do preconceito, que se dão de acordo com as crenças sobre características pessoais atribuídas a indivíduos ou grupos. A palavra ‘estereótipo’ deriva de outras duas palavras gregas: stereos e túpos, que respectivamente significa rígido e traço.

“Etimologicamente, o termo estereótipo designa uma placa metálica de caracteres fixos, destinada à impressão em série. Trata-se de um termo que, embora provindo do vocabulário tipográfico, adquiriu uma conotação psicossocial, remetendo a uma matriz de opiniões, sentimentos, atitudes e reações dos membros de um grupo, com as características de rigidez e homogeneidade”. (SIMÕES apud LIMA, 1997)

Sendo uma forma natural e espontânea em que as pessoas percebem as outras, o estereótipo pode ser tido como uma “grande fonte de erro de percepção social” (BRAGHIROUI, 1994), aproximando-se de uma generalização defeituosa que provavelmente se vincula aos sistemas de crenças e valores dominantes. (LIMA, 1997).

### **A utilização de estereótipos no contexto social**

Um estereótipo pode ser classificado como uma extrema generalização, podendo não ser verdadeiro para todos os membros de um grupo. Torna-se muito inexata como descrição de um dado sujeito, mas que, não dada qualquer outra informação, constitui uma conjectura racional. Um desses traços levaria então à inferência de outros traços. (LIMA, 1997).

Lima (1997) afirma que enquanto generalizações, os estereótipos podem apresentar características importantes, entre elas abusivas, quando aplicadas de maneira uniforme a todos os membros de um grupo (admitindo poucas exceções), e extremas, quando atribuídas de forma superlativa e mais freqüentemente negativas do que positivas.

Ainda de acordo com a autora, a razão da tendência para a estereotipia negativa poderia ficar a dever em grande parte da função social do estereótipo, uma vez que o seu papel principal é o de legitimar formas de dominação e poder social de um grupo sobre outro e daí assumirem um caráter mais freqüentemente depreciativo frente aos “outros” diferentemente de “nós”.

De fato, tal como as atitudes e os preconceitos, também os estereótipos sociais podem ter uma conotação positiva. Mas estes, por que são menos freqüentes e dão origem a uma menor controvérsia social, tem sido muito menos investigados.

Da mesma forma, Rodrigues (2001) afirma que os estereótipos são sistemas de crenças atribuídos a membros de grupos simplesmente pelo fato de pertencerem a esses grupos. De acordo com a inflexibilidade, considerável resistência a mudança e legitimação do poder social, pode-se compreender que o estereótipo normalmente não se altera facilmente, mesmo quando em confronto com uma realidade que eventualmente o contradiga.

A estereotipia pode ser uma atribuição de traços que se supõe caracterizar o conjunto dos objetos de uma determinada categoria. Do ponto de vista da Psicologia Cognitiva, um estereótipo é social, pois se refere à caracterização de grupos e por que se trata da cognição de grupos, a respeito de indivíduos identificados sob categorias sociais genéricas, que se revelam como tendo um papel particularmente importante na memória construtiva. (LIMA, 2005)

Segundo Rodrigues (2001), todas as definições de estereótipos compartilham um traço em comum: a crença acerca de atributos, que podem ser traços de personalidade, ou comportamentos costumeiros de certas pessoas ou grupos. Assim tendemos a enfatizar o que há de similar entre as pessoas, mas que necessariamente pode não ser, se dando através de uma representação mental de um grupo e seus membros ou de uma estrutura cognitiva que é o conhecimento acerca de uma pessoa, objeto ou situação.

O estereótipo é um meio de simplificar e agilizar nossa visão de mundo. Vive-se bastante sobrecarregado de informação; assim, para poupar tempo e energia é muito mais fácil generalizar e estereotipar um indivíduo ou grupo social, pois é difícil conseguir enxergá-lo com seus traços pessoais. Logo, estereotipar é fruto de um menor esforço, referindo-se a um mundo que já é complicado. A partir dele desenvolvemos atitudes, opiniões e crenças baseadas em conhecimentos que podem ser artificiais ou não, mas que nos satisfaz na tentativa de entender o mundo, simplificando problemas complexos. (LIMA, 2005)

Portanto, os estereótipos além de simplificarem as informações provenientes do contexto social em que se está inserido, acaba tendo também como função a preservação dos valores sociais aos quais os indivíduos se sujeitam.

### **As conseqüências de pensamentos estereotipados**

Partindo do princípio em que o processo de socialização é o elemento mais importante na formação dos estereótipos e nos seus conteúdos, Devine (apud Lima, 1997) faz menção a existência de duas propostas em relação aos estereótipos, são elas, a ativação automática e a ativação controlada. Na primeira, não temos controle, são crenças que estão muito disseminadas culturalmente e que sobrevivem à mente assim que nos deparamos com dadas pessoas em certas circunstâncias. Já a ativação controlada provém de uma reflexão sobre o que se pensou em relação ao membro de um grupo, avaliando e reavaliando sua primeira impressão.

Bernardes (2003), afirma que quando se tenta inibir a presença de pensamentos estereotipados, se obtém muitas vezes o resultado inverso, pelo fato desses pensamentos terem prazo curto. Assim as crenças estereotipadas podem retornar com mais vigor se os mecanismos inibitórios tiverem sido retirados. Por exemplo, na mente essa supressão de pensamentos indesejados apenas põe em destaque o que o sujeito se esforça para substituir. A médio ou longo prazo e em situações críticas, os pensamentos estereotipados retornam através de mecanismos de primazia.

De acordo com Devine (1989) o estereótipo é armazenado na memória

e pode influenciar as percepções e os comportamentos das pessoas. Esse processo, chamado estereotipação, se torna estruturas cognitivas que podem ser ativadas e usadas automaticamente. (DEVINE apud BERNARDES, 2003).

Rotular é um processo similar, e que se dá como um caso especial do ato de estereotipar. Rotular pessoas e grupos faz com que certos acontecimentos possam ser antecipados. A atribuição de um rótulo nos leva a pressupor comportamentos compatíveis com o rótulo dado, acarretando uma cegueira no rotulador, que vai ver apenas aquilo que se adéqua ao rotulo e fazer uma indução ao comportamento para que o sujeito se comporte do modo que se espera (Rodrigues, 2001)

Os estereótipos podem ser ainda ferramentas conceituais que ajudam a perceber o complexo mundo social. Sua influência nas impressões, julgamentos, avaliações e comportamentos tem sido assunto para a psicologia social. As pessoas acreditam que estereotipar alguém é algo inaceitável e tendem a pensar que esse ato se dá como preconceito, evitando a partir daí, estereotipar. Apesar de estes terem um baixo nível de preconceito, são capazes de estereotipar, embora estejam motivados a evitar tais reações. (BERNARDES, 2003).

Devine (apud Lima, 1997) afirma que o indivíduo se dá conta de pensamentos detratores quando tenta inibi-los. Pessoas consideradas preconceituosas ficam sem pensamentos socialmente aceitos quando tentam substituir os pensamentos estereotipados. Porém, isso não quer dizer que seja impossível não estereotipar nesse caso, já que as pessoas podem adotar objetivos e utilizar estratégias diferentes a fim de evitar o impacto dos estereótipos sociais.

## **Estereótipos dos discentes de Psicologia**

Levando em consideração a análise dos questionários, temos como dados as respostas de 191 alunos da UFRR que estão distribuídos nos cursos de Administração, Arquitetura, Comunicação Social, Ciência da Computação, Engenharia Civil, Geografia, Física, Matemática, Pedagogia e Psicologia. Duas turmas de cada curso foram entrevistadas a fim de aplicar num mesmo curso os dois instrumentos utilizados.

Ao idealizar essa pesquisa, esperávamos encontrar adjetivos de conotação negativa em relação aos discentes de Psicologia. Uma vez que a literatura aponta que, na grande maioria das vezes, tendemos a atribuir estereótipos negativos, além do fato de ser um curso novo e, devido a sua localização no campus ser um pouco afastado dos demais. Contudo, após a análise dos dados constatamos a inferência de adjetivos que possuem conotação positiva, embora, como sinaliza Rodrigues (2001), uma avaliação do que seja positivo ou negativo pode ser muito influenciada por fatores subjetivos.

Para melhor entender a análise dos dados coletados, dividimos esta de acordo com os instrumentos utilizados: questionário fechado e questionário aberto. Posteriormente retiramos da amostra o Curso de Psicologia a fim de comparar as respostas deste com os demais cursos, no intuito de averiguar possíveis semelhanças e discrepâncias e por fim verificar qual estereótipo foi atribuído aos alunos de Psicologia.

Com a análise dos dados de todos os questionários fechados podemos analisar que 77,36% dos entrevistados atribuíram aos alunos de Psicologia o estereótipo “observadores”; seguidos de “humanos” com 73,58%; “pacientes” e “calmos” empatados na terceira colocação com 43,4%; “inteligentes” e “responsáveis” igualmente com 41,51%; e “interessados” com 38,68%. Nas últimas colocações encontramos “insolentes”, “incapazes”, “elencares” com número ínfimo de votos.

Já no questionário aberto, o adjetivo “inteligentes” ocupou a primeira colocação com 22,35%; “sensíveis” com 10,59%; seguidos de “observadores” e “pacientes” na terceira colocação com 9,41%; “dedicados” com 8,24%; e “aconselhadores” juntamente com “calmos” ocupando a quinta colocação, assegurando 7,06% das respostas discentes, conforme vamos no gráfico abaixo:

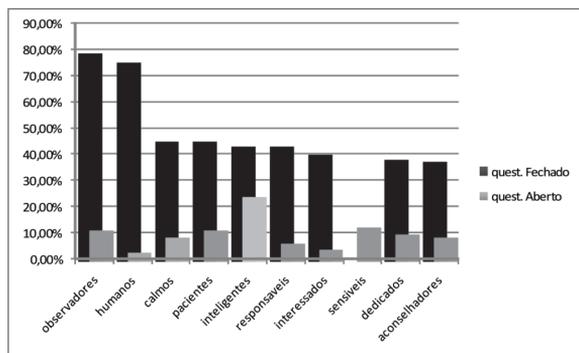


Gráfico 1

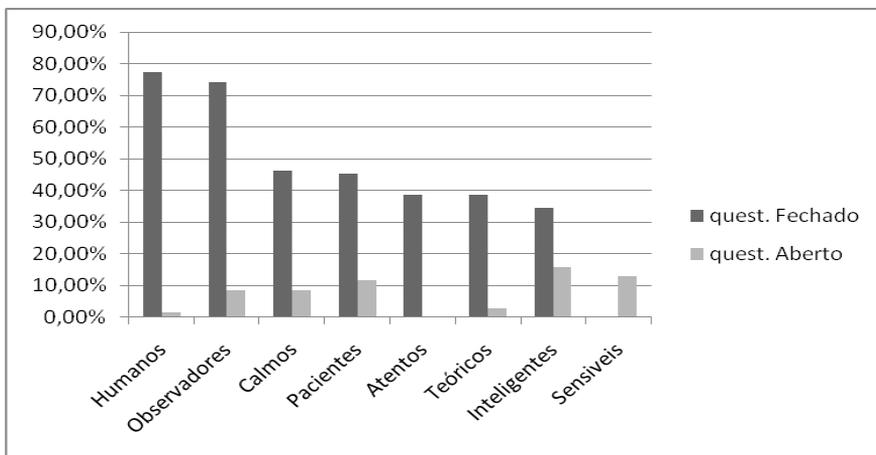
Analisando dos dados acima apresentados percebemos que os adjetivos “observadores”, “calmos”, “pacientes” e “inteligentes” foram os mais votados tanto no questionário fechado quanto no questionário aberto, variando apenas a colocação entre eles.

Rodrigues (2001) em pesquisa realizada acerca dos estereótipos atribuídos a estudantes de psicologia, no Campus universitário da PUC-Rio, identificou que a maioria dos participantes atribuiu aos estudantes de psicologia os adjetivos “problemáticos”, “pesquisadores” e “idealistas”. Adjetivos como “observadores” e “humanos” apareceram em segundo e terceiro lugar. Comparando aos resultados encontrados na UFRR, vemos que, não houve muita variação. Uma diferença considerada significativa é o adjetivo “problemáticos”, que pode ser avaliado como negativo, encontrado no estudo de Rodrigues e não encontrado na UFRR.

Quando analisamos os dados retirando os discentes do curso de psicologia, constatamos que o adjetivo “humanos” foi o mais votado com 77,42%, seguido de “observadores” 74,19%; “calmos” com 46,24%; “pacientes” com 45,16%; “atentos” e “teóricos” na quinta colocação com 38,71%.

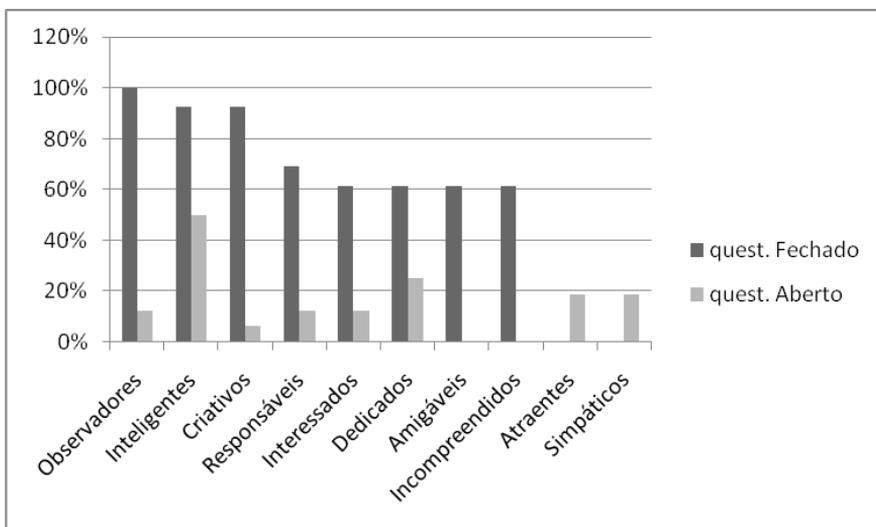
Já na análise do questionário aberto, verificamos que “inteligentes” foi o adjetivo mais votado com 15,94%, seguido de “sensíveis” 13,04%, “pacientes” 11,59%, “calmos” 8,70% e “observadores” 8,70%.

Esta análise subjetiva específica discutida, por sua vez, não se difere do julgamento do questionário aberto geral, como pode ser averiguado no gráfico a seguir:



Relacionado aos estereótipos atribuídos a si pelos discentes do curso de Psicologia, tivemos como respostas no questionário objetivo que 100% dos acadêmicos definem-se estereotipadamente como “observadores”; seguido de “inteligentes” e “criativos” com 92,31%; “responsáveis” com 69,23%; “interessados”, “dedicados”, “amigáveis” e “incompreendidos” igualmente com 61,54%.

No questionário subjetivo, 50% dos alunos de Psicologia definiram “inteligentes” como pertinente aos mesmos; seguido de “dedicados” 25%; “atraentes” e “simpáticos” 18,75%. Não foi constatada nenhuma categorização no presente questionário para os adjetivos “humanos”, “pacientes” e “calmos”, denotando uma discrepância com relação aos dados do questionário objetivo.



Vale ressaltar que os estereótipos na maioria das vezes denotam uma atribuição negativa, o que não quer dizer que não possam ter uma conotação positiva, principalmente se este tiver sendo atribuído a si mesmo ou ao seu grupo pertencente.

O Curso de Psicologia se difere de maneira discrepante dos outros cursos quando referente ao adjetivo “humanos”. A estereotipação do próprio si não se assemelha a atribuída pelos demais. De forma geral, conclui-se que, para os discentes da UFRR, “inteligentes” e “observadores” são os adjetivos que mais caracterizam os acadêmicos de Psicologia.

## **Considerações finais**

O estereótipo pode ser entendido por uma generalização extrema de julgamentos que nem sempre condizem com a realidade. Pode-se afirmar que os estereótipos são sistemas de crenças atribuídos as pessoas e, normalmente, não se alteram, mesmo quando confrontados com um fato real que o contradiga. São atributos que podem ser traços de personalidade ou comportamentos costumeiros de certas pessoas ou grupos.

Como afirma a literatura, constatamos a projeção de características pessoais na avaliação do estereótipo dos acadêmicos de Psicologia, devido à subjetividade coletiva e individual dos entrevistados. As regras, o meio e a cultura onde as pessoas estão inseridas são fatores formadores de pensamento e comportamento individual.

Na mídia os psicólogos ainda são retratados como profissionais que ficam atrás de um paciente deitado em um divã, sempre com um bloquinho de anotações na mão. É um profissional que habita o imaginário popular como aquele que está sempre disposto a ouvir, analisar e dar conselhos que nos ajudarão a resolver as mazelas da vida.

Essas concepções levaram os indivíduos a classificarem os estudantes de psicologia com os adjetivos listados acima, e nos levam a crer que existe um estereótipo acerca dos estudantes de psicologia que os faz serem vistos como dotados de certas características sempre relacionados aos aspectos divulgados pela mídia, cultura e pelo imaginário popular.

Ao realizarem sua auto-avaliação no questionário aberto, os acadêmicos do curso de Psicologia destacaram adjetivos apontados como necessários para o exercício da profissão. sob uma perspectiva técnica. Destacamos que os adjetivos “humanos”, “pacientes” e “calmos” são qualidades, entendidas dentro do cotidiano da atuação psicológica, como necessárias a um tratamento psicoterápico, e acreditamos por isso serem atribuídas a si mesmos.

É importante ressaltar que, sendo o estereótipo um meio de simplificar nossa visão de mundo, podendo agilizar e orientar nossas ações, os comportamentos dirigidos aos estudantes de psicologia tendem a ser orientados por esses estereótipos. No entanto, a conduta adotada pelos próprios acadêmicos poderá alterar esse estereótipo no decorrer do curso, seja para melhor ou para pior.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BERNARDES, Dora Luisa Gerales. Dizer “não” aos estereótipos sociais: as ironias do controlo mental. *Análise Psicológica*, Lisboa, Jul 2003, vol.21, no.3, p.307-321. ISSN 0870-8231.

BRAGHIROUI, EM; PEREIRA, S. RIZZON, LA. *Temas da Psicologia*. Petrópolis: RJ. Vozes, 1994.

LIMA, Maria Manuel, “Considerações em Torno do Conceito de Estereótipo: Uma Dupla Abordagem”, *Revista da Universidade de Aveiro - Letras*, Publicação do Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro, 1997, pp. 169-181.

MINAYO, M. C. S.(org) *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 24ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

RAMOS, A. *Introdução á psicologia social*. 4ª Ed. São Paulo: Casa do psicólogo: Florianópolis: universidade Federal de Santa Catarina: Brasília: Conselho federal de psicologia, 2003.

RODRIGUES, A.; ASFMAR, E. M. L.; JABLOHSKI, B. *Psicologia Social*. 20ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

RODRIGUES, A, *Psicologia Social para principiantes: Estudo da interação humana*. 9ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

ARTIGO

**CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E EXCLUSÃO SOCIAL NAS CAPITALS PERIFÉRICAS DA AMAZÔNIA.**

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo geral discutir o processo de crescimento demográfico nas “capitais periféricas” da Amazônia e sua relação com alguns indicadores sociais. Através da apresentação de alguns indicadores destas cidades pretendemos demonstrar a situação sócio-econômica das mesmas e a necessidade da intervenção governamental no combate aos problemas refletidos nos indicadores. Utilizando-se fundamentalmente dos dados apresentados por Pochmann e Amorim (2004) busca-se apresentar a situação social dos municípios que por hora chamamos de capitais periféricas da Amazônia, a saber: Boa Vista, Macapá, Rio Branco e Porto Velho.

**Palavras-chave:** Capitais periféricas, exclusão social, Amazônia.

**Abstract:**

The present article has as objective generality to argue the process of demographic growth in the “peripheral capitals” of the Amazonia and its relation with some social pointers. Through the presentation of some pointers of these cities we intend to demonstrate the partner-economic situation of same and the necessity of the governmental intervention in the combat to the problems reflected in the pointers. Using itself basically of the data presented for Pochmann and Amorim (2004) one searches to namely present the social situation of the cities that for the

<sup>1</sup>Prof. Depto. Economia – UFRR. Doutorando NAEA/UFPA.

moment we call peripheral capitals of the Amazônia: Boa Vista, Macapá, Rio Branco and Porto Velho.

**Key words:** peripheral capitals, social exclusion, Amazonia.

## INTRODUÇÃO

Atualmente o debate sobre os problemas da Amazônia tem se concentrado fundamentalmente na problemática florestal, sobretudo nas questões envolvendo o desmatamento, biopirataria e expansão do agronegócio (sobretudo grãos), temas recorrentes na mídia e na produção científica – nacional e internacional.

Na Amazônia Legal residem nas zonas urbanas da região, segundo dados do IBGE<sup>2</sup>, aproximadamente 16 milhões de pessoas. Quando se pensa em cidades da Amazônia, recai-se quase sempre sobre as metrópoles regionais (Belém e Manaus), que, juntando suas respectivas regiões metropolitanas, alcançam uma população de cerca de 3,5 milhões de habitantes.

Entretanto, nas últimas décadas, diversas outras cidades amazônicas têm experimentado um contínuo processo de crescimento populacional, resultando numa crescente demanda por serviços públicos, alguns deles até então inexistentes nestas regiões<sup>3</sup>, o que leva a um novo arranjo institucional e novas formas de organização por parte da sociedade civil organizada<sup>4</sup>, além de uma reconfiguração do espaço urbano ocupado por estes novos elementos.

Entre os diversos municípios amazônicos a sofrerem estas intervenções no seu espaço urbano, delineando novos traçados sócio-econômicos-culturais encontram-se as capitais dos Estados periféricos da Amazônia<sup>5</sup>. Não obstante não poderem ser chamadas de metrópoles,

---

2 IBGE, 2007. Não abordaremos aqui o debate existente sobre a natureza destes dados (urbano x rural x rurbano). Para um maior aprofundamento do debate Graziano da Silva e Campanhola.

3 Cabe mencionar que este crescimento se deu principalmente na região de fronteira agrícola, expandida pela pecuária e, mais recentemente, pela sojicultura.

4 Na cidade de Boa Vista – RR podemos citar a organização de migrantes (indígenas e não indígenas) em associações formais de luta pelos direitos civis.

5 Chamamos de Estados periféricos aqueles com a menor participação no PIB regional (e também nacional), além de minoritários também em termos populacionais. São eles: Acre, Amapá, Rondônia, Roraima. Excluimos Tocantins deste conjunto de estados periféricos.

representam uma parcela significativa dos PIBs de seus respectivos estados e concentram a maior contingente de habitantes dos mesmos. Isto ocorre de forma ainda mais intensa nos dois últimos estados a se configurarem como tal, após suas extinções como Territórios Federais, a saber, Amapá e Roraima.

### **PERIFERIA AMAZÔNICA: UMA BREVE APROXIMAÇÃO CONCEITUAL.**

A literatura econômica vem utilizando-se de conceitos e tipologias para determinar e delimitar relações sócio-econômicas das mais diversas ordens e magnitudes, tanto na esfera macro como nas micro relações de poder em dadas comunidades/sociedades.

Uma das abordagens, de caráter substancialmente econômico (entretanto sociológico, por sorte) refere-se, ou qualifica, às relações entre as diferentes nações do mundo contemporâneo, de maneira a descrever a forma como aquelas são (e foram) determinadas e os elementos responsáveis pela permanência destas relações, e que acabam por manter o distanciamento sócio-econômico dos países, entre o centro e a periferia. Este esforço metodológico de apreciação das relações internacionais sob este paradigma do centro-periferia é largamente utilizado (obviamente não de forma exclusiva, tampouco homogênea) pelas ciências econômicas e sociais. Utilizando-se deste paradigma, comumente dizemos que os países ricos inserem-se no centro do sistema, enquanto os demais (periféricos) “flutuam” em torno das economias industrializadas desenvolvidas. Assim sendo, o Brasil encontraria-se neste segundo grupo de países<sup>6</sup>. Cabe ressaltar, porém, que a abordagem centro-periferia utiliza-se do método histórico de apreciação destas dependências, isto é, estas diferenças e dependências são resultado de um processo histórico de dominação unilateral.

Analogamente, esta abordagem, ao ser pormenorizada pode ajudar a interpretar as relações sócio-econômicas (e por que não políticas e culturais) existentes entre estados de uma federação, onde alguns entes federativos encontram-se no centro do sistema, ao passo que a grande maioria deles situa-se no campo dos periféricos<sup>7</sup> os quais possuem, tal como os países periféricos, os piores índices de mortalidade infantil, de analfabetismo, de pobreza, etc. Dito de outra forma, os estados periféricos, assim como os análogos países de periferia, possuem piores indicadores sociais. A economia destes estados é

---

<sup>6</sup> Não cabe aqui discutirmos mais acuradamente o paradigma centro-periferia.

<sup>7</sup> Por motivos óbvios, excluímos desta análise o Distrito Federal.

industrialmente<sup>8</sup> A economia daqueles ainda está fortemente atrelada ao setor público e suas organizações.

Em termos regionais esta análise pormenorizada pode também lançar reflexões importantes sobre a situação periférica de determinados estados num contexto regionalizado, como no caso da Amazônia Legal. Esta região (definida por Lei, com o intuito de servir como instrumento de planejamento regional) compreende todos os estados da Região Norte, além de parcela do estado do Mato Grosso e de parcelas dos estados do Maranhão e de Goiás. Segundo dados do Plano Amazônia Sustentável – PAS (2006), apenas quatro estados respondem por mais de 80% do PIB regional, são eles: Pará, Mato Grosso, Amazonas e Maranhão (apesar de não ter sua área total contida na Amazônia Legal, a sua incorporação é pertinente pois a mesma é substancial na economia estadual e regional). Já a parcela territorial (e econômica) de Goiás é irrelevante, chegando a não constar como parte da Amazônia Legal na grande maioria dos trabalhos referentes à mesma. A dinâmica econômica destes quatro estados é bastante visível e concentrada. Os estados do Pará e do Maranhão (em menor escala, porém igualmente importante) têm sua economia fortemente ligada à atividade mineradora, centrada na produção em larga escala levada a cabo por grandes conglomerados do setor (como a Vale, antiga CVRD, p. ex.); a economia amazonense está amplamente sustentada na indústria (de transformação, eletroeletrônicos, motocicletas, etc.) devido a existência do Pólo Industrial da Amazônia (leia-se Zona Franca de Manaus), ao passo que o estado do Mato Grosso tem o seu dinamismo econômico atrelado ao desenvolvimento recente do agronegócio (substancialmente de grãos, sobretudo soja e suas atividades correlatas; e pecuária). Desta feita podemos dizer que o crescimento econômico da Amazônia Legal nos últimos anos reside no maior dinamismo dos setores e sub-setores acima apresentados.

Os demais estados da Amazônia Legal, talvez à exceção de Rondônia, onde o agronegócio e a atividade madeireira respondam por parcelas significativas da riqueza estadual, dependem de forma substancial da economia do setor público, nas suas diferentes esferas. Entretanto, nem por

---

<sup>8</sup> Nunca é demais lembrar que os 5 estados mais ricos do país (SP, RJ, MG, RS, PR) respondem por cerca de 80% da riqueza gerada no país, i.é., do PIB nacional. Ademais, se concentram espacialmente, segundo as regiões definidas pelo IBGE (Sudeste ou Sul).

isso podemos deixar de considerar os mesmos como periféricos, ao usar a análise centro-periferia. Certamente a economia amapaense está amplamente imbricada com a paraense e a roraimense com a amazonense. Em outras palavras, estas economias (periféricas) gravitam em torno das economias centrais. Os estados mais dinâmicos economicamente (Amazonas e Pará) são beneficiados por arranjos institucionais que ajudam a explicar a concentração produtiva nestes estados. Ainda que, por exemplo, os incentivos dados pela SUFRAMA valham para a Amazônia ocidental, o Amazonas concentra cerca de 98% da produção industrial desta porção da Amazônia, em detrimento de estados como Roraima. Aqui cabe delimitar de forma mais precisa os chamados estados periféricos da Amazônia Legal, que são: Acre, Amapá, Rondônia e Roraima.

Estes quatro estados respondem por menos de 1,1% do total do PIB nacional. À exceção do estado do Acre – estado desde 1962 - os demais são muito recentes como estados federados da nação. Rondônia, Roraima e Amapá deixaram a condição de territórios federais na década de 1980 (Rondônia em 1982 e Roraima e Amapá em 1988, com a nova Constituição Federal). Com essas condições estes novos estados membros da federação começaram a experimentar um processo de crescimento demográfico importante, sobretudo em suas respectivas capitais. Boa Vista, por exemplo, no início dos anos 1970 contava com apenas 30 mil habitantes, atualmente tem uma população aproximada de 250 mil habitantes. Rondônia, por sua vez, observou um significativo incremento populacional ainda nos anos 1970, em função de já à época se apresentar como uma nova fronteira agrícola do país, servindo como receptor de frentes de expansão importantes, tanto na produção agrícola, como, sobretudo, pecuária e na atividade madeireira. Atualmente estes estados ainda possuem uma densidade demográfica extremamente baixa, porém em termos absolutos essa população não pode ser desconsiderada. O mais populoso deles é Rondônia (aproximadamente 1,6 milhão de habitantes), ao passo que o menos populoso é Roraima, com uma população de 412 mil habitantes. Este último também possui a menor densidade demográfica (1,8

hab/km<sup>2</sup>), além de concentrar quase 250 mil habitantes na capital. O segundo município mais populoso do estado não conta com mais do que 25 mil habitantes.

Os estados do Amapá e de Roraima têm experimentado as maiores taxas de crescimento populacional desde os anos 1980, assim como suas respectivas capitais – Macapá e Boa Vista (excetuamos Tocantins e Palmas). Estas duas capitais aparecem encabeçando o ranking da exclusão social no país, segundo os dados de Pochman e Amorim (2004). Este vertiginoso crescimento populacional deveu-se (e deve-se) fundamentalmente ao intenso fluxo migratório observado nestes estados e municípios.

### **COMO SÃO AS CAPITAIS PERIFÉRICAS DA AMAZÔNIA LEGAL? ALGUMAS RESPOSTAS.**

As capitais de tais estados – objeto de análise deste artigo – possuem

**Quadro 1 – População das capitais periféricas da Amazônia – 2007.**

<b>Município</b>	<b>População</b>
Porto Velho-RO	380.974
Macapá -AP	368.367
Rio Branco-AC	314.127
Boa Vista- RR	249.889

Fonte: Almanaque Abril 2007. Elaborado pelo autor.

um importante contingente populacional, assim distribuído: Porto Velho – RO, 380 mil habitantes; Rio Branco – AC, 315 mil habitantes; Macapá – AP, 370 mil habitantes; Boa Vista – RR, 250 mil habitantes. O quadro 1 abaixo mostra com mais precisão estes dados:

A tabela acima nos permite visualizar que as capitais periféricas da Amazônia possuem uma população total de aproximadamente 1,32 milhões de habitantes. Todas estas capitais sofreram um intenso fluxo migratório positivo a partir dos anos 1970, em função das políticas governamentais lançadas pelos governos militares no intuito de “preencher

o vazio demográfico” da região, constituindo um processo de expansão de fronteira rumo à Amazônia<sup>9</sup>

Os dados apresentados na mesma fonte (Almanaque Abril) também nos fornecem informações importantes, como a participação da população das capitais no total de habitantes dos respectivos estados, demonstrando a concentração populacional nestes municípios. Em verdade, uma análise mais acurada do incremento de demandas por serviços públicos nestas capitais deve levar em conta o crescimento de outras cidades (fundamentalmente do interior destes estados), que acabam por demandar serviços (sobretudo de saúde) nas primeiras. Isto é um ponto fundamental em uma análise mais precisa.

Entretanto, nossa intenção é mostrar alguns indicadores sócio-econômicos que possam dar a dimensão da situação social encontrada nas chamadas capitais periféricas da Amazônia. Estes indicadores atestam uma situação grave de exclusão social<sup>10</sup> nestes municípios. Como já ressaltamos, pretendemos aqui apresentar os dados para suscitar uma maior percepção da realidade destas cidades, pouco conhecida por boa parte da população brasileira.

Não obstante a utilização de outras fontes de dados para subsidiarmos nossos argumentos, nossa fonte medular é o “Atlas da Exclusão Social” de Pochmann e Amorim (2004). Como destacado, não pretendemos aqui discutir a categoria “exclusão social”, portanto consideramos a obra citada como nossa principal fonte de dados e que também nos serve como referência para nossa análise. Alguns indicadores não são propriamente trabalhados pelos autores e assim sendo não compõem o cálculo dos sub-índices e tampouco do índice final de exclusão social. Entretanto, fazemos referência a eles somente como complementares em nossa análise, por acreditarmos que podem ajudar a demonstrar a situação social encontrada nas capitais analisadas neste breve ensaio.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS.**

Indicadores são importantes instrumentos na análise sócio-econômica de municípios (assim como de estados, regiões e países) e servem

---

9 Para uma apreciação do movimento de fronteira para a Amazônia, recomendamos a leitura de Otávio Velho (1977).

10 Não pretendemos aqui debater a categoria “exclusão social”. Utilizamos fundamentalmente os dados de Pochmann (2004). Entretanto, temos clara a percepção de que esta discussão é fundamental no trato desta questão.

para refletir uma situação, uma fotografia de determinada região – município, no caso - e têm como principal objetivo dar subsídio à elaboração de políticas públicas voltadas aos problemas apontados pelos mesmos. Através deste instrumento os elaboradores de políticas públicas têm subsídios para decidir o que deve ser feito para mitigar/resolver determinado(s) problema(s).

Vários são os indicadores utilizados para se caracterizar uma situação econômica e social de uma área geográfica pré-determinada. Durante muito tempo o principal indicador usado na determinação do bem estar de uma população era o PIB per capita, considerado o indicador chave de qualidade de vida desta população. A lógica residia na crença de que o homem econômico maximiza seu bem estar com a maior aquisição de bens e serviços e, portanto, quanto maior a sua renda, maior seria sua capacidade em adquirir estes produtos, levando a uma maximização do seu bem-estar. Entretanto, este indicador começou a ser questionado já nos anos 1970, sendo amplamente desacreditado a partir dos anos 1990 com a adoção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e outros indicadores que se revelam mais apropriados para descrever a situação social em determinadas populações. Um dos grandes problemas do PIB per capita é a sua incapacidade de demonstrar a concentração de renda existente nas regiões em que fora calculado.

O IDH já teve sua ampliação de cálculo, abrangendo outros sub-índices não contemplados na sua composição original<sup>11</sup>. Ademais, este é apenas um de vários índices existentes. Podemos dizer que se trata de um índice síntese, existem muitos outros índices específicos, referentes aos mais diversos temas econômicos e, sobretudo, sociais. Podemos citar alguns deles: leitos por habitante, médicos por habitante, residências servidas por saneamento básico, energia elétrica, coleta de lixo, mortalidade infantil, etc.

Estes índices, se não nos demonstram a totalidade dos elementos econômicos e sociais inerentes ao processo de crescimento/desenvolvimento das cidades, servem como diagnóstico da situação em que se encontram as mesmas. Obviamente que os índices são elementos estáticos de análise, entretanto, uma série temporal deles pode apontar a evolução (ou involução) de determinados movimentos, servindo de subsídio para a elaboração de instrumentos de intervenção pública, com intuito de reverter ou contribuir ciclicamente para a continuidade dos mesmos.

Atualmente, os indicadores sociais são corriqueiramente citados nas mídias e nos debates políticos e passaram a fazer parte da definição das prioridades das políticas sociais e da alocação dos recursos públicos. Essa maior difusão dos indicadores é fundamental para o entendimento da sociedade civil

---

11 Originalmente, o IDH compõe-se de um sub-índice de educação, um de renda e outro de expectativa de vida ao nascer.

sobre sua situação sócio-econômica e no acompanhamento dos agentes acerca da alocação dos recursos públicos, isto é, confere uma maior democratização das informações sobre o destino dados às verbas públicas. Não obstante, alguns indicadores são bastante complicados de serem entendidos, como, por exemplo, indicadores de pobreza. Várias são as conceituações de pobreza, e isto é um ponto fundamental na definição das políticas públicas voltadas para a erradicação da mesma. Para podermos combatê-la, devemos saber do que se trata. Entretanto, não pretendemos aqui entrar no detalhamento destas divergências conceituais<sup>12</sup>

Várias são as formas de classificação de indicadores sociais, uma delas é conhecida como classificação temática, dividida entre os diferentes temas a serem abordados com a pesquisa. Nesta classificação, os indicadores estão relacionados aos seguintes temas: demografia, educação, saúde, mercado de trabalho, qualidade de vida, habitação, infra-estrutura urbana, segurança e justiça, renda e pobreza, meio ambiente. E, dentro destes diferentes temas, existem diversos indicadores respectivos, e que podem servir como parâmetro para as mais distintas formas de focar o indicador. Um mesmo indicador pode dizer várias coisas, dependendo do que se quer observar (JANUZZI, p. 20). Outra classificação importante corresponde à divisão dos indicadores entre objetivos ou subjetivos (ou entre indicadores quantitativos e qualitativos). Existe ainda a distinção entre indicadores descritivos e indicadores normativos. Os descritivos “apenas descrevem características e aspectos da realidade empírica (...), os normativos, ao contrário, refletem explicitamente juízos de valor ou critérios normativos com respeito à dimensão social estudada” (Idem, p. 21). Quanto às propriedades que os indicadores devem possuir, JANUZZI (p. 28) arrola: relevância social, validade, confiabilidade, cobertura, sensibilidade, especificidade, inteligibilidade de sua construção, comunicabilidade, factibilidade para obtenção, periodicidade na atualização, desagregabilidade e historicidade. Os indicadores devem ser representativos da realidade empírica da análise, para tanto utilizam-se de instrumental estatístico na determinação do tamanho da amostra a ser estudada/analizada.

No que concerne o uso de indicadores para a análise e formulação de políticas sociais, JANUZZI faz uma classificação importante quanto à natureza do ente indicado: se recurso (indicador-insumo), realidade empírica (indicador-produto) ou processo (indicador-processo).<sup>13</sup>

Essas considerações são importantes para termos em mente a necessidade de maior acuramento no tratamento das informações. Ao manejá-las, torna-se fundamental entender o que querem dizer com maior precisão, e, assim, utilizá-las como instrumento de tomada de decisões.

---

12 Para um maior entendimento, consultar o livro de Sônia Rocha, intitulado “Pobreza no Brasil. Afinal, do que se trata?”, lançado em 2006 (3 ed.) pela editora da FGV.

13 Para maiores detalhes, ver Januzzi (op. Cit), p. 23.

## **INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS NAS CAPITALS PERIFÉRICAS.**

Uma importante fonte de informações condensadas referentes à situação dos indicadores sociais no Brasil é o “Atlas da Exclusão Social no Brasil”, organizado por Márcio Pochmann e Ricardo Amorim, demonstrando a situação social dos municípios brasileiros, onde concluem que cerca de 42% do total de municípios, o que equivale a 21% da população brasileira, vive em locais caracterizados como de exclusão social, ao passo que apenas brasileiros residentes em 200 municípios (3,6% do total), representando aproximadamente 26% da população, moram em localidades com padrão de vida adequado. Outro dado importante é a ampla concentração destes 200 municípios nas regiões Sul e Sudeste do país.

Para a construção do índice de exclusão social, que apontamos anteriormente, os pesquisadores utilizaram-se de temas relacionados à (i) um padrão de vida digno; (ii) conhecimento e; (iii) risco juvenil<sup>14</sup>. Este índice foi calculado para o total dos 5.507 municípios brasileiros em 2000.

Cabe destacar que nos estados do Acre, Roraima, Amazonas e todos os da região Nordeste, a quase totalidade dos municípios apresentaram altos índices de exclusão social. Tocantins e Minas Gerais (sobretudo as regiões do Vale do Jequitinhonha e Mucuri) também apresentaram uma parcela significativa de municípios com altos índices de exclusão social (segundo a tipologia utilizada pelos autores). Pará e Amapá, em menor proporção que o primeiro grupo, também apresentaram índices elevados de exclusão em boa parte dos seus municípios. Apenas os estados sulistas e os do Sudeste (exceto Espírito Santo), acrescentados de ínfimas parcelas (principalmente nas capitais e cidades mais “dinâmicas economicamente”) no Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e o Distrito Federal, foram agraciados com baixos índices de exclusão social. Este é apenas um dos índices apresentados no trabalho.

Não nos cabe aqui apresentar de forma extensiva e crítica a metodologia de cálculo e apreciação dos índices. Para nossos objetivos basta-nos considerar o seguinte: o índice de escolaridade fica entre 0,0 e 1,0 (quanto maior o índice, melhor a situação social); o índice de alfabetização fica entre 0,0 e 1,0 (quanto maior o índice, melhor a situação social); o índice de pobreza fica entre 0,0 e 1,0 (quanto maior o índice, melhor a situação social); índice de desigualdade social fica entre 0,0 e 1,0 (quanto maior o índice, melhor a situação social); índice de emprego formal fica entre 0,0 e 1,0 (quanto maior o índice, melhor a situação social); índice de concentração de jovens varia entre 0,0 e 1,0 (quanto maior o índice, melhor a situação social) e; índice de violência varia entre 0,0 e 1,0 (quanto maior o índice, melhor a situação social).

<sup>14</sup> Para maiores detalhes, ver Pochmann & Amorim (2004, p. 18).

Feitas as considerações acima podemos agora visualizar a situação social das capitais periféricas da Amazônia. Lembremos novamente que o índice de exclusão social é calculado a partir da determinação dos demais índices mencionados (de escolaridade, de alfabetização, de pobreza, de desigualdade social, de emprego formal, de concentração de jovens e de violência), dadas suas respectivas ponderações.

Inicialmente é importante frisar que nos respectivos estados aos quais as capitais pertencem, em sua maioria, a situação dos demais municípios é pior do que a observada nestas cidades. As capitais são “ilhas de excelência” se comparadas aos demais municípios. Outro ponto fundamental é que o índice é geral para o município, não contempla as diferenças dentro dos mesmos, isto é, não considera as desigualdades existentes entre os bairros mais “ricos” e mais “pobres” da cidade. O município é a unidade geográfica homogênea de referência.

A partir do cálculo do indicador de exclusão social os autores mapearam os municípios e os classificaram num ranking onde o de melhor situação social é considerado o primeiro nesta classificação (no caso, São Caetano do Sul, no estado de São Paulo). O ranking classifica os 5.507 municípios existentes no Brasil em 2000.

A capital roraimense, Boa Vista, ocupa a posição de número 1.452 no ranking, com o índice de 0,505. São 1.451 municípios em melhor situação social, ao passo que cerca de 4. 050 apresentam uma pior situação social que esta capital. Macapá, capital amapaense ocupa a 1.683a posição no ranking, onde se observa um índice de 0,493. Já a capital rondoniense, Porto Velho, situa-se na posição de número 873, com o índice na casa dos 0,536. Na capital acreana, Rio Branco, o índice de exclusão social fica em 0,519, colocando este município na posição de número 1.178. Apenas Porto Velho encontra-se em situação melhor do que outras capitais que não as periféricas da Amazônia. A capital rondoniense posiciona-se melhor do que Maceió (AL), Teresina (PI) e Manaus (AM), respectivamente 1.040a, 1.136a e 1.112a posições. Já as outras, excetuando suas intra-relações, posicionam-se abaixo de todas as outras capitais do país. Macapá é, portanto, a capital pior posicionada no ranking da exclusão social. O quadro abaixo apresenta os valores referentes aos índices e a posição destas capitais dentro do ranking da exclusão social.

**Quadro 2 – Índice de exclusão social e ranking geral – 2000.**

<b>Município</b>	<b>Índice de exclusão social</b>	<b>Posição no ranking</b>
Boa Vista-RR	0,505	1.452 <sup>a</sup>
Macapá-AP	0,493	1.683 <sup>a</sup>
Maceió-AL	0,526	1.040 <sup>a</sup>
Manaus-AM	0,522	1.112 <sup>a</sup>
Palmas-TO	0,608	163 <sup>a</sup>
Porto Velho-RO	0,536	873 <sup>a</sup>
Rio Branco-AC	0,519	1.178 <sup>a</sup>
Teresina-PI	0,521	1.136 <sup>a</sup>

Fonte: Atlas da Exclusão Social (POCHMANN & AMORIM, 2004). Elaborada pelo autor.

O quadro acima demonstra a situação das capitais periféricas da Amazônia e de outras capitais em situação pior do que alguma (no caso Porto Velho) destas capitais periféricas. Como anteriormente colocado, somente Porto Velho encontra-se em melhor situação do que outra capital fora do rol das periféricas da Amazônia. Boa Vista e Rio Branco só estão melhores do que outras situadas dentro do próprio grupo periférico, e Macapá está colocada na última posição do ranking das capitais<sup>15</sup>

Estes dados mostram uma situação de vulnerabilidade social destas capitais, não apenas por suas posições dentro de um ranking só das capitais, mas como também no total dos municípios do país. Mais uma vez excetuando Porto Velho, todas as demais capitais periféricas encontram-se em posições acima da 1.000a, o que é preocupante socialmente. Teoricamente, por se tratarem de capitais de médio porte e amplamente dependentes do setor público, poder-se-ia esperar uma situação mais confortável. Entretanto, como vimos, não é isto que ocorre nestes municípios. Mesmo Porto Velho pode ser considerada uma cidade excluída (ou de excluídos), visto que os pesquisadores utilizam o índice igual a 0,6 como limite inferior para os incluídos. Dito de outra forma, o valor mínimo do índice para que uma cidade seja considerada de incluídos é de 0,6, o que não é o caso de Porto Velho (com índice de 0,536). Assim, todas as capitais periféricas da Amazônia são cidades dos “socialmente excluídos”.

---

<sup>15</sup> O quadro não mostra todas as capitais, mas Macapá encontra-se na última colocação entre elas. Ver Pochmann & Amorim (2004).

Ao detalharmos alguns dos índices “parciais” que compõem o índice geral de exclusão social, por exemplo o índice de desigualdade, mais uma vez uma capital periférica da Amazônia ocupa a pior posição no ranking entre as capitais brasileiras. Neste índice a pior situação é a de Rio Branco, com 0,155, seguida por Teresina (0,171) e Manaus (0,178). Boa Vista encontra-se como a 5ª pior capital (0,201), Macapá é a sétima pior (0,213) e Porto Velho, a 8ª pior (0,219). Portanto, das oito piores capitais – com maior desigualdade social - as quatro periféricas estão incluídas, encabeçando inclusive este ranking negativo. Este índice demonstra o desequilíbrio entre os chefes de grupos familiares situados nos extremos da distribuição de renda. Mostra, portanto, a concentração de renda existente nestes municípios. Do total das capitais brasileiras, as melhores colocadas – com menor desigualdade – são Florianópolis (0,748) e Porto Alegre (0,618). No que tange o índice de pobreza a pior colocada entre as periféricas é Rio Branco (0,619), o décimo pior índice entre todas as capitais. A melhor colocada é Boa Vista (0,703), a 11ª melhor no ranking. No geral das capitais brasileiras as melhores colocadas são Florianópolis (0,870), Curitiba (0,845) e Porto Alegre (0,829). O índice de pobreza indica a participação de chefes de família com rendimentos abaixo da linha da pobreza. No que tange o índice de emprego formal, os valores encontrados também foram baixos, com a pior situação do país observada em Boa Vista, 0,150, ao passo que Porto Velho foi a melhor colocada entre as periféricas, com um valor de 0,299. Este índice mensura a participação dos assalariados em ocupações formais no total da população em idade ativa. O quadro abaixo mostra o índice de desigualdade nas capitais periféricas e outras capitais pesquisadas, além de suas respectivas colocações no ranking dos índices. O ranking mostra a colocação apenas entre as oito piores capitais do país neste item, em ordem decrescente, isto é, este ranking mostra as piores colocadas entre as capitais. A 1ª posição equivale à pior colocada, a 2ª posição é a segunda pior colocada e assim sucessivamente.

**Quadro3 – Índice de desigualdade e ranking das piores capitais – 2000.**

Município	Índice de desigualdade	Posição no ranking (piores)
Rio Branco - AC	0,155	1ª
Teresina - PI	0,171	2ª
Manaus - AM	0,178	3ª
São Luis - MA	0,183	4ª
Boa Vista - RR	0,201	5ª
Maceió - AL	0,205	6ª
Macapá - AP	0,213	7ª
Porto Velho - RO	0,219	8ª

Fonte: Atlas da Exclusão Social no Brasil (POCHMANN & AMORIM, 2004). Elaborada pelo autor.

O quadro acima demonstra a situação apresentada anteriormente concernente ao índice de desigualdade social. Rio Branco é a pior capital brasileira neste quesito e Boa Vista a quinta pior, o que demonstra que duas periféricas encontram-se entre as cinco piores e ainda que, das oito piores, as quatro periféricas inserem-se neste rol de municípios. Em última análise pode-se apreciar que as capitais periféricas da Amazônia apresentam uma alta concentração de renda, um forte desequilíbrio entre os chefes de grupos familiares situados nos extremos da distribuição de renda.

Como mencionado anteriormente, o índice de emprego formal, que mensura a participação dos trabalhadores assalariados em ocupações formais no total da população em idade ativa, apresentou-se baixo nas capitais analisadas, conferindo à capital roraimense a pior posição no ranking nacional. O quadro abaixo mostra este índice para as capitais periféricas e suas respectivas posições no ranking nacional. Neste índice, Vitória apresentou o maior valor (0,603), colocando-a no topo do ranqueamento, com o maior índice de emprego formal do país.

**Quadro 4 – Índice de emprego formal e posição geral no ranking – 2000.**

<b>Município</b>	<b>Índice de emprego formal</b>	<b>Posição geral no ranking</b>
Porto Velho - RO	0,299	16ª
Rio Branco - AC	0,278	19ª
Macapá - AP	0,199	26ª
Boa Vista - RR	0,150	27ª

Fonte: Atlas da Exclusão Social no Brasil (POCHMANN & AMORIM, 2004). Elaborada pelo autor.

Portanto, as duas piores capitais classificadas no ranking do emprego formal foram Boa Vista e Macapá, ambas capitais periféricas da Amazônia. Não obstante serem cidades com alta participação do funcionalismo público nas economias locais, apresentaram elevados índices de informalidade. Estes valores demonstram baixo dinamismo destas economias. Excetuando-se os servidores públicos, o emprego formal apresenta baixíssimos índices nestas capitais, representando uma alta informalidade empregatícia. Isto impacta negativamente a arrecadação de tributos por parte do poder público, implicando em uma reduzida capacidade do mesmo em ofertar serviços públicos às sociedades locais. Importante ressaltar a provável ligação existente entre este alto nível de informalidade com o forte fluxo de imigrantes observado

nestas capitais. Como afirmamos anteriormente, Boa Vista e Macapá têm experimentado elevadas taxas de crescimento demográfico desde os anos 1980, decorrentes da imigração intensa de pessoas das diferentes regiões do país, em particular nordestinos.

O quadro abaixo apresenta o crescimento demográfico ocorrido nas quatro capitais consideradas, entre os anos de 1991 e 2004. Destacam-se as elevadas taxas de incremento populacional em todas elas, particularmente em Macapá e Boa Vista, que no período 1991-2000 apresentaram taxas bastante expressivas, sobretudo a capital amapaense.

**Quadro 5 – População residente, taxas médias de crescimento (1991-2004).**

<b>Munic.</b>	<b>Pop.res . 1991</b>	<b>Pop.res . 2000</b>	<b>Tx.md. anual cresc.91-2000</b>	<b>Pop.res . 2004</b>	<b>Tx.md. cresc.anual 00-04</b>
B. Vista	134.155	200.568	4,61%	236.319	4,28%
Macapá	168.225	283.608	6,02%	326.466	3,69%
P. Velho	272.006	334.661	2,35%	380.884	3,36%
R.Branco	183.280	253.059	3,68%	284.555	3,04%

Fonte: IBGE. Elaborado pelo autor.

Estas duas capitais também são fortemente caracterizadas por uma intensa imigração de populações indígenas que buscam uma melhora de suas condições sociais e que acabam se submetendo a sub-empregos em atividades informais, como ambulantes e empregados domésticos não registrados. Na capital roraimense esta população indígena conta com serviços de apoio por parte da prefeitura, de organizações não governamentais e do Conselho Indígena de Roraima. Entretanto, as ações pontuais não chegam a representar mudanças estruturais nas condições sociais desta população. Ainda em Boa Vista o movimento de mulheres indígenas, assim como outros movimentos, organiza-se em atividades econômicas cooperativas, conferindo um caráter solidário a estas atividades produtivas. Desta forma estes agentes buscam uma maior eficiência produtiva que possa resultar em ganhos sociais – na forma de emprego e renda – para os membros de suas respectivas comunidades. Este movimento apresenta-se como uma resistência por parte destas comunidades ao problema do desemprego formal observado nesta camada da população. Grupos de mulheres reunidos em torno de um mesmo objetivo exercem distintas atividades, tais como artesanato, confecção de roupas íntimas,

produção de sabão e confecção de bichos de pelúcia. Estes grupos surgiram entre mulheres (indígenas e não indígenas) residentes na periferia de Boa Vista, nos bairros mais precários do ponto de vista social e de infra-estrutura urbana. Esta capital apresenta uma população de aproximadamente 32.000 indígenas, oriundos do interior do estado e de outros estados amazônicos, sobretudo do Amazonas. Este número representa aproximadamente 13% da população total do município.

Outro dado importante refere-se ao déficit habitacional encontrado para os municípios brasileiros no ano de 2000, calculado pelo IBGE juntamente com o Ministério das Cidades. Em termos absolutos, em função do tamanho das capitais periféricas, estes números são relativamente baixos. Porém, ao dividirmos o valor do déficit pelo número de habitantes, a situação destas capitais se torna mais fragilizada, estando Macapá na pior delas, figurando na 4ª pior posição dentre as 27 capitais consideradas (incluindo Brasília, além das capitais estaduais). Ainda neste critério, Porto Velho encontra-se na 9ª pior posição, Boa Vista na 12ª e Rio Branco na 17ª. Rio Branco, portanto, situa-se numa boa posição, ao passo que Boa Vista e Porto Velho encontram-se em posições intermediárias. Entretanto, os valores encontrados entre a 5ª e 12ª colocadas – Natal e Boa Vista respectivamente – são bastante semelhantes, diferenciando-se apenas a partir da 3ª casa decimal, o que na prática representa uma igualdade entre as oito cidades (Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Porto Velho, Brasília, Fortaleza e Boa Vista). Sob este critério, as duas piores situações são as de Belém e São Luís. Por outro lado, Florianópolis e Curitiba apresentam as melhores situações, ao se utilizar este critério (déficit habitacional/população residente no município). O quadro abaixo mostra o déficit habitacional nas capitais periféricas da Amazônia no ano 2000.

**Quadro 6 – Déficit habitacional nas capitais periféricas (2000).**

<b>Município</b>	<b>Déficit habitacional</b>
Boa Vista - RR	6047
Rio Branco - AC	6782
Porto Velho - RO	10378
Macapá -AP	10486

Fonte: IBGE. Elaborada pelo autor.

Ainda no que tange a dados relativos à questão habitacional, a mesma fonte disponibiliza o número de residências desprovidas de sanitário, o que reflete a qualidade dos domicílios à disposição da população residente nos municípios aqui considerados. Os valores encontrados no ano 2000 foram: Boa Vista (1979); Porto Velho (3726); Macapá (3115) e; Rio Branco (5768). No quadro a seguir podemos visualizar melhor essas informações.

**Quadro 7 – Residências sem sanitário nas capitais periféricas (2000).**

<b>Município</b>	<b>Residências sem sanitário</b>
Boa Vista - RR	1979
Macapá - AP	3115
Porto Velho - RO	3726
Rio Branco - AC	5678

Fonte: IBGE. Elaborada pelo autor.

O quadro 7 demonstra claramente a prevalência de Rio Branco sobre as demais no que diz respeito ao déficit de sanitários nas residências no conjunto das capitais periféricas. A capital acreana responde por aproximadamente 39,16% do total de residências sem sanitário no conjunto das 4 capitais. Em segundo lugar aparece a capital rondoniense com 25,7% do total; Macapá totaliza 21,48% e Boa Vista comparece na última colocação com 13,65%.

Outro dado interessante concernente ao mercado de trabalho refere-se ao número de desocupados em relação à População em Idade Ativa (PIA), destacando-se mais uma vez a supremacia da capital amapaense. Em Macapá essa relação encontra-se na casa dos 10,18%. O quadro abaixo mostra esta relação.

**Quadro 8 – N° de desempregados (A), PIA municipal (B) e relação (A)/(B) 2000.**

<b>Município</b>	<b>N° desempregados (A)</b>	<b>PIA (B)</b>	<b>(A)/(B)</b>
Boa Vista	13.983	150.215	9,3%
Rio Branco	15.855	193.088	8,21%
Macapá	21.493	210.983	10,18%
Porto Velho	24.716	258.174	9,57%

Fonte: IBGE. Elaborada pelo autor.

As capitais roraimense e rondoniense possuem situações semelhantes nesta relação, ao passo que, como já destacado, Macapá encontra-se na pior situação entre as capitais periféricas (10,18%). Macapá também ocupa situação preocupante no que tange à informalidade no mercado de trabalho. Esta capital encontra-se na segunda pior colocação no ranking elaborado por Pochmann e Amorim no quesito informalidade, como já destacamos anteriormente (a pior neste quesito é Boa Vista). Na totalidade das capitais, Macapá situa-se como a 10ª pior na relação desempregados/PIA.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

No presente artigo buscamos demonstrar de forma sucinta uma breve análise sobre a situação social observada nas chamadas capitais periféricas da Amazônia, que são: Boa Vista, Macapá, Porto Velho e Rio Branco. Utilizando fundamentalmente os dados apresentados por Pochmann e Amorim no “Atlas da Exclusão Social no Brasil”, procuramos analisá-los e relacioná-los com a expansão demográfica ocorrida nestes municípios.

Buscamos apresentar os dados contidos no Atlas (e outros) com o intuito de “tirarmos um retrato” destes municípios e a partir daí entendermos a situação social observada nos mesmos. Vimos que as piores capitais do país no que diz respeito à exclusão social apontadas no Atlas são Macapá e Boa Vista, ambas consideradas como “capitais periféricas” da Amazônia. Em muitos dos sub-índices que compõem o índice geral, estas capitais também se situaram, na maioria das vezes, entre as últimas posições do ranking, como no caso do índice de informalidade, por exemplo. Mostramos também que estas duas capitais experimentaram as maiores taxas de crescimento demográfico entre as capitais periféricas e que, assim como nas demais, foram responsáveis por tal crescimento o intenso fluxo de imigrantes intra e interestaduais ali observado. Este fator ajuda a explicar o elevado índice de informalidade observado nestas capitais.

Nosso objetivo principal, portanto, foi apresentar os dados destas capitais no intuito de suscitar uma maior observação sobre estes municípios e sobre a relação destes dados com o crescimento demográfico experimentado pelas mesmas. Macapá e Boa Vista, as duas piores colocadas no índice de exclusão social do Atlas de Pochmann e Amorim, são justamente as capitais que experimentaram as mais elevadas taxas de crescimento populacional, decorrentes de importantes fluxos migratórios ocorridos principalmente a partir dos anos 1980.

## REFERÊNCIAS

ALMANAQUE ABRIL 2007. São Paulo: Ed. Abril, 2008.

BRASIL. Programa Amazônia Sustentável (PAS). Documento final. Ministério da Integração Nacional. Brasília, 2006.

CARDOSO, A. C. Duarte; LIMA, J. J. Ferreira. Tipologias e padrões de ocupação urbana na Amazônia Oriental: para que e para quem? In: Cardoso, A. C. Duarte (org.). O Rural e o Urbano na Amazônia. Belém: Ed. UFPA, 2006.

DINIZ, Alexandre M. A.; Santos, Reinaldo Onofre. Fluxos migratórios e a formação da rede urbana de Roraima. S/d.

FREITAS, Aimerê. Geografia e História de Roraima. Boa Vista: DLM, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J.; Campanhola. C. O novo rural brasileiro. Campinas: Ed. Unicamp/Embrapa, 1998.

IBGE e Ministério das Cidades. Compilação de dados. CD-ROM.

IBGE. Compilação de dados. CD-ROM.

JANUZZI, P. de Martino. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. 3a ed. Campinas: Alínea Editora, 2004.

PEREIRA, J. C. Matos. A urbanização da Amazônia e o papel das cidades médias na rede urbana regional. In: Cardoso, A. C. Duarte (org.). O Rural e o Urbano na Amazônia. Belém: Ed. UFPA, 2006.

POCHMANN, Márcio.; AMORIM, Ricardo. (org.). Atlas da Exclusão Social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2004.

ROCHA, Sônia. Pobreza no Brasil. Afinal, do que se trata? 3a ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. 5a ed. São Paulo: Edusp, 2005.

ARTIGO

**DIFICULDADES NA APRENDIZAGEM: A LÍNGUA  
ESCRITA E SEUS DESAFIOS NUMA ESCOLA  
PÚBLICA CEARENSE.**

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo analisar a efetivação do processo de leitura e escrita em alunos do 5º ano do ensino fundamental, procurando identificar as principais dificuldades enfrentadas por professores e alunos nesse processo e as prováveis causas das mesmas. Na realização deste estudo de cunho qualitativo utilizou-se a pesquisa bibliográfica e de campo. Fundamentando as discussões aqui apresentadas, foram consultados autores como: Soares (1986); Ferreiro (1991); Seber (1995); Solé e Teberosky (2004); Simonetti (2005); Bastos (2003), dentre outros. A pesquisa de campo aconteceu em uma escola pública do município de Sobral - Ceará, por meio de um questionário aplicado aos professores, de um grupo focal formado por alunos identificados pelos professores como possuidores de dificuldades em leitura e escrita e de uma análise da escrita dos alunos. Os dados obtidos demonstram que a escola tem uma organização voltada para o processo de alfabetização, no entanto deixa muito a desejar na concepção de letramento e formação plena, pois percebe-se por parte dos professores um transferência de responsabilidades no que se refere à dificuldade de aprendizagem. Constatou-se ainda uma forte cobrança em relação ao erro cometido pelos alunos e inadequação na forma de correção da escrita dos alunos, constituindo-se como interferência negativa na aprendizagem dessas crianças.

**Palavras-chave:** Aprendizagem – Leitura – Escrita

<sup>1</sup> Professora da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Especialista em gestão escolar e Psicopedagogia.

<sup>2</sup> Aluna do curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú.

## **INTRODUÇÃO**

A leitura e a escrita constituem conhecimentos dos mais importantes ao ser humano, uma vez que é ao mesmo tempo disciplina a ser aprendida e instrumento para a aprendizagem dos mais variados campos da ciência.

A necessidade de aprender a ler e a escrever, no entanto, vai mais além, pois faz parte da cidadania, é direito de todo ser humano, quer seja para dar continuidade aos seus estudos, para articular conteúdos culturais, para melhor se expressar, se divertir entre outras funções.

A incapacidade de ler e escrever nas situações sociais numa sociedade em que tal capacidade é cada vez mais exigida, além de limitar o acesso a informações, privando a pessoa da aquisição de novos conhecimentos, tira da mesma o direito de participar de forma ativa e autônoma da vida social já que a cultura escrita se faz presente nos diversos meios em que vive.

Compreende-se o domínio da leitura e escrita como elemento essencial no processo escolar, cujo desenvolvimento serve de base para a obtenção de novos saberes.

As dificuldades de aprendizagem, entretanto, constituem um dos graves problemas que enfrentam os alunos das escolas brasileiras, preocupando educadores, pesquisadores em educação e toda a sociedade.

Enquanto a LDB art. 32, inciso I assegura “a formação do cidadão mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura e da escrita e do cálculo”, a realidade educacional aponta crianças e jovens que, por motivos intrínsecos ou extrínsecos à escola, enfrentam dificuldades em ler e escrever, o que na maioria das vezes implica em experiências escolares fracassadas.

Os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), de acordo com uma publicação feita pelo INEP mostrando o mapa de analfabetismo no Brasil nas provas de 2003, são ilustrativos dessa situação: 55% dos alunos da quarta série apresentavam níveis muito críticos no desempenho da leitura e da escrita, ou seja não desenvolveram habilidades mínimas condizentes a quatro anos de escolarização. Em 2005 os dados do SAEB mostram que ao final da quarta série do ensino fundamental apenas

29,12% das crianças tinham aprendido o que é esperado para este estágio. Ou seja, apenas 03 alunos em cada 10. Os dados revelam ainda neste mesmo ano que o analfabetismo funcional atingiu 80% destas crianças.

Diante desta realidade nos propomos em realizar uma pesquisa investigativa a partir da seguinte problematização: com tantos avanços na compreensão do processo de aquisição da aprendizagem da leitura e da escrita<sup>3</sup> porque ainda não se resolveu o desafio da alfabetização? Que aspectos estão interferindo no processo de ensino-aprendizagem das séries iniciais e o que está sendo feito para motivar o interesse dos alunos pela leitura?

O enfoque desta pesquisa está voltado para a questão pedagógica; assim procurou-se analisar a efetivação do processo de leitura e escrita em alunos da quarta série, atualmente o quinto ano do ensino fundamental inicial, com questionários aos professores, análise das produções escritas dos alunos e formação de um grupo focal com alunos com dificuldade em ler e escrever.

O campo escolhido para a pesquisa foi uma escola pertencente à rede municipal de Sobral, no estado do Ceará. A mesma atende a três turmas de 5º ano (lembrando que o ensino fundamental conta atualmente com nove anos) com um público de alunos diversificado sob o ponto de vista sociocultural, três professoras que se revezam entre as três turmas, uma com a disciplina de português, outra assume as aulas de matemática, e a terceira assume história e geografia.

No que diz respeito aos instrumentos de coleta de dados, primeiro utilizou-se um questionário aberto aplicado aos professores das turmas, para obter informações acerca das principais dificuldades enfrentadas por estes profissionais no ensino da língua escrita, quais fatores justificam a promoção dos alunos que ainda não lêem, averiguar o que existe na escola de incentivo a leitura e escrita, qual a participação dos professores na elaboração do currículo para leitura e escrita, conhecer o nível de qualificação dos professores. Depois foi utilizada a técnica do grupo focal que consistiu de entrevista com um grupo de alunos identificados pelos professores como possuidores de dificuldade na leitura e escrita, para assim analisar o que sentem esses alunos e identificar quais dificuldades eles vivenciam .

<sup>3</sup> Como por exemplo, os estudos de Teberosky, "Psicogênese da língua escrita".

Por último, fez-se uma análise da produção escrita dos alunos de uma das turmas investigadas tentando averiguar de forma mais abrangente a efetivação do processo de alfabetização destas crianças, identificar o nível de interesse e as formas de acesso dos alunos ao mundo da leitura e escrita.

## **APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

A aplicação do questionário permitiu analisar os desafios enfrentados pelos docentes e como os mesmos têm tentado a superação. Os professores aqui serão identificados de professores A, B e C. Sua formação é a seguinte: duas são pedagogas sendo uma delas especialista em Gestão Escolar e a terceira é estudante de pedagogia e as três afirmam participar das capacitações e dos cursos de formação continuada que são ofertados aos professores da rede municipal, através de uma escola de educação permanente do magistério, mantida pela prefeitura de Sobral.

Constatou-se através das informações obtidas nos questionários, que nessas três turmas há um total de 105 alunos, e nove alunos com dificuldades de aprendizagem. Dentre as razões apontadas pelas professoras para o atraso desses alunos estão a infrequência dos mesmos às aulas, a falta de acompanhamento e apoio da família, problemas cognitivos, e ainda a falta de um diagnóstico mais preciso por parte da instituição de ensino sobre as dificuldades de aprendizagem dos alunos. Nada de concreto foi encontrado na escola que identifique qualquer problema por parte dos alunos, a não ser o fato de não conseguirem codificar a língua escrita (escrever) e decodificar a língua escrita (ler) que é o caminho para a alfabetização e letramento (lembrando que não basta codificar e decodificar, mas é preciso que estas habilidades aconteçam também com outras, como consciência fonética, fluência em leitura, vocabulário e compreensão).

É comum entre educadores, atribuir o insucesso dos alunos ao não acompanhamento dos pais. Não se pode negar que a participação da família é importante para a aprendizagem da criança. Porém, não se pode esquecer que a aprendizagem escolar é responsabilidade da escola, principalmente quando estas crianças vêm de lares sem uma organização e de pais não-leitores. Nesse

caso a escola precisa se responsabilizar por oferecer a essas crianças a oportunidade de conhecerem diversos gêneros e diversas formas de linguagens ao mesmo tempo em que aprendem, caso contrário, haverá uma transferência de responsabilidade que penalizará o aluno, privando-o ainda mais da liberdade que envolve o “saber”.

No que se refere a ausência de um diagnóstico, verificou-se que a idéia das professoras é de que esta é uma tarefa da instituição, quando na verdade é o próprio professor que deve no cotidiano da sala de aula, diagnosticar as dificuldades e os avanços dos seus alunos para, a partir dos resultados e com a ajuda da instituição, desenvolver estratégias que levem a superação dos problemas.

Quando se fala em infrequência é preciso observar a escola em seu conjunto, pois todos nós gostamos de um bom acolhimento, logo é importante ver se a escola é acolhedora, é espaço seguro, se as ações desenvolvidas e normas contemplam a valorização do trabalho coletivo, a cooperação, o respeito às diferenças étnicas e sexuais, se é democrática e respeitosa. A merenda funciona dentro das normas de nutrição (qualidade e sabor apreciável) e principalmente ver a qualidade da aula.

Questionadas sobre a promoção dos alunos sem o domínio da leitura e da escrita, a professora “A” falou que não é possível reprovar para não gerar defasagem idade/série na escola e o fato de se considerar outros conhecimentos que o aluno expressa na convivência, Já a professora “B” apresentou uma crítica ao sistema educacional que “prioriza os números em avanço e não o avanço da aprendizagem”, e a professora “C” também fez referência ao sistema e diz “o sistema não aceita que os alunos permaneçam na mesma série devido a faixa etária.

É importante observar que existe, em geral, uma confusão dos professores, mas também dos formuladores das políticas educacionais, sobre avaliação como processo. Assim, tem sido comum as escolas fazerem o que se convencionou chamar de “promoção automática”, ao invés de um processo avaliativo que implique no desenvolvimento qualitativo da aprendizagem por parte dos alunos.

A posição das professoras reflete essa confusão, além de revelar o despreparo em relação a um processo avaliativo que contribua,

efetivamente, para a melhoria da qualidade do ensino. Percebe-se que falta aos educadores o que Paro (2001) considera como essencial: a consciência de que o fracasso escolar não se deve a um fator apenas, mas a um conjunto de fatores internos e externos à escola, e essa inconsciência faz com que os mesmos aceitem a crença do senso comum de que a baixa qualidade do ensino se deve ao pouco esforço ou despreparo do professor, ou ao aluno que tem precárias condições culturais e econômicas.

De acordo com a compreensão que se tem atualmente acerca do processo de ensino-aprendizagem, é possível afirmar que a reprovação não resolve o problema dos alunos, com atrasos no processo de aprendizagem de leitura e escrita, principalmente quando se trata de alunos com dificuldades de natureza cognitiva. Mas entende-se que devem ser desenvolvidas estratégias educativas especiais que possibilitem a esses alunos avançarem de acordo com seu ritmo de aprendizagem, respeitando assim o processo individual numa perspectiva de educação inclusiva.

As respostas dos docentes abaixo transcritas revelam as principais dificuldades vivenciadas por elas no ensino da língua escrita:

- “Pouco diálogo em família, influenciando no vocabulário, que é pobre” (professora “A”);
- “A própria base, pois sem essa, o aluno não terá bom desempenho no seu caminhar, da codificação” (professora “B”);
- “Estou com uma clientela muito difícil, com famílias desmembradas, onde a conquista é fundamental para a participação nas aulas. Esse trabalho requer muita dedicação e inovação para suprir o desinteresse dos alunos” (professora “C”).

Como se pode perceber, as dificuldades levantadas pelas professoras “A” e “C” retomam a questão da participação familiar no processo educativo. De acordo com o depoimento da professora “A” a pobreza no vocabulário do aluno decorre da deficiência lingüística do ambiente familiar. Tal afirmação coincide com a idéia presente na ideologia do déficit lingüístico atribuído às crianças das camadas populares tentando justificar o fracasso dos alunos pertencentes a essa classe.

Analisando o fracasso escolar que trata a relação entre linguagem e escola a partir de uma perspectiva social, Soares (1987) identifica três ideologias presentes no contexto educacional: a ideologia do dom – que aponta as diferenças individuais (dom, talento, aptidão e inteligência) como causas do fracasso. Logo, a responsabilidade pelo fracasso do aluno não cabe a escola, mas a falta dessas características no próprio aluno. Ideologia da deficiência cultural - segundo a qual as causas estariam no contexto cultural de que o aluno provém, ou seja, alunos provenientes de um meio pobre em estímulos sensorio-perceptivos apresentariam déficits afetivos, cognitivos e lingüísticos; e por último a ideologia das diferenças culturais que admite a existência de sub-culturas e de uma cultura dominante que por razões sócio-econômicas aparece como a cultura legítima e como na escola o aluno é avaliado em relação ao modelo cultural que não é o seu, este aluno fracassa. De acordo com a mesma autora as duas primeiras ideologias citadas colocam a responsabilidade pela não aprendizagem para o aluno, ao passo que na última ideologia a responsabilidade cabe à escola, que não sabe lidar com a diversidade cultural e acaba transformando diferença em deficiência cultural.

Já no relato da professora “B”, quando trata da falta de base do aluno, supõe-se que ela refere às habilidades necessárias à aprendizagem do código escrito, porém não foi sentido nessa resposta nenhuma preocupação em programar ações que possam levar as crianças a superar suas dificuldades, já que no momento esse aluno chegou à escola, e é sua responsabilidade contribuir para seu desenvolvimento. Vale aqui ressaltar mais uma vez Soares (1987), quando reconhece que é o uso da língua que evidencia mais claramente as diferenças entre grupos no espaço escolar, gerando discriminações já que a escola usa e quer ver sendo usada a linguagem socialmente prestigiada.

Ainda no questionário perguntou-se que recursos são utilizados para despertar o interesse pela leitura. Elas afirmaram que fazem uso dos seguintes meios: estratégias de leitura silenciosa, oral, coletiva, individual e recursos como: textos diversificados, de fácil compreensão e com ilustrações, recortes de jornais, livros paradidáticos, fichas de leitura, papel para as produções de textos, histórias variadas e pesquisas.

Observa-se que são usados vários recursos. Contudo, vale lembrar que além da leitura, é necessário que o aluno perceba os contextos nos quais são empregados, que reconheçam as características e as funções desses recursos ou desses portadores de textos. Que participem de experiências variadas com a leitura e a escrita.

Ainda tratando do incentivo a leitura, constatou-se que a escola dispõe de uma pequena biblioteca que, segundo as professoras, é utilizada em pesquisas orientadas, empréstimos de livros e aulas de reforço. Entretanto, de acordo com relato da professora “B” “devido não ter um bom espaço, a biblioteca se torna desconfortável para estimular o interesse dos alunos em freqüentá-la”

Por fim ao serem questionadas sobre a elaboração do currículo para a leitura e escrita, como é elaborado e se há participação delas nessa elaboração, a professora “A” afirmou que o mesmo é feito de acordo com a proposta curricular com base no plano de curso, seguindo as normas da escola de formação do magistério (ESFAPEM). As professoras “B” e “C” responderam que esta participação acontece na formação que recebem em serviço e nos encontros periódicos onde apresentam as dificuldades de aprendizagem dos alunos mensalmente.

Percebe-se aqui pouca participação e autonomia das professoras em relação ao seu plano de aula e proposta pedagógica da escola. Além disso, pelo que se pode notar, o currículo é o mesmo para todas as escolas do município, desconsiderando os diferentes contextos em que este será aplicado. Compreendemos, de acordo com Simonetti (2005), que para alfabetizar e letrar, caminho a ser percorrido pelas escolas, os adultos que nela trabalham e mais especificamente os professores, precisam organizar uma proposta pedagógica que mantenha coerência com os princípios teóricos e valores que norteiam a prática. Para conseguir alfabetizar e letrar é preciso uma proposta fundamentada numa teoria sólida para que a ação didática tenha qualidade. Ação de qualidade requer professores com atitudes, autônomos, estudiosos e pesquisadores principalmente de questões do cotidiano de sua turma de alunos e compreenda-os como sujeitos ativos na construção de sua aprendizagem.

Sobre o grupo focal, fizemos uma entrevista de maneira informal, por acreditarmos ser uma forma de obter informações e dados diretamente dos sujeitos (alunos da 4ª série) sobre suas dificuldades sem, no entanto lhes causar constrangimento.

A entrevista se deu de maneira satisfatória, com a participação dos alunos que apresentam dificuldades na leitura e escrita. No início se sentiram inseguros e intimidados e apenas respondiam as perguntas que a eles eram dirigidas.

Ao serem perguntados se gostam de leitura, todos responderam que sim. Então citaram os tipos de textos que mais os atraem “lendas, fábulas, poemas e história em quadrinho”. O que deu para perceber que embora com dificuldades na leitura, mostram-se conhecedores de alguns dos diversos gêneros textuais. Segundo Costa Val (2006, p.21) reconhecer diferentes gêneros e identificar suas características gerais favorece o trabalho de compreensão, já que orienta as expectativas do leitor diante do texto.

Ao perguntar as crianças se tinham dificuldades - e quais eram - no processo de aprendizagem da leitura e da escrita, alguns responderam que era “juntar as sílabas”, outras que era “de” lembrar o que liam” e um outro citou dificuldade de “aprender palavras novas e saber o significado” e um aluno revelou ter dificuldades de pronunciar as palavras.

Pode-se constatar aqui, uma das dificuldades que compromete a leitura desses alunos que é a compreensão leitora, que de acordo com Bastos (2003), o aluno com dificuldade de compreensão leitora provavelmente desconhece o significado das palavras, não consegue retirar a idéia central dos textos e tem limitações em expressar com suas palavras o que leu. Compreensão depende tanto dos conhecimentos que os alunos trazem de suas vivências, como da valorização desses conhecimentos pela escola, bem como dos objetivos da leitura e da motivação e estímulo ao ato de ler. Essas motivações podem e devem ser dadas antes, durante e depois da leitura, a fim de se criar expectativa e interesse pela mensagem escrita.

Na busca de compreender o que pensam e sentem as crianças sobre as dificuldades a elas conferidas, indagamos sobre como se sentem em relação a sua situação de leitura na escola e as respostas são as seguintes:

- “Fico nervoso quando leio e fico errando as palavras e com medo de errar mais. Também não sei escrever rápido. Eu faço redação e demoro demais, todos os meus colegas terminam logo, só eu não” (aluno1);
- “Triste. Menos que os outros” (aluno 2);
- “Vontade de ser como os outros” (aluno 3);
- “Sinto medo por causa da prova” (aluno4);
- “Às vezes fico com vontade de chorar, quando não consigo ler” (aluno 5);
- “Uma agonia, angústia” (aluno 6).

Diante das respostas citadas acima, percebe-se uma pressão muito forte sobre o aluno no que diz respeito ao erro. A escola ao premiar e colocar em destaque aquele que acerta, involuntariamente contribui para que o aluno que ainda não acertou se sinta inferior, gerando uma sensação de desânimo ou estagnação que provavelmente irá bloquear a capacidade de manifestar seu pensamento e ação. Parece ocorrer na escola o que Luckese (2005) descreve como examinar para julgar, classificar, selecionar e excluir.

O que se questiona aqui é o seguinte: o que aconteceu nestes anos de estudo, para que as crianças e jovens tenham medo, sintam agonia e mostrem tão baixa auto-estima? Porque a vontade de querer ser como os outros? O que a educação tem feito para valorizar o saber e o “ser” de seus alunos? Como preparar um currículo que, respeitando a individualidade, assuma o desafio de promover aprendizagem? Luckesi (2005, p.48) convoca a escola a acolher o educando como ser humano, na sua totalidade e não só na aprendizagem específica. Se não o acolhemos cita o mesmo autor, o recusamos, e esta recusa, mesmo sutil, impossibilita a relação, o diálogo e a prática educativa.

Uma perspectiva construtivista entende que os erros dos sujeitos geralmente são frutos de reflexões que demonstram como os alunos estão pensando, são, portanto erros construtivos que devem ser compreendidos e diagnosticados para posterior intervenção que os façam sair da situação atual para uma de maior aprendizagem, portanto mais qualificada.

A entrevista com os alunos demonstrou ainda a falta de incentivo ao hábito da leitura por parte de suas famílias, embora todas as crianças tenham afirmado a presença de livros, jornais e revistas em casa. Apenas uma das entrevistadas disse ver sua mãe lendo, embora que “somente os livros da faculdade dela”. Os outros dizem não ver os pais lendo porque estes passam o dia trabalhando. Dessa forma, se estas crianças não têm uma referência leitora em casa cabe à escola assumir a responsabilidade de despertar e incentivar o gosto pela leitura, caso contrário como a criança e o jovem compreenderá a leitura como algo importante e que pode dar prazer?

Ao serem interrogados sobre como seus professores das séries anteriores trabalhavam a leitura e a escrita e que atividades eram realizadas para que eles aprendessem, os alunos citaram dois exemplos completamente distintos. Primeiro relataram a experiência negativa que todos tiveram com um professor que em vez de ajudá-los a aprender, ficava zangado porque eles não sabiam e os resultados da sua turma ficavam baixos.<sup>4</sup> Em seguida, com empolgação relataram as estratégias usadas pela professora atual, que consta de leitura de muitas histórias, uso de jogos, ditados e até passeios.

Sobre a escrita dos alunos, foi analisada a produção escrita dos alunos da turma “C”. Tratava-se de uma seqüência de quadrinhos a partir da qual os alunos escreveram uma narrativa. A produção mostrou que a maioria dos alunos dispõe de boa percepção e criatividade. No entanto percebeu-se a dificuldade de organização de idéias, falta de coerência e muita repetição de palavras.

A análise das produções escritas dos alunos revelou que a forma de correção empregada pela professora não contribui para uma aprendizagem reflexiva. Ao analisar atividades já corrigidas pode-se observar que diante de erros ortográficos, caligrafia ilegível ou inadequação na estrutura do texto, a professora ora circulava e escrevia o correto logo abaixo, ora reescrevia corretamente de caneta sobre a escrita do aluno.

Este tipo de correção não conduz o aluno à descoberta de pistas que o levem a refletir sobre o caráter convencional da escrita, não se aproveita o que o aluno escreveu para fazer uma análise mais profunda sobre o seu atual conhecimento, quais as possíveis hipóteses que estão norteando sua ação. O que se espera para o bom ensino é que o professor possa elaborar atividades que levem a criança a estabelecer novas relações entre a língua escrita e oral e possa avançar qualitativamente na aprendizagem. Cabe ao professor avaliar e acolher a realidade como ela é de fato para ajudar o aluno a transformá-la. Essa forma de ensinar a ler e escrever, na qual o próprio professor é que corrige o “erro”, nos reporta a um ensino tecnicista que vê o aluno como um sujeito passivo a espera do saber. É autoritária, pois mostra que o resultado é mais importante que o processo e nisto o professor é o melhor e o que sabe tudo. Concordamos com Zunino (apud Simonetti 2005, p.16), que afirma que a professora deve ficar atenta para o que está por trás de um erro, uma pergunta ou a falta dela, um comentário, enfim é preciso ser bastante atencioso ao que a criança faz ou deixa de fazer para agir melhor e evitar desperdício de tempo e energia em ações que não servem ao propósito de fazer a criança se desenvolver.

Acreditamos que o papel do professor na aprendizagem é de um mediador entre o conhecimento que o aluno já tem e aquele que ele precisa e pode sistematizar, Acreditamos numa escola que trabalhe numa visão não metafísica, mas dinâmica do ser humano. Evitando que a criança chegue ao final do ano letivo sem os avanços importantes para dar prosseguimento aos seus estudos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No decorrer desse estudo foi possível perceber algumas mudanças pelas quais tem passado a compreensão e o ensino da língua escrita, como também os desafios enfrentados durante a sistematização desse conhecimento. Com a análise dos dados obtidos na investigação percebe-se que embora revestida de boas intenções, a escola na maioria das vezes se distancia do seu papel que é o de criar condições para que seus atores participem de forma ativa na construção do seu próprio conhecimento, dando o suporte necessário para o desenvolvimento das habilidades dos seus alunos respeitando suas vivências. Percebe-se que as práticas docentes ainda estão pautadas numa pedagogia ultrapassada, de ensino pelo medo, ensino apenas para dar conta de avaliações externas em detrimento de uma pedagogia que respeite o aluno como cidadão pleno, desenvolvendo atitudes dos ideais de uma educação libertadora. Alfabetizar e letrar, como nos relata Simonetti (2005), não se encontra nos livros didáticos, mas no saber do professor e na sua competência em estruturar seu cotidiano a partir das crianças.

## **REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALLIEND, Felipe. A leitura: teoria, avaliação e desenvolvimento. Felipe Allend e Mabel Condemarin: trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2005.

BASTOS, Marbênia Gonçalves Almeida. Formação de Professores ara o diagnóstico das dificuldades de leitura e escrita. Fortaleza: Ed. EDUECE, 2003, 208p.

BATISTA, A. A. Gomes ET all. Capacidades Lingüísticas da Alfabetização e a Avaliação. Brasília: MEC. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação à distância. Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. 100p. (coleção PRÓ-LETRAMENTO. Facículo01).

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. V.2 Secretaria de Educação fundamental. Brasília, 1997.

BRASIL/INEP. MAPA DO ANALFABETISMO NO BRASIL. Brasília: INEP.2003.

CEARÁ. Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará. Leis Básicas da Educação: Todos pela educação de qualidade para todos. 1ª Edição atualizada. 1997.

COSTA VAL, Maria da Graça. O que é ser alfabetizado e letrado?/ Pratica de leitura e

escrita/ Maria Angélica Freire de Carvalho e Rosa Helena Mendonça (orgs.). Brasília: Ministério da Educação, 2006.

FERREIRO, Emília. Psicogênese da Língua Escrita. Trad. Diana Myriam Lichtenstein, Liana de Marco e Mário Corso. 4ª Edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

GIDETTI, A. A; MARTIMELLI, S. de Cássia. Compreensão em leitura e desempenho em crianças do ensino fundamental. <http://www.pepsic.bis.org/v8n2a08.pdf>  
Acesso em 27 de jun. 2009.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática- 2. Ed. rev.- Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2005. 115p.

MORAIS, Artur Gomes de. Consciência Fonológica e Aprendizado da Escrita Alfabética: como é esta relação quando desejamos alfabetizar numa perspectiva de letramento? II Seminário de Educação do Ceará, Fortaleza, 2204.

NUNES, Ana Ignez Belém Lima. Psicologia da aprendizagem: processos, teorias e contextos/ Ana Ignez Belém Lima Nunes, Rosemary do Nascimento Silva. Fortaleza: Liber Livro, 2008. 192 p.(Coleção Formar).  
PARO, Vitor Henrique. Escritos sobre educação/Vitor Henrique paro. - São Paulo: Xamã, 2001.

SEBER, Maria da Glória. Psicologia do pré-escolar: uma visão construtivista/ Maria da Glória Seber, Vera Lúcia de Freitas Luís (colaboradora). São Paulo: Moderna, 1995.

SILVA, Klyvia L. de Andrade. Um olhar histórico: Alfabetização e leitura. Revista ABCEducatio. Nº 65, ano 8, Editora Criarp, p.30-34. Abril, 2007.

SIMONETTI, Amália et. al. O Desafio de Alfabetizar e Letrar. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2005, 208 p.

SOARES, Magda. Linguagem e Escola: uma perspectiva social. São Paulo: Editora Ática, 1986.

SOLÉ, Isabel; TEBEROSKY, Ana. O ensino e a aprendizagem da alfabetização: uma perspectiva psicológica. Desenvolvimento psicológico e educação/ César cool, Álvaro Marchesi e Jesús Palácios (orgs). Trad. Fátima Murad.Porto Alegre: Artmed Editora,2004.

ARTIGO

**RORAIMA: TERRITÓRIO FEDERAL SOB O GOVERNO MILITAR. (1964 A 1985)**

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo mostrar algumas peculiaridades da atuação do Estado Militarizado (1964-1985) no atual estado de Roraima, em especial a diferença entre o processo de repressão desencadeado pelo regime militar em várias capitais do país e o comportamento da oposição no ex-Território Federal de Roraima. Em segundo lugar analisar, nesse contexto, a atuação do tenente coronel Helio Campos frente ao governo do atual estado de Roraima. O seu governo corresponde ao segundo governo militar no Território, que exerceu por dois mandatos (1967-1969 e 1970-1974), com intervalo de nove meses entre um mandato e outro, quando assumiu o governo o major aviador Walmor Leal Dalcin (1969-1970).

**ABSTRACT:** This article is aimed at showing some of the features regarding the Militarized State (1964-1985) in the current state of Roraima, especially the differences between the repression process triggered by the military regime in several capitals of Brazil and the behavior of the opposition in the extinct ex-territory federal of Roraima. Additionally, this paper is also aimed at trying to analyze the actions of the lieutenant coronel Helio Campos as the governor of the state at that time, corresponding to the second military government, which is divided into two mandates (1967-1969 and 1970-1974), with a nine-month interval when the major Walmor Leal Dalcin (1969-1970) governed.

<sup>1</sup> Especialista em História e professora da Rede Municipal de Boa Vista.

<sup>2</sup> Doutor em História. Professor Adjunto IV do Departamento de História da UFRR.

Nos últimos anos as telas dos cinemas brasileiros têm sido invadidas por uma avalanche de filmes cujo mote é a ditadura militar. Entre esses filmes, um dos mais recentes é “Batismo de Sangue”, baseado na obra do escritor Frei Beto, que vivenciou junto com frei Tito, os horrores desse período. Essas produções cinematográficas acabam levando as pessoas a pensar que a repressão ocorrida em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife ou em Porto Alegre pode ter sido uma imagem fiel do que ocorreu em todo o Brasil. A bem da verdade isso é mito, pois a repressão desencadeada do Chuí ao Caburaí teve diferenças expressivas nos diversos lugares onde, com maior ou menos rigor, ocorreu. Para se ter uma idéia, no atual estado de Roraima existem bairros e prédios públicos homenageando e enaltecendo o regime militar, assim como também escritores locais fazem referências elogiosas ao período que foi de 1964 a 1985.

Este artigo não tem o objetivo de discutir, neste exíguo espaço, os motivos que levaram os militares, boa parte deles nacionalistas, a derrubarem um governo democrático e constituírem uma ditadura militar, com o apoio da classe média e da burguesia nacional, mesmo porque já existe uma produção historiográfica que, ao nosso ver, já dá conta dessa tarefa.

Não podemos deixar de reafirmar, porém, que a abertura política vivida no Brasil de forma mais intensa no início da década de 1950, e que nos anos seguintes conseguiu atingir um grande número de pessoas precipitou o golpe de 1964. Assim uma pequena elite que até então havia conseguido garantir seus privilégios, sentiu-se ameaçada diante dessa abertura política e do futuro que se vislumbrava para o país, interromperam esse movimento apoiando os golpistas, acreditando com isso, manter seus privilégios.

O golpe de 1964 foi resultado da mentalidade retrógrada e reacionária dessa pequena elite aliada às Forças Armadas. Com isso o país passou a viver sobre uma Ditadura Militar que se baseava na Doutrina de Segurança Nacional, e desencadeou uma política firmada no controle social com a redução dos direitos constitucionais.

A população brasileira passou a viver sobre uma forte pressão psicológica e social: os expurgos, cassação, repressão, intervenção, tortura e mortes passaram a fazer parte do dia a dia de boa parte dos estados brasileiros. Inserido neste contexto, pensamos em revisitar a história do ex-Território Federal de Roraima, localizado no extremo norte brasileiro, isolado por terra do

restante do país até boa parte da década de 1970. Nosso objetivo é perceber como sua gente viveu e sentiu esse período.

Nos vinte primeiros anos de Território Federal podem ser considerados de estagnação política e econômica, já que, no campo demográfico houve um aumento da população com a migração, situação essa que vai se intensificar nos próximos dez anos sobre a Doutrina da Segurança Nacional<sup>3</sup> que priorizou a Região Amazônica e suas fronteiras, principalmente, o Território Federal de Roraima que passou a receber toda uma infra-estrutura visando a Segurança Nacional.

Para concretizar essa ação, o Estado investiu na região com a instituição do Código Tributário Nacional. Dessa forma, o Território recebeu um forte controle e aporte financeiro e um maior controle do planejamento a execução final do projeto, independente de quem estivesse frente à administração; mais que um planejamento local, tratava-se de um plano federal.

Essa posição do governo estava respaldada na Constituição de 1967 em seu artigo 157, no qual, segundo Alves (1989, p.105-107), estava previsto que “(...) O Estado investirá em áreas essenciais à Segurança Nacional, em especial aquelas que não pudessem ser satisfatoriamente desenvolvidas pelas empresas privadas (...)” e no artigo 165 previa “(...) o investimento do Estado em setores de infra-estrutura que aumentariam os lucros do capital privado (nacional ou estrangeiro)”; essas disposições iam de encontro a situação em que se encontrava o Território Federal de Roraima e elas o beneficiaram substancialmente devido sua localização geográfica e a situação de isolamento em que se encontrava, dificultando dentro da visão estratégica de defesa as Manobras da Segurança Nacional, vista como prioridade no governo militar.

Mesmo sendo prioridade, esse objetivo só vai ser posto em prática no território a partir do segundo governo militar, de Costa e Silva, devido ao

---

3 Doutrina de Segurança Nacional: foi um instrumento importante para a perpetuação das estruturas de Estado destinadas a facilitar o desenvolvimento capitalista associado dependente. Ela constitui um corpo orgânico de pensamento que inclui uma teoria de guerra, uma teoria de revolução e subversão interna, uma teoria do papel do Brasil na política mundial e de seu potencial geopolítico como potência mundial, e um modelo específico de desenvolvimento econômico associado dependente, que combina elementos da economia keynesiana ao capitalismo de Estado.

Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), que segundo Barros (1994, p. 25-26), inicia com uma forte contenção de gastos federais e arrocho salarial entre 1964 a 1967, passando depois entre 1967 a 1969 a uma “(...) liberação de crédito e ampliação de gastos estatais (...)”. Esse período ficou conhecido no país como o “milagre brasileiro”. Aqui no Território as ações desenvolvidas neste período foram atribuídas, por uma historiografia conservadora,<sup>4</sup> à sorte e aos bons relacionamentos do governo local com o poder central, sendo apenas obra de um homem: “Coronel Hélio da Costa Campos”.

O seu governo corresponde ao segundo governo militar no Ex- território e exerceu por dois períodos (1967-1969) e (1970-1974), com intervalo de nove meses quando assume o governo o major aviador Walmor Leal Dalcin (1969-1970). Assim, o primeiro governo tenente-coronel Dilermando Cunha da Rocha (1964-1967), assume no período de contenção de gastos e com poucos recursos, consegue então, construir entre outras obras a ponte de madeira sobre o Rio Cauamé. Já o tenente-coronel Hélio da Costa Campos teve sob sua responsabilidade a promoção de uma série de obras de infra-estrutura no Território.

Essa infra-estrutura que se firmou no Território de 1967 a 1974, foi resultado de um projeto maior do governo federal, que para fomentar esse desenvolvimento na Amazônia de forma conjuntural, criou por meio de Decreto-lei 61.330 de 11 de setembro de 1967, um Grupo de Trabalho para desenvolver Projetos de Integração da Amazônia, sob a coordenação do Ministério do Interior, onde coloca toda a força e o poder do Estado, como: Ministérios, Secretarias, Conselhos, enfim, era um esforço concentrado de todos os órgãos e entidades federais ou a ele vinculados a serviço da Amazônia para impor um ritmo mais acelerado à mesma<sup>5</sup> Inserido neste contexto, o Território Federal de

---

4 FREITAS, Aimerê. Geografia e história de Roraima. Manaus: Ed. Grafima, 1986.

5 Grupo de Trabalho para Desenvolver Projetos de Integração da Amazônia: Desse grupo de trabalho participavam sob a coordenação do Ministério do Interior: “Ministério do Interior; Ministério do Planejamento; Conselho de Segurança Nacional; Estado-Maior das Forças Armadas; Ministério da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; Ministério das comunicações, da Saúde, dos Transportes, da Agricultura, das Minas e Energia, da Fazenda e das Relações exteriores; Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e Banco da Amazônia S. A. (BASA)”.

Roraima conseguiu não só fomentar sua infra-estrutura, mas sim, concretizá-la de forma efetiva. O governo local, como participante desse grupo, era também responsável pelas ações efetivadas no território, emitindo opiniões e sugestões consideradas relevantes para a Segurança Nacional como parte de um programa maior do governo federal, que não poupou esforços para concretizá-lo.

Além do apoio com pessoal e recursos, o governo federal estendeu a isenção fiscal por meio do Decreto-Lei nº 288 de 28 de fevereiro de 1967, a Amazônia Ocidental, na qual o Território estava incluído, aliviando os custos da alimentação e de outras mercadorias necessárias ao desenvolvimento da região. Com esse decreto houve uma redução de preços e, por conseguinte, do custo de vida nesta fronteira.

O governo federal não ficou só na ajuda, ele também determinava em que locais da Região Amazônica seriam investidos os recursos, e por meio do Decreto-Lei nº 63.104 de 15 de agosto de 1968, prioriza na Região Amazônica a ocupação e povoamento nas áreas em que deveria ser exercido o maior esforço: “(...) os espaços vazios e as áreas de fronteiras como prioridades máximas.” Essa visão marcadamente ideológica e geopolítica do governo federal, resultou tanto num maior apoio financeiro como pessoal, além de um maior controle sobre a administração territorial, sobre a qual mantinha uma maior vigilância. Em 1969 o Território Federal de Roraima recebeu a visita do Presidente da República o Marechal Artur da Costa e Silva, e sua comitiva para inauguração do Palácio 31 de Março, ocasião em que o tenente-coronel Hélio da Costa Campos pode mostrar as inúmeras obras que estavam em andamento. A população participou da festa e via enfim, inaugurado o palácio cuja construção teve início em 1957.

Situação bem diferente ocorria agora, o planejamento e a execução das obras como exigência prevista no Orçamento Programa eram acompanhadas pelo governo federal, estava acima do poder local. Pelo Decreto-Lei nº. 411 de 8 de janeiro de 1969 amplia os recursos do Território e dispõe sobre a administração dos Territórios Federais e a organização dos seus municípios, com isso, o território recebeu maior autonomia, mas continuou vinculado ao Ministério do Interior.

Este decreto previa em seu artigo 2º “- A União administrará os Territórios tendo em vista os seguintes objetivos: I - desenvolvimento econômico, social político e administrativo, visando a criação de condições que possibilitem a sua ascensão à categoria de Estado”; com esse objetivo o Território Federal de Roraima recebeu inúmeras obras de infra-estrutura e investiu fortemente no povoamento de acordo com as determinações superiores. Por conseguinte, as ações eram acertadas no Grupo de Trabalho para Integração da Amazônia, conforme previa o decreto acima, e os recursos eram agilizados pelo Ministério do Interior, dando maior rapidez as construções. (Boletim Oficial nº 4, p.13, 1969)

Com inúmeras obras em andamento, conforme se observa no Boletim Oficial, a situação em 1969 no Território era bem diferente, as companhias de água (CAER), de energia (CER) e de telecomunicação (TELAIMA) já estavam em processo adiantado de funcionamento, saiu a autorização para constituir o Banco de Roraima e a energia passa a ser oferecida 24 horas na cidade.

A atenção do Governo Federal volta-se para a fronteira mais uma vez, delegando por meio de decreto nº. 63.951 de 6 de janeiro de 1969, ao Território o controle das entradas e saídas de todas as aeronaves no território nacional, este decreto não foi atendido por motivos técnicos do aeroporto local, mas serviu como estímulo para a construção urgente do Aeroporto Internacional de Boa Vista no ano seguinte.

O Governo Federal continuou investindo e acompanhando muito de perto a administração do Território, e neste mesmo ano o tenente coronel Hélio da Costa Campos deixa o governo e assume o major aviador Walmor Leal Dalcin (1969-1970), dando continuidade a todos os projetos deixados por seu antecessor, inclusive, assinando convênios já firmados, e na esfera administrativa fez a troca de prefeitos de Boa Vista e Caracaraí e dos secretários de governo, nomeando seu genro prefeito da capital e sua filha diretora do Serviço de Informações no Palácio 31 de Março, numa clara atuação de nepotismo tão usual em nossos dias. Contudo, a forma truculenta que dispensou a sua política não agradou à população local, precipitando seu pedido de exoneração em menos de um ano de governo.

Com o retorno do coronel Hélio da Costa Campos em março de 1970, há uma continuidade da infra-estrutura na capital, aliando a ela a construção de

estradas e das grandes pontes de concreto armado que vão revolucionar a situação territorial no sentido de viabilizar a comunicação e o comércio.

Neste período, era grande o número de técnicos do Ministério do Interior na cidade, e de grandes empreiteiras estruturando empresas como a estruturação das Companhias de água, luz, telefonia, construindo Câmara dos Vereadores, Bancos oficiais, enfim, o governo federal estava presente em tudo que estava sendo construído dando apoio direto, inclusive com pessoal; não era só na transferência de recurso.

Esse ritmo acelerado na infra-estrutura em direção das fronteiras deixava claro o objetivo maior, facilitar as manobras militares em relação a “Segurança Nacional” e em segundo lugar incentivar a migração. Essas duas expressões estiveram sempre presentes no discurso ideológico do governo e que agora estava em fase de concretização.

Em 1973 Boa Vista apresenta um aspecto muito diferente do que era há dez anos, ruas asfaltadas, Bancos da Amazônia e do Brasil se instalando na cidade, Transporte coletivo também para o interior, a primeira ponte de concreto sobre o Rio Mucajaí inaugurada, acrescente-se a essas mudanças o aumento significativo da população, que na década de 1960 era de 28.304, passando para 40.885 em 1970. (Fonte: IBGE/ censo demográfico de 1960 e 1970).

Com o aumento da população cresceram as dificuldades na compra de alimentos, o que fez aumentar o contrabando da Guiana Inglesa e da Venezuela que, especialmente em época de seca do Rio Branco, era quem abastecia a cidade. Isolada do resto do país, Boa Vista via nos países vizinhos a saída para seu abastecimento, por isso, no governo do coronel Hélio da Costa Campos amenizou a fiscalização dos produtos importados, enquanto os outros governos que o antecederam promoveram uma forte repressão.

O entusiasmo não ficava só por conta dos roraimenses; em visita à cidade o presidente da Comissão de Segurança Nacional da Câmara Federal, Deputado Alípio de Carvalho, falou a um jornal local “(...) Ficamos vivamente entusiasmados e satisfeitos (...). A administração do governador Hélio da Costa Campos é verdadeiramente digna de elogios, diante do que aqui vimos, ouvimos e sentimos, (...)” (Jornal Boa Vista, Boa Vista, 20 out. 1973, p.1).

Na inauguração da ponte sobre o Rio Mucajá a primeira de uma série, o Ministro do Interior José Costa Cavalcante reforça o discurso liberal que acompanhou todo o projeto da ditadura e afirma: "(...) Devemos nos juntar com a iniciativa privada, pois tudo que se fez é para permitir que o empresariado grande ou pequeno tenha condições para exercer suas atividades, vale ressaltar que, quem cria realmente a riqueza, quem promove o desenvolvimento é a iniciativa privada. Nós apenas preparamos a infraestrutura (...)" (Jornal Boa Vista, Boa Vista, 18 dez. 1973, p.4)

Com tantas ações promovidas pelo governo militar no Território Federal de Roraima, ficou no inconsciente quase coletivo dos moradores do ex-Território o fato do governo militar aqui no território ter sido benéfico. Mas, as informações dão conta de uma outra realidade, basta observar alguns depoimentos de vida, onde fica bem clara a forma autoritária, repressiva e abusiva que os mesmos dispensaram em maior ou em menor grau a população.

No dia 14 de abril de 1974, o governador coronel Hélio Campos, passa o governo do território ao coronel aviador Fernando Ramos Pereira. Sua saída foi marcada por muitas homenagens, e o Jornal Boa Vista, criado e idealizado por ele em 1973 como instrumento de propaganda política, registrou todos os acontecimentos, reforçando sua política liberal.

Na edição do dia 14 ressaltaram as condições do território em 1967 e a que ele estava deixando em 1974, juntamente com as inúmeras mudanças ocorridas, atribuindo a infra-estrutura como resultado do esforço do governador local com a participação do ministro José Costa Cavalcante, ignorando a matéria que a estruturação dos territórios era um projeto nacional, que desejava efetivar com urgência a comunicação e o acesso a região, para facilitar as manobras da segurança nacional, importantíssima na visão geopolítica dos militares.

### **O CONTROLE POLÍTICO-SOCIAL: COOPTAÇÃO, INTIMIDAÇÃO E REPRESSÃO.**

O primeiro governador do Território, representante desse grupo de coalizão que tomou o poder de Estado no Brasil, foi o tenente coronel Dilermando Cunha da Rocha, que chegou ao território em 6 de julho de 1964. No entanto, as repercussões políticas do Estado Militarizado no território de

Roraima antevêm ao seu governo; as primeiras medidas de arbítrio impetradas no Território Federal de Roraima deram-se no governo de Francisco de Assis Albuquerque Peixoto, como veremos a seguir. (Boletim Oficial nº37, p.148/1964).

No dia 4 de maio de 1964, por meio do decreto 23, o governador senhor Francisco de Assis A. Peixoto cria a Comissão Territorial de Investigação de Atividades Subversivas de Funcionários. Essa comissão tinha o objetivo de apurar, por meio de “Investigação Sumária” quaisquer tentativas contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública praticada por servidores territoriais, federais e municipais, de qualquer categoria ou condição acusada ou suspeita.

Em decorrência dessa legislação os controles e limitações foram impostos, bem como os corretivos a serem aplicados previstos. No entanto, eles os extrapolaram e em conseqüência, como aconteceu no resto do Brasil, tiveram um impacto muito negativo junto à população. A “Operação Limpeza” começou entre os funcionários do serviço público ou a ele vinculado, contudo, os resultados das primeiras investigações só vão sair no governo do Tenente Coronel Dilermando Cunha da Rocha.

No seu discurso de despedida e passagem de cargo para o Tenente Coronel Dilermando Cunha da Rocha, o governador Francisco de Assis Albuquerque Peixoto não economizou nos elogios ao mesmo, e ao falar aos servidores proferiu: “(...) Dita-nos a consciência, repetir, jamais em quaisquer de nossas decisões, tenhamos praticado um ato sequer menos justo, ou destituído de outros interesses senão os do bem estar de cada um dos que aqui trabalham.”(FREITAS, 1993,p.154).

O seu discurso estava coerente com o proferido pela junta militar ao tomar o poder, prometendo restabelecer a ordem democrática e logo em seguida, instituindo o Ato Institucional nº. 01; aqui o discurso veio reforçar a distancia entre o que se fala e se faz. Assim, a sociedade roraimense atribui à repressão militar ao seu sucessor uma vez que, ele instalou o primeiro mecanismo de repressão no território e passou o cargo adiante com a “consciência do dever cumprido”.

Os poderes concedidos ao poder executivo por meio do Ato Institucional nº 1 foram abrangentes; podia demitir, dispensar, pôr em disponibilidade, aposentar, transferir para a reserva (militares), alcançando

Dessa forma no governo do tenente coronel Dilermando Cunha da Rocha começam os primeiros expurgos na burocracia do Território, demitindo o prefeito da capital Mozart Cavalcanti e o de Caracaraí João Reis Brandão, ambos acusados por malversação do dinheiro público e o cometimento de crime de peculato, tendo prisão administrativa decretada. (Boletim Oficial nº. 40 p.160; 59 p.223/1964 e 48 p.247; 59 p.365/1965).

Devido à falta de um Arquivo Público em nosso Estado, os processos, bem como os demais documentos referentes a esse período, não foram encontrados, não sendo possível apreciar a substância do mesmo. Para a grande maioria da sociedade roraimense, porém, esse foi um ato de puro abuso de poder e o ato mais violento desse governo.

Nos anos de 1964 a 1967, período em que o tenente coronel Dilermando Cunha da Rocha esteve frente ao poder, um grande número de processos foram abertos, e as punições aplicadas. Elas iam desde uma advertência publicada no Boletim Oficial do ex-Território, até a demissão a bem do serviço público. A situação ainda mais absurda ocorreu com o professor Newton Campos<sup>6</sup> no governo do coronel aviador Fernando Ramos Pereira e com o Dr. Sandoval Ávila, no governo do tenente coronel Hélio da Costa Campos: ambos foram expulsos, impedidos de continuar em Roraima.

Neste período, os que não eram funcionário do governo passaram a ser controlada por meio de Inquéritos Policiais Militares (IPMs), originados por denúncia dos membros da Comissão Territorial de Investigação de Atividades Subversivas de Funcionários, por policiais e pelo próprio governador que, principalmente na época de campanha política mandava prender qualquer cidadão, sem nenhum motivo justificável.

No período de 1964 a 1968, o poder judiciário, que tinha o Dr. Sandoval Ávila como juiz das Comarcas de Boa Vista e Caracaraí, via-se abarrotado com pedidos de habeas corpus, inclusive preventivos, devido ameaças dirigidas a população; desempenhando um papel relevante em defesa da justiça.

6 Newton Campos: Chegou ao Território Federal de Roraima no ano de 1972, como militar do 2º Batalhão de Fronteira-(2º BEC), iniciou no magistério como voluntario dando aulas de Língua Portuguesa, fez curso de capacitação pelo Projeto Rondon e após dar baixa como militar ingressou no magistério como professor contratado pelo Território.

O judiciário contestava constantemente as prisões arbitrárias impetradas pelo governo e pela polícia, considerando os processos nulos, mandando soltar o cidadão encarcerado, principalmente quando a prisão era efetuada pelos membros da Comissão de Investigação de Atividade Subversiva do Território. Em seu entendimento “(...) não compete o militar da 9ª Companhia de Fronteira efetuar prisão de civil sem ordem escrita da autoridade judiciária competente e enfatiza que o fato sob aspecto formal é nulo e irrita (...)”. (Boletim Oficial nº 57 p.356, 58 p.362, 122 p.666/1965).

Como podemos observar, essa situação conflituosa ocorreu no período em que o Dr. Sandoval Ávila era o único juiz de direito da Comarca, no final do governo do tenente coronel Dilermando Cunha da Rocha. Ele mesmo passou por uma investigação sumária desaparecendo seus pronunciamentos do Boletim Oficial. Como nos demais processos, não tivemos acesso nem sabemos o resultado do mesmo, contudo, podemos afirmar por meio das entrevistas que já no governo do tenente coronel Hélio da Costa Campos ele tentou se estabelecer novamente no Território, sendo obrigado pelo governador a sair do Território no mesmo avião que chegou.

Por outro lado, o partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tendo como presidente Bernardino Dias de Souza Cruz<sup>7</sup> e João Ipujucan Pinto Souto Maior<sup>8</sup>, não ignorava o perigo que era enfrentar o poder executivo, e desta forma, se mantiveram dentro dos limites permitidos, para garantir a militância consentida. Eles próprios sabiam que qualquer movimento capaz de enfurecer seria um desastre em suas vidas.

Mesmo admitindo essa situação, é o próprio senhor João Ipujucan Pinto Souto Maior, ex-membro do MDB, quem afirma que o partido político e as questões ideológicas no território não sofreram qualquer tipo de repressão por parte do governo, muito pelo contrário, e descreve a seguinte situação:

---

7 Bernadino Dias de Souza Cruz: Conhecido pelo nome de Gaúcho Dias, foi Presidente da Partido Social Democrata (PSD) no início da década de 1960, depois da instalação do bipartidarismo passou a presidir o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) com o senhor João Ipujucan P.S. Maior.

8 João Ipujucan Pinto Souto Maior, nascido em Roraima, iniciou sua militância política como líder estudantil, foi funcionário público, presidente do MDB e advogado provisionado no Território Federal de Roraima nas décadas de 1960 e 1970.

[...] Aqui no território não houve repressão nenhuma, fomos chamados só uma vez no início da Ditadura Militar [...] depois mandou um militar deixá-los em casa de carro [...] eles não levavam muito em conta a ideologia política não, eles não perseguiram politicamente ninguém, mesmo o tenente coronel Dilermando Cunha da Rocha que era um governo muito temperamental, agia por impulso, porém nunca perseguiu alguém por essa questão ideológica nos éramos poucos e totalmente dependente do governo federal, do contra-cheque da União [...] não houve aqui no Território aquela caça as bruxas que víamos acontecer fora do território [...] A turma que fazia oposição ao governo, o MDB não era perseguida ela era até preferida com relação a promoção [...]. (JOÃO IPUJUCAN PINTO SOUTO MAIOR. Entrevista em 28.11.2007).

Podemos observar que o único partido de oposição consentida o (MDB), mantinha-se dentro dos limites permitidos pelo governo para desenvolver sua militância política, sem desafiar em enfrentar o poder; esse “bom” relacionamento era retribuído com não perseguição e promoções funcionais e é o próprio João IPujucan que confirma também essa situação:

“(...) O governador me recebeu no gabinete e depois de tecer alguns comentários sobre o meu trabalho frente à União Roraimense dos Estudantes Secundaristas (URES), disse que não ia me atrapalhar não, (...) chamou a diretora do pessoal dona Clotilde e perguntou se havia alguma função gratificada (...) mandou que batesse uma portaria me nomeando (...), ela disse que eu não poderia ocupar aquela função, isso irritou o governador que olhou para ela e perguntou: Eu lhe perguntei alguma coisa? Ela respondeu que estava apenas fazendo a obrigação dela esclarecendo o que previa a legislação vigente, ele não deu a mínima e mandou fazer a portaria e eu passei a receber uma gratificação do governo neste tempo. Neste sentido eu te digo o poder do governador era realmente incontestável e autoritário (...)”.(JOÃO IPUJUCAN P.S. MAIOR. Entrevista em 28.11.2007).

Mais que uma forma de gratificar, essa era uma forma de cooptar e intimidar, deixando claro ao militante político que seu poder estava acima da própria lei, como ressaltamos acima, sua vontade era respeitada e suas ordens obedecidas sem questionamentos; assim ele demonstrava de forma clara a suposta oposição, o poder e a força que tinha no governo desencorajando qualquer possibilidade de enfrentamento dos mesmos, inclusive dando uma função gratificada a um integrante do movimento estudantil: coisa inédita para o período.

Neste período, os funcionários públicos comuns sofriam uma grande pressão política devido sua dependência do governo, este ainda era mais duro nesta época de eleição, segundo João Ipujucan: “(...) A pressão política no período de eleição era muito grande, o governador escolhia o seu candidato e impunha o seu nome aos funcionários públicos, poucos tinham coragem para dizer não ao governador (...)” (Entrevista com Ipujucan 23 outubro de 2010).

Segundo João Ipujucan, no ano de 1965 ocorreram as eleições para Deputado Federal no Território, a oposição fazia uma campanha dentro dos limites, não atacando o governo de forma muito forte porque temiam as conseqüências. No entanto, chegou as mãos do locutor da rádio Roraima, que era do Partido Social Democrático (PSD), uma crônica política enviada por um ilustre colaborador do MDB lida na rádio local com adjetivos nada edificantes para os candidatos do governo e a ele próprio, classificando-os assim: “(...) o bossal (candidato a Deputado Federal), o ignorante (Vice) e a obscenidade fardada (o governador), essa crônica levou o locutor a cadeia e por pouco eu e o Gaúcho Dias também não fomos parar lá na cadeia (...)”<sup>9</sup>

Como podemos observar parecia ser essa uma expressão de coragem da oposição ao desqualificar a pessoa do governador e de seus candidatos, que na mesma hora foi “chamada” pelo governador para dar explicação e por pouco não foram parar na delegacia de polícia, que também agia com um forte controle sobre a população, prendendo por qualquer motivo e até sem, quando a ordem vinha do governador.

---

9 João Ipujucan P. S. Maior (Entrevista concedida a Sônia Sueli Soares de Souza em 28/11/2007).

Embora negada por muitos, podemos observar que a repressão deu-se mais fortemente no período em que o tenente coronel Dilermando Cunha da Rocha esteve frente ao governo; houve, ainda, uma verdadeira guerra contra o contrabando e os contraventores; o perigo eminente devido à falta de gêneros alimentícios e a dificuldade de acesso dos produtos nacionais não sensibilizou o governo. Por outro lado, a repressão não conseguiu acabar com o contrabando.

Os produtos que chegavam à cidade pela fronteira da República Cooperativa da Guiana e da Venezuela eram os mais variados: legítimo Whisky Escocês, cigarros americanos, vitrola japonesa, cerveja holandesa, motocicletas, bicicletas, gêneros alimentícios dos mais variados, enfim, a cidade era abastecida com produtos importados de boa qualidade de muitos países. (Boletim Oficial nº16, p.68/1967)

Em meio a essa política repressiva e com escassez de alimentos na cidade, assume o governo do Território Federal de Roraima em abril de 1967, o tenente coronel Hélio da Costa Campos (1967-1969), conhecedor do território e de suas necessidades, antes mesmo de assumir o governo recebeu recomendações do governo federal sobre o contrabando na fronteira e a necessidade de uma ação efetiva no combate a essa ação criminosa, e por meio do Decreto-nº61.337 de 12.09.67º. O governo Federal cria a Comissão de Planejamento e Coordenação de Combate ao Contrabando (COPLANC) no país, contudo, este decreto não surtiu muito efeito no governo de Helio Campos. Segundo Adalberto Penteadó Duarte. O tenente Adalberto Penteadó Duarte<sup>10</sup> a situação era realmente difícil:

“(...) quando eu vim para cá minha função principal era combater o contrabando, mas ao chegarmos à situação que se apresentava era a pior possível, acabar com o contrabando era colocar em risco a vida da população que praticamente sobrevivia

---

10 O tenente Adalberto Penteadó Duarte pertencia ao grupo de pára-quedismo das Forças Armadas e era funcionário do Serviço Nacional de Informação; chegou em Roraima em 1967 pouco antes do tenente coronel Hélio da Costa Campos; foi Diretor do Serviço da Administração, Secretário Geral Substituto, Diretor do Serviço de Segurança e Informação, entre outros, no período de 1967 a 1974.

dos produtos importados, (...). Essa situação foi relatada as autoridades federais em Brasília e veio de lá a ordem para manear na fiscalização sem se descuidar da fronteira brasileira, por isso o coronel deixou a coisa correr (...)" (Adalberto Penteado Duarte. Entrevista em 14.12.2006)

O governo militarizado via a fronteira como uma área frágil que necessitava de fiscalização e um controle mais efetivo na entrada não só de produtos, mas de pessoas também, porque poderia colocar em risco seu programa de Segurança Nacional e Desenvolvimento, embora essa visão não tivesse nenhuma base real. Já a população de Boa Vista estava preocupada com a falta de gêneros alimentícios, e buscava nos países próximos o seu abastecimento, tendo em vista as dificuldades para adquirirem produtos nacionais, e embora fosse uma contravenção penal, tornou-se para alguns, uma fonte de renda na área urbana.

O comércio ilegal movimentava a economia do Território, e os próprios militares utilizavam-se desse comércio para atender suas necessidades, a insegurança de quem praticava esse comércio era uma constante, contudo, ele em maior ou em menor grau vai persistir no território, até que a comunicação terrestre seja estabelecida, com a construção de estradas e pontes ligando o território a capital mais próxima, e o estabelecimento de colônias agrícolas que de forma incipiente, passaram a contribuir com o abastecimento da cidade.

A política praticada pelo governo do tenente coronel Hélio da Costa Campos, não foi diferente dos demais com relação aos inquéritos administrativos dos funcionários, eles eram abertos sempre que havia alguma irregularidade, deixando a vida privada de seus servidores a cargo da polícia. Apesar disso, o rigor militar que norteava a vida política e social no território foi amenizado, desaparecendo do Boletim Oficial o grande número de apreensão de mercadorias contrabandeadas.

Tudo leva a crer que em virtude desta calma, no início de 1968, o tenente coronel Hélio da Costa Campos recebe por meio do Decreto nº. 3 de 9 de janeiro, do prefeito municipal de Boa Vista, o título de cidadão boavistense, em agradecimento pela forma como o mesmo estava conduzindo o governo, dentro dos "padrões morais e administrativos". Essa atitude do prefeito pode ter tido apoio de parte da sociedade roraimense que estava assustada com o

ritmo das perseguições e as intimidações no primeiro governo militar. (Boletim Oficial nº2 p.2/1968)

Ao que tudo indica, com menos de um ano de administração o governo conquistou a simpatia da sociedade roraimense, que se sentia mais à vontade; no entanto, essa opinião não era unânime, ele não agradou a todos, principalmente, aqueles que desejavam continuar com os poderes que conquistaram junto ao primeiro governo. Um Oficial do Exército Nacional, Carmélio Moreira Maia, no dia 14 de maio de 1968, foi chamado pelo governador ao palácio 31 de Março, teve uma desavença com o mesmo por falar mal do governo do tenente coronel Hélio da Costa Campos, foi preso, processado e solto depois de pouco mais de um ano. (Boletim Oficial nº34, p.143; 37, p.154/1968. 36, p.150/1969)

Esse é um dos sinais que nos levam a observar que o governo militar localmente não admitia oposição, todos eram obrigados a concordar, independente da situação, caso contrário a prisão era o destino certo. No entanto, sua política baseou-se na cooptação e intimidação, fazendo pouco uso das medidas coercitivas fortes, conseguindo assim, conquistar o apoio popular e político dentro e fora do território. Obviamente essa situação foi favorecida pelo aumento nos recursos recebidos, fazendo surgir uma cidade mais estruturada.

A sociedade, ao que tudo indica, viu algumas realizações concretizadas diante dos olhos e não deu importância, ou não percebeu, o forte controle político, por isso, ele desenvolveu um governo quase sem oposição, sendo este um governo tranquilo, comparado com a forte repressão no restante do Brasil. Na memória coletiva ficou sendo bem visto e respeitado pela maioria da sociedade, que só conseguiu ver as coisas boas de seu governo, esquecendo as demais.

O aparato repressivo, porém, esteve presente em Roraima. Para integrar a rede de espionagem que se instalou no país ele criou por meio do Decreto nº6 de 16 de julho de 1968, o Serviço Nacional de Segurança e Informação (SNI), órgão ligado diretamente ao governo local, responsável pela fiscalização e envio de informações que saíam do território para Brasília,

sendo este um órgão complementar da Divisão de Segurança e Informação do Ministério do Interior (DSI/MI). Com a implantação desse sistema de informação, ele se insere no sistema nacional, como parte integrante do mesmo. Todos os serviços, informações e pessoal estavam subordinados diretamente ao governador, sendo este o poder maior e o responsável pelas informações que deveriam ser encaminhadas a divisão superior. (Boletim Oficial nº. p.223-224/1968)

Conseguimos entrevistar o senhor Adalberto Penteado Duarte, que trabalhou neste órgão e conta como funcionava: “(...) ele funcionava no Palácio do Governo e eu era o diretor do Serviço de Informações durante o governo do tenente coronel Hélio da Costa Campos, todas as informações chegavam a mim e eram repassadas ao governador, ele é que repassava. (...) a seleção das informações para mandar ou não ficava a cargo do governador (...). A maior parte das informações que saiam daqui eram solicitadas pelo SNI e o que fazíamos era atender o pedido, eram informações a respeito do comportamento político do grupo de oposição. (...) era João IPujucan e Gaúcho Dias (...)”.

Como podemos observar o SNI, funcionava no território da mesma forma e com os mesmos objetivos dos demais órgãos de espionagem do governo Federal, o grande diferencial foi o comportamento da oposição consentida, os militantes do MDB que pouco questionavam e ainda obtinham alguns privilégios do governo local em detrimento dos outros funcionários comuns.

Podemos comprovar o que estamos dizendo, observando o que aconteceu no governo do Major Aviador Walmor Leal Dalcin (1969-1970), este assumiu o governo em junho e não conseguiu manter a mesma postura do anterior, passou a intimidar e após alguns meses de governo, tudo leva a crer que pediu demissão em virtude de uma denúncia feita ao Governo Federal pela oposição, sendo este também, um feito inédito no país, uma denúncia da oposição merecer crédito a ponto de influenciar a saída de um governador da situação, como mostraremos adiante.

O seu governo foi tumultuado e ele deu ao Boletim Oficial status de Jornal porque seus decretos, notas e determinações visavam atingir a todos e

não só funcionários; vejamos um pequeno exemplo de seus rompantes: “[...] Que se acautelem os maus brasileiros os “Produtores do nada” os fomentadores da calúnia e os da cisão de poderes públicos, pois estamos trabalhando arduamente para dar melhores dias ao povo de Roraima e não as pessoas castas e seus vícios que vivem DO Território e não PARA o Território (...)”; e em outra nota adverte os servidores: “O governo adverte sobre o uso de carros oficiais e chama atenção dos funcionários usuários e proíbe terminantemente nessas viaturas: 1- Excesso de lotação e de velocidade; 2- Proíbe o transporte de pessoas em trajes sumários ou de banho, de reputação ou moral duvidosa, alcoolizada, em algazarra, enfim em atitude atentaria a moral e decoro público [...]”. (Boletim Oficial nº. 36, p.147; 48, p.193/1969)

Diante disso não é difícil imaginar a situação da sociedade roraimense, mas principalmente dos funcionários públicos que seriam obrigados a conviver muito de perto com o governador. A pressão, o medo e o terror criado pelo governo por meio de suas notas no Boletim Oficial aliado a uma administração truculenta, onde procurava mostrar a população uma política moralizadora, acabou não agradando e precipitando a sua saída do Território em menos de um ano de governo, em fevereiro de 1970.

Em março o coronel Hélio da Costa Campos (1970-1974), reassume o governo do Território e este volta à calma, os inquéritos policiais são reduzidos drasticamente e desaparecem também as notas no Boletim Oficial, a sociedade volta à normalidade.

Não podemos ignorar que a repressão no Território Federal de Roraima foi um instrumento de controle político social que se estendeu por toda a sociedade, indiscriminadamente, desde a criação do Território; e estar na oposição sempre foi motivo de demissão, transferência para o interior, impossibilitar de comercializar com o governo e até mesmo exclusão do território, e quando ainda assim não conseguia o seu objetivo o governo procurava atingir outra pessoa da família, para intimidar a oposição, conseguindo assim, impor o seu candidato.

Newton Tavares<sup>11</sup> esclarece que: “(...) essa forma de conduzir a política territorial não foi muito diferente no tempo do governo civil, (...) a oposição tinha que ser feita com muita cautela, caso contrário, a saída do território por ‘livre vontade’ era a única solução possível, não estar com o governo era não ter condições de sobreviver, [...]”.

Em meio a essa situação conflituosa e de pressão psicológica e social, a grande maioria dos entrevistados e outros que não quiseram gravar entrevista, fizeram questão de reafirmar que não houve repressão política no Território e fazem questão de ressaltar os benefícios que o governo militarizado deixou no Território Federal de Roraima.

### **CORONEL HÉLIO DA COSTA CAMPOS: ESTRATÉGIAS E CONQUISTAS.**

O coronel Hélio da Costa Campos, era carioca nascido em Vila Isabel (1921-1991), pertencia à aeronáutica onde fez carreira como Oficial da Força Aérea Brasileira, conquistando o posto de Coronel Aviador (piloto) em 1969, passando a Oficial Superior da Aeronáutica. Como oficial militar participou de vários cursos de aperfeiçoamento ministrado pelo Estado Maior das Forças Armadas na Escola Superior de Guerra (ESG.).

A sua última missão foi governar o Território Federal de Roraima por dois períodos (1967-1969 e 1970-1974), ingressando assim na carreira política partidária pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), passando a disputar a única vaga para Deputado Federal no Congresso Nacional. Elegeram-se de 1974 a 1982 e depois em 1991 conseguiu por uma maioria absoluta uma cadeira de Senador, ganhando um mandato de oito anos.

O tenente coronel Hélio da Costa Campos foi nomeado no momento em que o governo federal ampliava o crédito e os gastos estatais, período em que o Estado assume o papel central, responsabilizando-se diretamente pela integração das diferentes regiões, principalmente o interior; no caso da Amazônia, especificamente o Território Federal de Roraima.

---

<sup>11</sup> Newton Tavares trabalhava na iniciativa privada no ramo de transporte aéreo, fluvial e terrestre na cidade desde 1943; em 1945 foi eleito prefeito do município de Boa Vista e em 1970 assume a presidência da Câmara Municipal por um período de dois anos, concluindo seu mandato como vereador em 1972.

Para aclarar o que estamos dizendo vamos recorrer a entrevista do senhor Francisco das Chagas Duarte<sup>12</sup> : “(...) Quando o Coronel Hélio da CostaCampos assumiu o governo pela segunda vez encontrou o comércio local em crise, dada a pouca circulação de dinheiro e o pouco poder de compra da população. Com vista a minimizar os efeitos da crise, o governo alavancou o comércio local com compras e serviços unicamente em Boa Vista (...). Considerando a pecuária a maior riqueza econômica do Território, importou duas mil matrizes e oitenta reprodutores da raça Zebu, Nelore e distribuiu para a melhoria do rebanho roraimense (...), que foram adquiridos e pagos pelos criadores no prazo de um ano (...). De sobra, ainda fundou o late Clube de Boa Vista (...)”.

A estratégia usada pelo governador atendia as necessidades de uma boa parte da população, se colocando como salvador usando recursos federais. A sociedade roraimense vai aos poucos sendo conquistada, ofuscada pelo processo de infra-estrutura que estava se potencializando em melhoria da qualidade de vida da população.

Todos os seguimentos sociais foram cooptados, a autora desse artigo<sup>13</sup> lembra que a chegada de ônibus urbanos na cidade foi uma festa, ela tinha apenas dez anos e fazia a terceira série, na Escola Presidente Costa e Silva, recém inaugurada. Nesta ocasião, o governo proporcionou a todos os estudantes do Território um passeio, uma visita às novas construções; a distância entre elas eram enormes e as edificações também eram grandes e se destacavam em meio ao lavrado.

O governo mandava um ônibus pegar os alunos nas escolas e levava todos para frente do Palácio 31 de Março e de lá, seguiam em direção as novas construções; dentro dos ônibus era só alegria, íamos e voltávamos cantando músicas ufanistas, mas, para nós crianças pouco importava, misturávamos marchinha de carnaval a outras músicas e só parávamos de cantar quando chegávamos as escolas, ao chegar os professores reforçavam a importância e

---

12 Francisco das Chagas Duarte é natural de Roraima, filho do senhor Aquilino da Mota Duarte ex-prefeito do Município de Boa Vista. Trabalhava no governo do território desde 1964, foi tesoureiro, secretário geral substituto, gerente da SUNAB, diretor da administração geral, diretor de planejamento e elaboração Orçamentária, secretário de finanças e, em 1973, passou a administrar a casa dos estudantes em Belém.<sup>13</sup> Trata-se da primeira autora desse artigo, Sonia Suely Soares de Souza.

<sup>13</sup> Trata-se da primeira autora desse artigo, Sonia Suely Soares de Souza.

os benefícios que essas obras trariam para o futuro do Território. Essa estratégia é utilizada na sua maioria em tempos de governos autoritários, cujo objetivo é utilizar-se dos aparelhos ideológicos do Estado para autopromoção e até mesmo difundir nas escolas a consciência do “pequeno cidadão” e a importância do novo regime.

As condições do Território mudavam a cada dia, e o governador continuava a sua política paternalista. As famílias fragilizadas eram socorridas com doação de cestas básicas pela Legião Brasileira de Assistência (LBA); no final do ano as crianças recebiam brinquedos importados, que o governo comprava nos países vizinhos, e com a chegada do Banco Nacional de Habitação, muitos funcionários e profissionais liberais puderam adquirir sua casa própria.

Diante disso não é difícil entender como a população roraimense se envolveu e participou deste governo. Neste período o poder político na cidade centrava-se na figura do governador, ele indicava o prefeito, enquanto a Câmara de Vereadores era eletiva, mas o embate político ficava dentro da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) tinha apenas um representante e não se envolvia muito no embate parlamentar.

Como pudemos observar os vereadores eram controlados pelo poder executivo, tanto pelo prefeito quanto pelo governador. E é o governado dessa vez que vai usar o seu poder para calar os opositores de seu governo. No final de 1972 as contas do prefeito da capital foram para aprovação e o senhor Ubirajara Riz Rodrigues, vereador,<sup>14</sup> não queria aprovar, por algumas irregularidades na prestação de contas, por isso, foi chamado ao Palácio 31 de Março e lá o governador tentou convencê-lo do contrário. Sabendo que ia sair perdendo manteve seu voto contra. Em resposta a sua decisão, o vereador passou a ser ignorado por algumas personalidades políticas, sendo colocando a margem da sociedade, até que o governador voltasse às boas com ele.

Embora tenha passado por algumas situações inconvenientes na época, é o próprio Ubirajara R. Rodrigues que justifica tal atitude do governador e seus correligionários: “(...) Veja bem, o Hélio da Costa Campos era um homem

---

<sup>14</sup> Ubirajara Riz Rodrigues, roraimense, nascido em 1944, formado em administração de empresa, vereador de 1970 a 1972, com escritório de contabilidade em Boa Vista.

bom, muito preocupado com os amigos dele, ele fez tudo isso para defender um amigo militar, se as contas não fossem aprovadas ele seria prejudicado (...). Para ele era perfeitamente justificável que o governador defendesse não só os interesses do Território, mas de seus amigos também em detrimento de outros, premiava e punia quem não aceitasse seus “conselhos”.

Nos depoimentos e nas conversas mantidas com antigos moradores do ex-território eles vêem esses anos de vida pública do governador, depois deputado federal, mantendo a mesma personalidade e caráter, e é o senhor Adalberto Penteadó Duarte que resume a imagem que ficou para a maioria dos roraimenses: “(...) O Coronel Hélio da Costa Campos era de uma integridade e um enorme escrúpulo como nunca se viu, ele não aceitava nada, não pedia, brigava com quem insinuava alguma coisa neste sentido e ainda condenava quem fazia essa prática. (...) por duas vezes deram coisas a ele sem que ele sequer desconfiasse, mas nas duas vezes ele mandou devolver (...). Coisas desse tipo é que faz com que muita gente sinta admiração e respeito por ele.”

E mesmo antes de sair do governo do Território Federal de Roraima, o coronel Hélio da Costa Campos começa a receber homenagens e agradecimentos da sociedade local, e na transmissão do cargo de governador para o coronel Fernando Ramos Pereira, no dia 24 de abril de 1974, em meio à autoridade local e nacional, agradeceu a todos que contribuíram na edificação das bases dessa nova Unidade da Federação, reverenciando o Estado Militarizado de 1964, que para os militares continuava sendo a revolução. Reforçou que aqui no Território em seu governo houve o exercício pleno dos três poderes da República, atuando conforme prevê a Constituição Brasileira.

A ideologia do “Brasil potência” propagandeada pelo país afora com lançamento de projetos de impacto, aqui, em Roraima foi visto por meio das grandes obras públicas, como estradas e pontes de concreto, estampadas nas manchetes do jornal criado pelo governador em 1973, levando sua autopropaganda ao povo, registrando tudo que era de seu interesse.

Essa ainda é uma pequena contribuição sobre o golpe de 64 e seus desdobramentos no ex-Território Federal de Roraima, que foca em pontos importantes capazes de abrir espaço para outras pesquisas.

## **FONTES PRIMÁRIAS CONSULTADAS:**

BOA VISTA. Decreto n.3, de 9 de janeiro de 1968. Concede em agradecimento ao tenente coronel Hélio da Costa Campos o Título de Cidadão de Boa Vista. Lex: Boletim Oficial, Boa Vista, n.2, p.2, 1968.

BOLETIM Oficial. Boa Vista n. 16, p.97, 37, p.154, 53, p.223, 58, p.248/1968, 10, p.39, 13, p.51/1969.

BOLETIM Oficial. Boa Vista n. 40, p.160, 59, p.223/1964, 48, p.247, 59, p.365/1965.

BOLETIM Oficial. Boa Vista n. 57, p.356, 58, p.362, 61, p.1(Suplemento), 103, p.564, 122, p.666/1965.

BOLETIM Oficial. Boa Vista n. 16, p.68/1967.

BOLETIM Oficial. Boa Vista n. 34, p.143, 37, p.154/1968, 36, p.150/1969.

BOLETIM Oficial. Boa Vista n. 2, p.2, 5, p.20, 23, p.97, 26, p.109, 37, p.154, 39, p.161, 45, p.184/1968.

BOLETIM Oficial. Boa Vista n. 36, p.147/1969.

BOLETIM Oficial. Boa Vista n. 4, p.13/ 1969.

BRASIL. Decreto-Lei n. 56.790, 26 de agosto de 1965. Institui normas para a programação financeira de exercício de 1966. Lex: Boletim Oficial, Boa Vista, n.106, p.1(Suplemento), 1965.

BRASIL. Decreto n. 63.104, de 15 de agosto de 1968. Dispõe sobre a política do Governo Federal relativa à efetiva ocupação e povoamento orientado da Região Amazônica, notadamente quanto aos espaços vazios e zonas de fronteiras, e dá outras providências. Lex: Boletim Oficial, Boa Vista, n.61, p.261, 1968.

BRASIL. Decreto-Lei n.356, de 15 de agosto de 1968. Estende benefícios do Decreto-lei 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental e dá outras providências. Lex: Boletim Oficial, Boa Vista, n.61, p.261, 1968.

BRASIL. Decreto n.63.951, de 6 de janeiro de 1969. Disciplina a entrada e saída e o trânsito de aeronaves civis no território brasileiro. Lex: Boletim Oficial, Boa Vista, n.5, p.19, 1969.

BRASIL. Decreto-Lei n. 411, de 8 de janeiro de 1969. Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais, a organização dos seus Municípios e dá outras providências. Lex: Boletim Oficial, Boa Vista, n.4, p.13-17, 1969.

RORAIMA. Decreto n. 7, de 26 de julho de 1968. Cria o Serviço de Segurança e Informação (SSI). Lex: Boletim Oficial, Boa Vista, n.53, p.223-224, 1968.

## **ENTREVISTAS**

CAMPOS, Newton. O governo militar no Território Federal de Roraima (1964-1974). Boa Vista, 31 out. 2007. Entrevista concedida a Sônia Suely Soares de Souza.

MARTINS, J. A. M. O governo no Território Federal de Roraima de sua criação ao militar (1944-1974). Boa Vista, 30 nov. 2007. Entrevista concedida a Sônia Suely Soares de Souza.

DUARTE, A. P. O governo militar no Território Federal de Roraima (1964-1974). Boa Vista, 14 dez. 2006. Entrevista concedida a Sônia Suely Soares de Souza.

DUARTE, F. das C. O governo militar no Território Federal de Roraima (1964-1974). Boa Vista, 23 out. 2007. Entrevista concedida a Sônia Suely Soares de Souza.

MAIOR, J. P. P. O governo militar e a oposição (MDB) no Território Federal de Roraima (1964-1974). Boa Vista, 28 nov. 2007. Entrevista concedida a Sônia Suely Soares de Souza.

RODRIGUES, U. Riz. O governo militar e o poder legislativo municipal no Território Federal de Roraima (1970-1974). Boa Vista, 04 mar. 2008. Entrevista concedida a Sônia Suely Soares de Souza.

TAVARES, Newton. O governo militar e o poder legislativo municipal no Território Federal de Roraima (1970-1974). Boa Vista, 22 nov. 2007. Entrevista concedida a Sônia Suely Soares de Souza.

BENTO, B. da S. O governo militar e o poder legislativo municipal no Território Federal de Roraima (1970-1974). Boa Vista, 07 mar. 2008. Entrevista concedida a Sônia Suely Soares de Souza.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M<sup>a</sup> Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). 5<sup>a</sup> Edição. Petrópolis: Vozes, 1989.

BRENNER, Eliana de M.; JESUS, Darlena M. N. Manual de Planejamento e Apresentação de Trabalhos Acadêmicos: Projeto de Pesquisa, Monografia e Artigo. 1<sup>a</sup> Edição. São Paulo: Atlas, 2007.

FREITAS, Luiz Aimerê Soares de. A história política e administrativa de Roraima: de 1943 a 1985. 1<sup>a</sup> Edição. Manaus: Editora: Umberto Calderaro Ltda, 1993.

IBGE - Censo demográfico de 1960 e 1970.

JORNAL Boa Vista. Boa Vista, 13 out. 1973. p. 3-4.

JORNAL Boa Vista. Boa Vista, 20 nov. 1973. p. 2.

Jornal Boa Vista. Classe conservadora homenageia o governador Hélio da Costa Campos. Boa Vista, 5 fev. 1974 p.4.

Jornal Boa Vista. Hélio é o homem, a consagração de uma obra – vitoriosa - da revolução. Boa Vista, 10 nov. 1974. p.3.

Jornal Boa Vista. Inaugurada a ponte do Mucajai, não é somente ter a ponte ou ter a estrada, o que queremos é uma coletividade econômica. Boa Vista, 18 dez. 1973. p.4.

Jornal Boa Vista. Obra do governo Hélio da Costa Campos entusiasma a Comissão de Segurança Nacional., Boa Vista, 20 out. 1973. p.1.

Jornal Boa Vista. Valorização do homem foi meta das mais perseguidas. Boa Vista, 29 abr. 1974. p.4.

Jornal Boa Vista. Vice-presidente da república em Boa Vista, as exposições - um raio X do governo e comando militar. Boa Vista, 17 ago. 1974. p.2.

Revista Diretrizes. O ESTADO. Boa Vista, n.2, p. jan./fev.1991.

Revista Diretrizes. OS CONSTITUINTES. Boa Vista, n.3, p. mar./ abr. 1991.

RORAIMA. Decreto n.21, de 22 de novembro de 1972. Cria o setor de revenda, subordinado a secretaria de economia agrícola e colonização para revenda de aparelhos, máquinas e instrumentos agrícolas e implementos como adubos inseticidas etc. Lex: Boletim Oficial. Boa Vista, n.62, p.326, 1972.

RORAIMA. Decreto n.6, de 1 de julho de 1969. Cria novo horário e aumenta a carga horária dos servidores públicos. Lex: Boletim Oficial, Boa Vista, n.40, p.165, 1969.

SILVA, Ângela M<sup>a</sup>. Moreira. Normas para Apresentação dos Trabalhos Técnico-Científicos da UFRR: baseadas nas normas da ABNT. 1<sup>a</sup> Edição. Boa Vista: Editora da UFRR, 2007.

## ARTIGO

**EM BUSCA DO PRIMEIRO JARDIM NAS AMÉRICAS**

**RESUMO:** Atravessar fronteiras, partir alhures em busca de novas paisagens, partir pelo simples prazer da errância, o retorno ao Jardim Adâmico - às origens - são assuntos que atravessam as literaturas das Américas. Autores com seus personagens andarilhos errantes, exilados de forma voluntária ou involuntária, povoam as literaturas do Continente Americano. O romance O primeiro jardim (Le Premier jardin), de Anne Hébert, escritora quebequense e o conto Os despojos (Los Despojos), de Carlos Fuentes, escritor mexicano de origem panamenha, apresentam personagens centrais que, em busca de suas identidades, empreendem viagens além de suas fronteiras. Essa identidade procurada alhures é encontrada quando esses personagens fazem a viagem de volta ao primeiro jardim, ou seja, às suas origens. O objetivo desse artigo é o de mostrar em quais circunstâncias esses personagens fazem a viagem de volta às suas origens.

**Palavras-chave:** Américas, jardim, despojos, identidade, origens.

**Résumé**

Surmonter les frontières, partir ailleurs à la quête de nouvelles paysages, partir pour le simple plaisir de l'errance ainsi que le désir du retour au Jardin Adamique, c'est-à-dire aux origines, ce sont des sujets qui traversent les littératures des Amériques. Des auteurs avec ses personnages errants, exilés d'une façon volontaire ou pas, peuplent les littératures du Continent

<sup>1</sup> Professora de francês do Departamento de Línguas Estrangeiras da Universidade Federal de Roraima

Américain. Le roman *Le Premier jardin* de Anne Hébert, écrivaine québécoise et le conte *Los Despojos* de Carlos Fuentes, écrivain mexicain d'origine panaméenne, présentent des personnages principaux qui, à la quête de leurs identités, entreprennent des voyages qui dépassent leurs frontières. Ces personnages retrouvent leurs identités cherchées ailleurs quand ils font le voyage de retour au premier jardin, c'est-à-dire à leurs origines. Le but de cet article est celui de montrer dans quelles circonstances ces personnages font le voyage de retour à leurs origines.

**Mots-clés:** Amériques, jardin, dépouilles, identité, origines.

As tentativas de consolidação das identidades americanas tem em comum o caráter heterogêneo resultante de um processo de colonização que favoreceu o contato de diferentes povos e culturas, favorecendo o surgimento de uma literatura que tem como marca de nascimento a situação colonial, apresentando personagens confrontados com a língua e os costumes do Outro. A literatura das Américas é marcada por personagens que atravessam fronteiras tanto do tempo quanto do espaço em busca de novas paisagens, de novas tramas, mas também em busca de suas origens; personagens querendo fazer a viagem de volta ao seu jardim adâmico.

Este artigo que não pretende ser exaustivo, tenta fazer uma aproximação entre o romance *O primeiro jardim* (*Le Premier jardin*), da escritora quebequense Anne Hébert e o conto *Os despojos* (*Los Despojos*), do escritor mexicano de origem panamenha Carlos Fuentes, considerando a convergência dessas duas obras no que diz respeito ao mito do Jardim do Éden ou do primeiro jardim como retorno às origens assim como as circunstâncias da viagem de volta às origens de seus personagens. O mito das origens, a travessia de fronteiras, a viagem de volta assim como o deslocamento e a errância estão presentes na literatura desde os textos antigos. Um bom exemplo é *A Odisseia* de Homero na qual o personagem Ulisses empreende uma longa viagem mas sua relação com a terra materna, o seu sofrimento da distância o trazem de volta a Ítaca, sua pátria. Ao contrário de Ulisses, Jasão, herói tessálico, é associado à errância visto que ele parte com a expedição dos Argonautas para conquistar o Tosão de Ouro na Cólquida e durante a longa viagem casa-se com uma mulher de outra raça (Medéia), evidenciando de certa forma, sua falta de laços com suas origens.

O primeiro jardim, obra da escritora quebequense Anne Hébert, publicada em 1988, apresenta uma personagem que se volta para a busca das origens de seu país, em busca de suas origens. Através da busca identitária de seu país, ela busca sua própria identidade.

O conto Os despojos faz parte da coletânea A fronteira de cristal (La Frontera de Cristal, 1995), de Carlos Fuentes, escritor panamenho, radicado no México. A Fronteira de Cristal aborda a fragilidade que envolve a convivência dos dois povos presentes na fronteira entre México e EUA, a tensão desencadeada por tal situação e a problemática da fragmentação identitária desses dois povos fronteiriços.

É pertinente ressaltar que vários imigrantes latino-americanos de língua espanhola residentes na província francófona do Quebec tem em suas atividades culturais a expressão literária. Esses escritores são provenientes do Chile (José Leandro Urbina...), do México (Gilberto Flores Patino...), do Uruguai (Gloria Escobel...), de Cuba (Solange Gómez...), de El Salvador (Ana de Paca...), do Peru (Carlos Quiroz...), etc. Dentre esses escritores alguns escrevem em espanhol, outros escrevem diretamente em francês e em ambos os casos, suas obras são publicadas em Montreal e/ou em seus países de origem, fazendo valer a qualidade de suas produções. A obra desses escritores é marcada por descrições de suas experiências no exílio assim como por suas lembranças pessoais nas quais é possível observar, seja de forma direta ou indireta, o desejo do retorno às suas origens.

## **O PRIMEIRO JARDIM**

Em O primeiro jardim – LPJ<sup>2</sup>, Anne Hébert aborda o tema da reconciliação com o Eu mais íntimo, com as dores e os segredos que se escondem no íntimo de cada um. Flora Fontanges, personagem principal, é uma atriz de teatro aposentada, que vive na França, seu país de adoção e que decide voltar ao seu país de origem (Quebec-Canadá), respondendo a um convite “do diretor do Emérillon propondo-lhe representar Winnie em Oh ! Les beaux jours” (LPJ, p. 10)<sup>3</sup>, peça teatral de Samuel Beckett que também deixou seu país de origem, a Irlanda exilando-se na França.

---

<sup>2</sup> Doravante as indicações a esta obra serão feitas a partir da sigla LPJ, seguidas do número da página.

<sup>3</sup> As traduções referentes à obra O primeiro jardim (Le Premier jardin), são de minha autoria.

De volta ao seu país, “onde ela havia jurado nunca mais colocar os pés” (LPJ, p. 10), Flora se vê diante de seu passado o qual ela acreditava ter abandonado para sempre, um passado que é sinônimo de sofrimentos e abandonos; uma infância de perdas e de tristezas; lembranças que Flora preferia deixar esquecidas em algum lugar de seu passado. A volta de Flora Fontanges ao Quebec, seu país de origem, é ao mesmo tempo uma volta a ela mesma. Flora quer elucidar suas origens que estão presas no passado que ela quer negar. Flora não conheceu seus pais biológicos; filha ilegítima, não conheceu seu pai e sua mãe morreu ao lhe dar a luz. Órfã Flora Fontanges é recolhida por religiosas de um orfanato que a batizam com o nome de Pierrette Paul, seu primeiro nome. Poucos meses depois de sua chegada, o orfanato é totalmente destruído por um incêndio; Pierrette Paul se vê diante de sua primeira decepção. Pierrette Paul renasce como Marie Eventurel, nome que lhe é dado por seus pais adotivos. Como uma fênix Flora Fontanges renasce das cinzas do seu primeiro jardim e carrega o nome de Eva em seu nome: Marie Eventurel – Eva em francês é Ève. Sem pais biológicos e com uma identidade fragmentada, Marie Eventurel cresce atormentada pelo fantasma do não conhecimento de suas origens. Aos 18 anos, Marie Eventurel parte para um exílio na França onde ela renasce como atriz de teatro, denominando-se Flora Fontanges, nome que ela escolhe para se metamorfosear e para negar o seu passado através dos mais variados personagens que ela representa. Sua nova identidade porém não a livra do fantasma da incerteza de sua origem. Como atriz de teatro ela poderá se transformar em várias pessoas, ela poderá ter várias identidades ou nenhuma, nenhuma origem. Incomodada com a incerteza de sua origem, Flora Fontanges recusa-se a reconhecer as ligações entre ela e seu país de origem assim como a semelhança entre ela e seu país no que diz respeito às origens de suas identidades.

As inquietações identitárias de Flora Fontanges e sua busca pela consolidação de suas origens apresentam semelhanças inegáveis com a busca da consolidação identitária de seu país, marcado por uma origem fragmentada, passando também por três identidades. Jacques Cartier, corsário de Saint-Malo, França, chega ao Novo Mundo - Canadá - em 1534, em nome do rei da França e o batiza de A Nova França. Flora Fontanges, órfã, chega ao seu novo mundo, o orfanato Saint-Louis sendo batizada por Pierrette Paul conhecendo

assim momentos de felicidade sob os cuidados das religiosas que a acolheram. Impulsionada pelo intendente Jean Talon A Nova França conhece um grande progresso e a colonização se desenvolve ao longo do Rio São Lourenço, enfrentando, porém as invasões da Inglaterra. Em 1763 cessa o regime francês com o Tratado de Paris através do qual a França cede todo o Canadá à Grã-Bretanha, começando então o regime britânico. Invasão pelos ingleses A Nova França se vê obrigada a aprender uma nova língua e novos costumes. Nesta ocasião a maioria dos nobres e funcionários franceses volta para a França, ficando sob o domínio dos britânicos, alguns colonos que defenderão sua língua e seus costumes de forma veemente. A Nova França perde o seu nome, perde a sua identidade, renascendo como Canadá Francês conhecendo assim a sua primeira derrota. Com o incêndio do orfanato Saint-Louis, Pierrette Paul perde seu pequeno paraíso, e sofre sua primeira decepção. Sem lar, é adotada, recebendo o nome de seus pais adotivos. Pierrette Paul passa a ter uma nova identidade tornando-se Marie Eventurel. O Canadá Francês chega a sua idade adulta emancipando-se sob o nome de Quebec, país formado a partir de identidades múltiplas. Em 1867, o Ato da América do Norte britânica, inaugura a Confederação canadense e a província do Quebec é instaurada no âmbito desta confederação com uma língua, uma cultura e um direito civil franceses. Nos anos 60 a província do Quebec torna-se uma espécie de nação e a literatura canadense francesa torna-se literatura quebequense. Ao atingir a maioridade, Marie Eventurel abandona a casa dos pais adotivos e parte em busca de suas raízes exilando-se na França, onde ela renasce sob uma nova identidade: Flora Fontanges, atriz de teatro, podendo desta forma, experimentar várias identidades; como seu país ela vive na confluência de várias identidades e como seu país, ela vive uma busca de suas origens e da definição de suas identidades.

De volta ao seu país Flora conhece Rafael, um jovem estudante de história e os dois começam a fazer um trabalho de pesquisa com o objetivo de ressuscitar a memória do país. Os dois retrocedem no tempo, chegando ao primeiro casal – Louis Hébert e Marie Rollet - que semeou e cultivou o primeiro jardim na floresta virgem da Nova França, gerando e dando origem ao seu país. Diante desta Eva e deste Adão da colônia francesa das Américas, Flora

biológica. Mas Flora é “órfã desde o primeiro choro e a primeira respiração” (LPJ, p. 100). Ela evoca as mulheres anônimas, as primeiras mães da colônia francesa, assim como ela dá vida e voz Às filhas do Rei (Les filles du Roi), mulheres totalmente anônimas ao longo da história do Canadá. As Filhas do rei chegaram ao Novo Mundo como carga comum. Depois de uma longa e penosa travessia em um veleiro, assombradas pela morte que as espreitava, elas desembarcam na Nova França ao lado de porcos, galos, galinhas, coelhos e vacas. Elas são expostas como animais que esperam seus compradores:

São escolhidas primeiramente as mais gordinhas (...). É preciso que elas tenham bastante gordura para suportarem os rigores do clima (LPJ, p. 97).

Como atriz, Flora Fontanges faz despertar a memória das Filhas do Rei, essas jovens que foram deportadas da França para povoarem a Nova França “com seus corpos devotados sem reserva ao homem, ao trabalho e a maternidade” (LPJ, p. 96). Representando no teatro o papel de Filhas do Rei (Barbe Abadie, Guilleumette Thibault, Renée Chauvreur, etc.), Flora Fontanges as recupera do esquecimento e do anonimato.

Com a ajuda de Rafael, Flora encontra suas raízes. Depois de explorar os arquivos da história de seu país, depois de dar vida e voz às mulheres anônimas de seu país, ela se dá conta de que ela está diante de sua mãe, diante da mãe de seu país, a mãe Eva, a primeira mulher que cultivou o primeiro jardim no Novo Mundo, Marie Rollet:

Um dia, nossa mãe Eva embarcou em um grande veleiro, atravessando o oceano durante vários meses, para vir até nós que ainda não existíamos, para nos tirar do vazio e do odor da terra inculta. Alternadamente loira, morena ou ruiva, às vezes rindo e chorando, ela é a nossa mãe, dando a luz com prazer, misturada com as estações, com a terra e com o esterco, com a neve e com o gelo, o medo e a coragem, suas mãos ásperas passando sobre nossas faces, arranhando nossas bochechas, e nós somos seus filhos (LPJ, p. 100).

Flora Fontanges não pode mais fugir da verdade inegável; as mulheres anônimas, as mães anônimas da Nova França assim como Marie Rollet e As filhas do Rei fazem parte da sua e da história de seu país da mesma forma que Pierrette Paul e Marie Eventurel se integraram à sua história pessoal. Observa-se que a história representada por Rafael e a arte representada por Flora Fontanges se colocam lado a lado na reconstrução do passado deles.

Flora Fontanges parte em busca de suas raízes, ela só as encontra quando ela volta ao seu país de origem, quando ela decide não mais se esconder de seu passado. De volta ao seu primeiro jardim, às suas origens, ela faz as pazes com o seu passado. “Seu percurso memorial permitiu-lhe definir sua identidade. O presente reinterpretou o passado; e o passado, em um perpétuo movimento de ida e volta, reinterpretou o presente.”<sup>4</sup>

## **OS DESPOJOS**

Em *A fronteira de cristal* (la frontera de cristal) 1995, a fragilidade que envolve a convivência dos dois povos presentes na fronteira entre México e EUA e a tensão desencadeada por tal situação poderiam explicar o título da obra.

Assim como tem-se em *A fronteira de cristal* a problemática da fragmentação identitária de dois povos fronteiriços – México e EUA – tem-se também a fragmentação da narrativa. *A fronteira de cristal* foge ao padrão do romance linear apresentando nove narrativas autônomas que poderiam ser consideradas como contos. Nessas narrativas autônomas ou contos, Carlos Fuentes faz uma análise da realidade mexicana e norte-americana considerando o lado político, social, econômico, cultural e psicológico através de histórias independentes nas quais alguns personagens se repetem como Leonardo Barroso, fio condutor entre os diferentes contos e personagens. Os nove contos ou narrativas autônomas são ambientadas dos dois lados da fronteira e apresentam personagens que vivem ou tem uma relação direta com a fronteira México/EUA. Esses personagens atravessam a fronteira em busca de trabalho, vivenciando a fragmentação da identidade e da nacionalidade.

---

<sup>4</sup>FALARDEAU, Érick, Fictionalisation de l'histoire, *Le premier jardin*, d'Anne Hébert, In: *Voix et images*, vol. 22, n° 3, (66), 1977, p. 557-568, Presses de l'Université du Québec. (Tradução de minha autoria).

Como se poderia classificar esses personagens no que tange suas identidades? Seriam eles mexicanos, chicanos, estadunidenses, mexicanos-americanos?

No conto Os despojos o personagem Dionísio Rangel é um imigrante latino que teve uma vida pobre no México e que acredita no sonho americano, ou seja, acredita na possibilidade de uma vida melhor nos EUA. Dionísio Rangel:

Ganhou fama bem jovem, quando no programa de rádio Los niños catedráticos, sem titubear, deu a receita das tortinhas de tutano campesinas. (...) Entender de gastronomia pode ser fonte não só de fortuna como de magníficos banquetes, convertendo a necessidade de sobrevivência no luxo da vivência. Este fato definiu a carreira de Dionísio, mas não lhe deu uma meta superior (FC, p. 57)<sup>5</sup>

Acreditando na possibilidade de ter com a arte culinária uma profissão bem remunerada, Dionísio começa a nutrir um grande amor pela cozinha mexicana e despreza outras cozinhas que para ele tem um perfil pobre, como a cozinha dos EUA. Para Dionísio “só a cozinha mexicana era um universo em si” (FC, p. 57). Dionísio torna-se uma autoridade em cozinha mexicana, celebrado e bem pago, sobretudo nos EUA, país que para ele era dono de uma grande pobreza culinária. Dionísio se dizia não antiianque mas fazia questão de lembrar “que os gringos no século XIX, nos despojaram de metade do nosso território” (FC, p. 58)<sup>6</sup>, afirmando que “estávamos no momento crucial de recuperar a pátria perdida graças ao que se poderia chamar o imperialismo cromossômico do México” (FC, p. 58). Dionísio divulga a boa cozinha mexicana pelos EUA, aparecendo na televisão, publicando livros sobre a cozinha mexicana, ministrando cursos e conferências pelas universidades norte-americanas assim como participando de almoços e jantares e fazendo sempre suas críticas a cozinha norte-americana que para ele tinha gosto de

---

<sup>5</sup> Doravante as indicações a esta obra serão feitas a partir da sigla FC, seguida do número da página.

<sup>6</sup> Em 1848, após dois anos de uma luta desigual, os anglo-americanos tomaram quase metade do México.

O banquete se iniciava com uma salada de alface desmaiada, coroada com geléia de morango.(...) Seguiu-se o indefectível frango de borracha, que não se consegue cortar ou mastigar, servida com vagens duras e purê de batatas todo apaixonado pelo envelope de onde saiu. A sobremesa era uma simulação de Stawberry Shortcake, mas em versão esponja de banho. Por fim, um café aguado que permitia ver até o fundo da xícara e admirar os círculos geológicos que dez mil porções de veneno haviam deixado nela (FC, p. 59).

Durante suas palestras Dionísio observa seus alunos exibirem-se “com as bochechas cheias de hambúrgueres arrebetados, as panças de pizzas do tamanho de uma roda de carroça (...)”. (FC, p. 61) e quando as aulas e conferências terminavam Dionísio se sentava em frente de lugares como McDonald's, Fried chicken, Pizza Hut, os quais ele chamava de Catedrais do mal comer, para observar as pessoas gordas que vinham a essas catedrais satisfazerem sua insaciável gula com:

Milhares de milhões de batatas fritas, flocos de milho, massas de mel cobertas de noz e chocolate, cereais audíveis, montanhas de sorvete tricolor, coroados de amendoim e caramelo quente, hambúrgueres duros e delgados como solas de sapato e feitos de carne de cachorro (...) (FC, p. 67).

Dionísio quer validar a cultura e a identidade mexicanas perante os EUA através da sensação do prazer e do conforto desencadeados com o ato de comer; ele afirma que “era esta a cruz de sua existência: pregar a boa cozinha num país incapaz de entendê-la ou praticá-la” (FC, p. 58). Com a boa cozinha mexicana ele pretende subverter o paladar norte-americano através da ganância no ato de comer. De acordo com Bakhtin “a boca é a porta aberta que conduz ao baixo, aos infernos corporais. A imagem da absorção e da deglutição, imagem ambivalente muito antiga da morte e da destruição, está ligada à

grande boca escancarada” (BAKHTIN, 1999, p. 284). Dionísio quer executar sua vingança através da gula. Para Dionísio “se os gringos nos importunaram em 1848 com seu destino manifesto, agora o México lhes serviria uma sopa do seu próprio chocolate, reconquistando-os com mexicaníssimas baterias lingüísticas, raciais e culinárias” (FC, p. 59). Eis a vingança de Dionísio; a cozinha e a cultura mexicanas levariam os EUA a desfrutarem de uma boa culinária fazendo jus ao prazer não só da gula mas também ao prazer do conhecimento de uma cultura ancestral. De acordo com uma lenda asteca, as sementes do cacau foram trazidas do paraíso, por isso quem as comesse se tornaria sábio e poderoso. Mas a tentativa de Dionísio de disseminar a culinária e a cultura do México nos EUA é frustrada. Dionísio não consegue substituir “a hóstia nacional americana coberta de ketchup (Este É o Meu Sangue) e carregada de calorias (Este é o Meu Corpo)...” (FC, p. 67), pelas tortinhas de tutano campesinas cuja receita “consiste em 500 gramas de tutano, uma xícara de água, dois pimentões graúdos, setecentos gramas de massa, três colherzinhas de farinha e óleo para cozinhar” (FC, p. 84). Dionísio se reconhece como “uma vítima passiva da sociedade de consumo norte-americana” (FC, p. 62).

Um dia, ao norte de San Diego, depois de sair de um restaurante norte-americano, um American Grill, que de acordo com Dionísio, era um restaurante tradicional, onde se comia comida “verdadeira”, Dionísio se sente invadido por uma estranha angústia terrível, um sentimento de algo perdido, que ele deveria saber o que era, mas que ele não sabia. Dionísio caminha por longas horas até deparar-se com uma vitrine da American Express na qual ele vê um manequim representando um mexicano típico dormindo/fazendo a sesta, “protegido pelo largo chapéu, trajado de peão e de sandálias” (FC, p. 81). Dionísio se sente ultrajado diante do clichê e entra “violentamente na agência de viagens, sacudiu o manequim, mas este não era de madeira, era de carne e osso” (FC, p. 81). O modelo mexicano confessa que há dez anos está perdido ali e que “como aqui me contratam para dormir sestas em vitrines, e se não há serviço posso insinuar-me e dormir à vontade em colchões e espreguiçadeiras, a comida sobra...” (FC, p. 81). Dionísio se dá conta da discriminação direcionada aos mexicanos, agarra o manequim pelo braço e o leva para o sul do Vale da Morte.

Tudo, despoje-se de tudo, despoje-se de sua roupa, como o faço eu, veja tudo se espalhando pelo deserto, vamos de volta para o México, não levemos uma única coisa gringa, nem uma só, meu irmão, meu semelhante, vamos despídos de volta à pátria, já se divisa a fronteira, abra os olhos, você vê, sente, cheira, saboreia ? (...) Vamos para a fronteira, vamos, meu irmão, chegue nu como nasceu, volte despido da terra que tem tudo à terra que não tem nada (FC, p. 84).

Invadido pela sensação de perda daquilo que ele não sabe definir, talvez a incerteza de sua identidade e ultrajado diante do clichê que atribui indolência ao mexicano, Dionísio se sente despojado de si mesmo, de suas raízes, aquele país de cozinha pobre, de comida com gosto de plástico, está devorando suas origens. Dionísio decide voltar ao seu Jardim do Éden, ao seu primeiro jardim... e da terra ele veio – a fronteira, o deserto – e para a terra ele volta – a mesma fronteira, o mesmo deserto.

## **ANÁLISE**

Os personagens Flora Fontanges – O primeiro jardim e Dionísio – Os despojos – atravessam suas fronteiras geográficas partindo para o exílio fora do jardim de Adão e Eva – suas origens. Ambos carregam consigo um pedaço de seus respectivos jardins. Flora renasce no exílio como atriz e com o nome de flor: Flora. Como atriz ela pode se metamorfosear em várias outras flores, ou seja, ela poderá representar vários papéis cujos personagens poderão ter nomes de flores como Margarida, Verbena, Gardênia, Cecília, Rosa Amélia, etc. Dionísio parte para o exílio com suas receitas e seus temperos no pensamento acreditando poder semeá-los e cultivá-los no jardim do Outro. Flora Fontanges encontra um solo fértil para semear suas flores, seus papéis teatrais; ela torna-se uma atriz conhecida e respeitada e volta às suas origens em grande estilo visto que ela volta como convidada por um diretor de teatro para representar um grande papel – a personagem Winnie da peça de Samuel Beckett, *Oh ! Les beaux jours*. Ao contrário de Flora Fontanges, Dionísio não encontra um solo propício às suas receitas do outro lado da fronteira; ele semeou suas receitas e temperos

mas estes não floresceram no jardim do Outro onde só crescia “alfaces desmaiadas” (FC, p. 59). Diferente de Flora Fontanges que floresceu no jardim do Outro, Dionísio sentiu um grande desencantamento por tudo o que ele viu muito além do seu jardim, foi invadido pela tristeza e desilusão das “extravagâncias norte-americanas (...), da sociedade uniforme, robotizada, sem personalidade culinária” (FC, p. 65). Dionísio decide voltar ao jardim e à proteção da mãe Eva; no seu primeiro jardim ele encontra todas as especiarias para dar continuidade a sua arte, a arte culinária, e ele poderá regalar-se novamente com a “delícia suprema que é o guisado amarelo de Oaxaca (dois pimentões graúdos, dois pimentões novinhos, um tomate vermelho, 250g de tomatinhos verdes, duas colheres de coentro, duas folhas de erva-de-santa-maria, dois grãos de pimenta do reino)” (FC, p. 57). Dionísio torna-se le grand chef da gastronomia mexicana.

De uma forma consciente ou não Flora guarda um elo muito forte e presente com o seu passado; ela é obsedada pela idéia do retorno às origens. Terminada a viagem da volta ao seu Jardim Adâmico e em paz com o seu passado e consigo mesma, Flora Fontanges volta ao seu país de adoção e ganha um novo papel teatral. Flora está de volta à vida e sem nenhum fantasma do passado. “Mas a imagem do primeiro jardim não desaparece totalmente visto que nós estamos sempre tentando reproduzi-la.”<sup>7</sup> Assim como Flora Fontanges, Dionísio encontra sua estabilidade identitária quando ele retorna ao seu Jardim do Éden, ao seu primeiro jardim, às suas origens. Ao contrário de Flora Fontanges que após o retorno às origens, decide retomar a sua vida de atriz no seu país de adoção, Dionísio quer dar continuidade à sua arte no seu país de origem. Dionísio quer voltar e deixar para trás “as cervejas insípidas e os cafés aguados, as pizzas gordurosas e os gelados hot dogs” (FC, p. 84), deixando para trás até as roupas que poderiam lhe lembrar algum tipo de dependência daquele país que não soube valorizar a sua cozinha e a sua cultura.

---

7 COUSINEAU, Geneviève, La maison, le bungalow et le home: en route vers un nouveau jardin d'Éden, In: IMBERT, Patrick, Le jardin des Amériques:éden, home et maison: le Canada et les Amériques, Université d'Ottawa, Ontario, Canada, 2007, p. 68. (Tradução de minha autoria).

## **BIBLIOGRAFIA**

BAKHTIN, M., A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. Tradução: Yara Frateschi. 4. ed., Editora da Unb, Brasília, 1999;

FUENTES, Carlos, A fronteira de cristal, tradução, Rocco, Rio de Janeiro, 1999;

HANCIAU, Núbia, Brasil/Canadá: visões, paisagens e perspectivas, do Ártico ao Antártico, ABECAN/FURG, Rio Grande, 2006;

\_\_\_\_\_, La représentation de la femme dans l'oeuvre romanesque d'Anne Hébert, In: BÉLANGER, A; HANCIAU, N; DION, S., L'Amérique française: introduction à la culture québécoise, Rio Grande: FURG, 1998;

HÉBERT, Anne, Le Premier Jardin, Les Éditions du Boréal, Montréal (Québec), 2000;

HOMÈRE, Odyssee, trad. Ph. Jaccottet, Maspero/La Découvert, Paris, 1982;

IMBERT, Patrick, Le jardin des Amériques:éden, home et maison: le Canada et les Amériques, Université d'Ottawa, Ontario, Canada, 2007.